

**LUCIANA BRITO**

***O PÃO (1892-1896): VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO  
LITERÁRIA E INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO  
NA REALIDADE SOCIAL CEARENSE***

**ASSIS**

**2008**

**LUCIANA BRITO**

***O PÃO (1892-1896): VEÍCULO DE DIVULGAÇÃO  
LITERÁRIA E INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO  
NA REALIDADE SOCIAL CEARENSE***

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e  
Letras de Assis – UNESP – Universidade  
Estadual Paulista para a obtenção do título de  
Doutor em Letras. (Área de Conhecimento:  
Literatura e vida social)

Orientador: Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo

**ASSIS**

**2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

B862p Brito, Luciana  
O pão (1892-1896): veículo de divulgação literária e instrumento de intervenção na realidade social cearense / Luciana Brito. Assis, 2008  
248 f.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Periódicos brasileiros. 2. Imprensa – Brasil. 3. Literatura brasileira. I. Título

*CDD 056.9*

869.905

*À minha mãe, amiga incansável e compreensiva que me apoiou  
ao longo de minha formação e acreditou no sucesso desse  
trabalho, mesmo nos períodos mais difíceis;*

*À memória de meu pai e de meu avô;*

*E, finalmente, à minha avó, exemplo de luta e amor à vida.*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a minha família, pelo incentivo ao longo de minha formação;*

*A minha mãe, pelo amor, companheirismo e estímulo;*

*Ao meu orientador e “Pai acadêmico” Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, pelo despertar da vocação para a pesquisa e, acima de tudo, pela paciência e incentivo;*

*Ao Dr. Álvaro Santos Simões Júnior e à Dr. Ana Maria Domingues de oliveira, pela leitura minuciosa do trabalho e pelas valiosas sugestões no Exame de Qualificação;*

*Aos professores e funcionários da Faculdade de Ciências e Letras de Assis que, desde a graduação, sempre estiveram dispostos a me auxiliar.*

*1 – Fica organizada, nesta cidade de Fortaleza, capital da Terra da Luz, antigo Siará Grande, uma sociedade de rapazes de Letras e Artes denominada – Padaria Espiritual, cujo fim é fornecer pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral.*

*35 – Logo que estiverem montados todos os maquinismos, a Padaria publicará um jornal que, naturalmente, se chamará – “O Pão”.*

(Artigos do Programa de Instalação da Padaria Espiritual)

BRITO, Luciana. *O Pão (1892-1896): veículo de divulgação literária e instrumento de intervenção na realidade social cearense*. 2008. 248 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

## RESUMO

O presente trabalho visa mostrar que o jornal *O Pão* (1892-1896), da Padaria Espiritual, além de colaborar para a consolidação das Letras no Ceará, na medida em que permitiu uma maior popularização da incipiente literatura local e regional através da publicação e difusão das obras dos padeiros, também serviu como instrumento de intervenção destes na realidade social cearense com a intenção de modificá-la. Através d'*O Pão*, os padeiros sentiram-se capazes de criticar, apontar direções e, em muitos casos, modificar a realidade social em que viviam. Negando as transformações oriundas da *Belle Époque*, passaram a defender o modo de vida simples dos cearenses, ao mesmo tempo em que criticavam as contradições sociais, políticas e econômicas do momento. Neste contexto, a literatura, além de servir como meio de retratar a realidade local, também funcionava como forma de desenvolvimento intelectual, o “pão para o espírito”, como diziam os padeiros. Daí a preocupação com a criação de um público leitor e a valorização do profissional das Letras. Por outro lado, a defesa da representação da realidade brasileira, por parte dos padeiros, necessária para a formação de uma consciência nacional, criou uma barreira à estética simbolista, que chegava à província, uma corrente contrária à arte objetiva e que não correspondia aos modelos literários pré-estabelecidos.

**Palavras-chaves:** 1 - *O Pão*; 2 - Padaria Espiritual; 3 - Periódico brasileiro; 4 - Difusão literária; 5 - Instrumento de intervenção; 6 - Realidade social cearense;

BRITO, Luciana. *O Pão (1892-1896): literary publishing medium and instrument of intervention in the social reality of Ceará*. 2008. 248 f. Thesis (Arts Doctorate) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

## ABSTRACT

The present work aims at showing that the journal *O Pão* (1892-1896), of the Padaria Espiritual, besides collaborating for the consolidation of the Letters in Ceará, since it made the incipient local and regional literature more popular through the publication and diffusion of the workmanships of the padeiros, also served as instrument of intervention of these in the social reality of Ceará with the intention to modify it. Through of *O Pão*, the padeiros had felt themselves capable to criticize, to point directions and, in many cases, to modify the social reality in which they lived in. Denying the deriving transformations of the *Belle Époque*, they started to defend the simple way of life of the people from the state of Ceará, at the same time they criticized the social, political and economic contradictions of the moment. In this context, the literature, besides serving as mean to portray the local reality, also functioned as form of intellectual development, the “pão para o espírito”, as said the padeiros. From there the concern with the creation of a public of readers and the valorization of the professional of the Letters. On the other hand, the concern with the representation of the brazilian reality, on the part of the padeiros, necessary for the formation of a national conscience, has created a barrier to the symbolist aesthetic, that arrived at the province, a anti-representative current that did not correspond to the preset literary models.

**Key-words:** 1 – *O Pão*; 2 – *Padaria Espiritual*; 3 – Brazilian Journal; 4 - Literary diffusion; 5 - Instrument of intervention; 6 – *Ceará* social reality;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.09
<b>CAPÍTULO 1 - O PÃO... DA PADARIA ESPIRITUAL</b> .....	<b>p.24</b>
1.1 A imprensa literária fortalezense no final do século XIX.....	p.25
1.2 As sociedades literárias em Fortaleza.....	p.39
1.3 A Padaria Espiritual.....	p.50
1.4 <i>O Pão</i> .....	p.59
<b>CAPÍTULO 2 - O PÃO: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE SOCIAL CEARENSE</b> .....	<b>p.67</b>
2. 1 A guerra declarada ao burguês.....	p.107
2.2 A valorização da diversidade cultural local.....	p.117
<b>CAPÍTULO 3 – O PÃO: A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR E A FORMAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR</b> .....	<b>p.132</b>
3.1 A valorização do profissional das letras.....	p.133
3.2 A preocupação com a formação de um público leitor.....	p.150
<b>CAPÍTULO 4 - O PÃO E A ESTÉTICA SIMBOLISTA</b> .....	<b>p.164</b>
4.1 Lopes Filho.....	p.172
4.2 Lívio Barreto.....	p.180
4.3 Cabral de Alencar.....	p.192
4.4 Tibúrcio de Freitas.....	p.199
5.5 Os ataques à estética simbolista.....	p.201
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>p.227</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>p.233</b>

## **INTRODUÇÃO**

A fatia fina de um tempo que não se mostra fácil. A negligência ditada pela pressa orgulhosa que se detém somente nas cumeadas. O horror desdenhoso que contorna o suposto vazio. O gosto insuspeito despertado para remexer nos trastes abandonados do porão.

Antonio Dimas

O prazer da memória e do esquecimento em direção à necessidade da preservação dos bens culturais e a constante revisão da postura dos estudiosos como homens de Ciências Humanas a contribuir, de alguma forma, para a compreensão das marcas de identidades e alteridades, nesse momento tão obcecado pela memória, leva inúmeros pesquisadores a se debruçarem sobre papéis velhos, devastados pelo tempo e pelas traças, em busca do esquecido ou do ainda não estudado. A crítica contemporânea tem-se voltado para essas questões. O momento presente, "doente da memória", olha para trás na tentativa de armazenar dados, diz Huyssen (1997, p. 12); Roger Chartier também faz referência à volta ao arquivo, ao dizer que:

Diante do retrocesso dos modelos explicativos internacionais uma primeira e forte tentação é o retorno ao "arquivo", ou seja, quaisquer que sejam os documentos que registram as palavras singulares dos atores históricos consideradas. Como sempre mais ricas e complexas do que o historiador, analisando-as pode escrever a seu propósito. (CHARTIER, 2001, p.117)

De acordo com Fausto Colombo (1991), em sua obra *Os arquivos imperfeitos*, a contemporaneidade parece estar dominada pela "obsessão da memória". Para o estudioso, a "Obsessão da memória" é a tendência de uma civilização que conviveu com duas grandes guerras e sofre a ameaça de outra (1991, p.17-19). Nesse sentido, paira sobre

o momento presente uma “espécie de mania arquivística” que se desdobra em formas diferentes de detenção e conservação de passado e do presente. Desejo de permanência, desejo de dominar o tempo que acaba, paradoxalmente, por tornar o presente em passado.

Não foi por acaso que o século XX se abriu com o desabrochar da Recherche proustiana, vendo a sucessão dos seus decênios correr paralelamente à vida deste cantor da recordação possível que é Jorge Luis Borges [...] (COLOMBO, 1991: 17).

Apesar de sua obra voltar-se para a memória social e, em especial, a cultura eletrônica e os processos de arquivos informatizados, Colombo favorece uma reflexão sobre o trabalho do arquivista. Esse trabalho que procura desvendar arquivos de outros tempos, periódicos, manuscritos, fontes documentais, o chamado “mal de arquivo”, de que fala Jacques Derrida. Na expressão do estudioso argelino (2001), sofre-se o mal do arquivo, vive-se entre o desejo de retenção da origem e do vivido e a consciência de sua impossibilidade. Diz ele que “Estamos com o mal de arquivo (*en mal d’archive*)” que pode significar outra coisa “que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome ‘mal’ poderia nomear”, mas “arder de paixão”. Para o crítico, sofrer do “mal do arquivo”:

É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo”. (DERRIDA, 2001, p. 34)

Partindo do princípio de que não se pode fixar na definição nem na história

do conceito de arquivo, Derrida (2001) não lhe assegura garantias temporais e históricas. Assim, o estudioso abre caminhos para contestar a "herança fechada" para a qual o arquivo aponta, a fidelidade à tradição, propondo pensá-lo como algo que, além de sublinhar o passado, põe em questão a chegada do futuro. Michel Foucault (1997, p.149-151) vê o arquivo como o modo de atualidade do enunciado, como o sistema de seu funcionamento, porém ele não é descritível em sua totalidade, somente como fragmentos, regiões e níveis, pois o tempo que o separa do momento presente acaba por evidenciar a alteridade, o distanciamento e a diferença.

Os trabalhos acadêmicos da área literária, em sintonia com a contemporaneidade, voltam-se, então, para os estudos dos arquivos, procurando resgatar a obra, o intelectual e a atividade literária em seu processo de criação. Tais trabalhos buscam olhar o entorno da literatura (correspondências, manuscritos, rascunhos, rasuras, fotos, objetos pessoais), deparando-se com fragmentos que se entrecruzam, se intercambiam e encenam um sujeito descentrado. No arquivo literário, há expressões de um tempo e de uma memória que representam um momento artístico específico e são, além disso, manifestações representativas da cultura. Podem, assim, ser tomadas como um texto, um grande livro em que se lêem trajetórias. Portanto, diante de fragmentos de um grande texto, o estudioso é obrigado a adotar uma posição descentrada, uma vez que constantemente se depara com indicações que conduzem a labirintos. Atuando nos bastidores da memória cultural, a pesquisa em arquivos literários caracteriza-se como um cruzamento de textos e de trajetórias.

O estudo de periódicos tem-se revelado produtivo, quer para a teoria da literatura, quer para as revisões tão freqüentemente propostas pela historiografia literária,

quer, ainda, para o delineamento da atuação cultural de escritores e intelectuais. Jornais e revistas dialogam com o livro, com a atividade acadêmica, com a vida intelectual, enfim, formam redes de significação, sendo importantes testemunhos da vida intelectual do período em que circularam. A pesquisadora Ana Luiza Martins esclarece que:

A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período é válida, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, sobretudo, da natureza dos capitais nele envolvidos. (MARTINS, 2001, p. 16-31)

Se os diferentes suportes textuais podem e devem ser vistos como recortes, unidades às quais se atribuem uma integridade, um sentido, uma função, também são partes necessárias à própria existência do tecido cultural, entendido de forma mais ampla. No conjunto formado por periódicos, o trabalho de pesquisa recupera produtores e agentes culturais muitos deles flagrados nos seus trabalhos iniciais, associa suas produções a outros criadores e a grupos de escritores, estabelece etapas de formação intelectual e se nutre de fontes de informação que iluminam a trajetória posterior, muitas vezes mais madura, da vida de intelectuais e escritores. Entretanto, salienta Maria Luíza Ritzel Remédios que o historiador assinala novas manifestações, permanentemente atualizadas, do passado:

O trabalho do memorialista não envolve apenas o ato de reviver o passado, enumerando e repetindo fatos antigos. Muito mais que um copista do passado, ele é um restaurador que tem a tarefa de reconstruir o que, parcialmente, já sofreu a erosão do tempo. (REMÉDIOS, 2004, p. 330)

Os periódicos especializados constituem material privilegiado de análise na caracterização da produção cultural de determinada época, ainda que guardem algo do imediatismo do cotidiano. A crítica contemporânea, em inúmeros de seus ramos, descobriu esse campo de estudos, um campo consideravelmente aberto e propício ao diálogo interdisciplinar.

As publicações em jornais e revistas, por exemplo, algumas delas só recuperáveis nas coleções particulares de escritores, são consideradas por Jacques Petit (1977) como um último *avant-texte*, uma espécie de prova antes da publicação em livro, um último rascunho que se oferece à análise histórica. Esse traço reforça o caráter documental e memorialístico que jornais e revistas possuem, até porque apresentam obras que não foram republicadas em qualquer outro formato e que, muitas vezes, somente são revisitadas pelos pesquisadores; bem como autores que, se não fosse pela constatação de uma assinatura em alguma coluna pelo olhar de um estudioso, jamais seriam reconhecidos. Outro exemplo da segregação, nas histórias da literatura, além do deslocamento para a margem das publicações periódicas, é a exclusão, dessas produções literárias quando ocorridas em regiões periféricas, muito longe dos grandes centros intelectuais. E é por isso que os textos literários publicados em revistas e jornais devem ser considerados material importante: excluídos do cânone, ao ressurgirem, enriquecem a literatura de um povo.

Segundo Regina Zilberman:

É nesse sentido que pesquisar fontes corresponde não apenas a uma atitude, mas a um programa que supõe um posicionamento perante a Teoria e a História da Literatura. Corresponde igualmente à tomada de posição perante o canônico e o marginal, já que, quando se trata de recuperar elos perdidos de nosso passado literário e cultural, passam a

ocupar o proscênio coadjuvantes que, seguidamente, ainda não suscitaram interesse, foram reprimidos ou ocultados, ficaram de fora da corrente dominante, as *main streams* das escolas e tendências. (ZILBERMAN, 2004, p.23)

O trabalho com as fontes primárias é um dos campos mais instigantes em termos de revigoração do cânone, na medida em que os textos encontrados podem disputar espaço nas páginas das histórias da literatura, que valorizam com muito mais facilidade o que sai publicado em forma de livro. Assim, a defesa de um retorno às fontes, como uma das principais conseqüências dessa nova visão que se impõe ao cânone, passa a ser uma constante entre diversos estudiosos que trabalham com o marginal, com o esquecido. Tais pesquisadores, ao buscarem novos caminhos, novos rumos, questionam o consenso de que a história da literatura já foi contada, reinterpretando o passado à luz de novas visões e reconstruindo a literatura brasileira na medida em que favorecem a integração dos excluídos.

Se, depositados nos institutos, os periódicos ainda não se constituem em fontes, o historiador, ao lançar seu olhar àquele material, transforma o que antes estava apenas “dormindo” em um artefato que servirá para elucidar questões, entender períodos não esclarecidos, compreender a produção de uma época. O historiador deve proceder a um ato de construção, trazendo do anonimato o que estava hibernando em prateleiras. Para Zilberman:

[...] o retorno às fontes primárias tem sentido enquanto representa uma retomada, desde um ângulo menos viciado, da História da Literatura. Esta, no modo como se apresenta no ensino e nas obras

que a narram, é um prato feito, previamente preparado para consumir ou rejeitar. (ZILBERMAN, 2004, p.28)

Essas novas visões, que para muitos críticos, como é o caso de Harold Bloom, parecem ser esforços para derrocar o cânone atual são, na verdade, tentativas de ampliá-lo, na intenção de estender o patrimônio cultural de uma dada sociedade e enriquecer sua memória coletiva. Partindo desse pressuposto, os intelectuais da contemporaneidade passaram a focalizar o cânone através de uma perspectiva múltipla e o resultado foi a tentativa de inclusão de toda a produção marginalizada, isto é, excluída da órbita da literatura, como é o caso da literatura publicada em periódicos. De acordo com esta visão, o cânone não é mais visto como algo fixo, natural, mas uma produção como outra qualquer, marcada e sujeita a interesses de ordem ideológica diversa. Sendo assim, ele pode ser modificado, dependendo inteiramente do olhar que lhe dá forma.

As discussões relativas ao cânone são sempre muito polêmicas, na medida em que este é resultado de uma escolha por parte de autoridades críticas originárias de contextos ideológicos antagônicos. Sendo assim, acreditar na existência e permanência de um cânone literário homogêneo e consensual é mera ilusão. Neste novo século, o que se observa é o surgimento de uma nova possibilidade de releitura do cânone que procura favorecer a “diversidade paradigmática no rol de textos que vem a constituir não mais o cânone hegemônico, mas diferentes cânones para inúmeras variáveis de histórias literárias que eventualmente possam vir a ser inventadas pelas autoridades das diversas comunidades interpretativas” (CAIRO, 2005, p.92).

Para Eduardo Coutinho, “A idéia de um cânone único e oficial foi abandonada, e substituída pela noção de uma estrutura aberta, suficientemente flexível de

modo a incluir um espectro de possibilidades, que variam de acordo com circunstâncias históricas diferentes” (COUTINHO, 2003, p. 43). No bojo das transformações ocorridas com o cânone, novas possibilidades de pesquisa se abriram. Paulatinamente, abandonou-se a idéia de uma construção historiográfica que pudesse abarcar todos os produtos de um dado período ou região, como aponta Maria Eunice Moreira:

Esse novo paradigma repercute na história da literatura que deixa de se apresentar como a representação de uma unidade nacional, verdadeiro panteão de obras e autores, para abrir espaço à pluralidade das escritas, escrevendo-se o cânone não mais no singular, mas possibilitando a escrita de vários cânones. (MOREIRA, 2004, p.177)

A história da literatura sempre primou pela monumentalidade, numa tentativa improvável de alcançar a totalidade. Diferentemente, a nova história não se caracteriza pela amplidão, mas pode ser aberta e fragmentada, uma vez que se compõem de várias micro-histórias que preservam a memória do que estava à sombra do cânone, como é o caso dos textos publicados em jornais e revistas, e não apenas do que se encontrava no centro. A questão do suporte privilegiado pelas histórias da literatura também precisa ser revisada, pois elas secundarizaram, por exemplo, a produção estampada na imprensa literária, por não se adaptar ao perfil de realização estética das obras modelares, negando, assim, a sua condição de objeto de estudo e fruição estética, uma vez que não apresentam espaço para manifestações outras que não aquelas consignadas pelos livros.

A pesquisa com fontes documentais abre espaço para questionamentos que se interseccionam, como visto, em torno da história, da literatura e do cânone. O estudo

da memória cultural aponta para micro-histórias que, trazidas para o presente, sirvam de compreensão do ontem e do hoje. Compete ao pesquisador da área literária rastrear as fontes a fim de reforçar a memória coletiva.

Como é possível ler a tradição literária a partir desses rastros deixados em jornais e revistas, conjugando-se passado, presente e futuro? Como construir esse tipo de leitura, num momento em que se verifica a rapidez na transmissão de informações e as contradições de uma época denominada pós-moderna? Enfim, há lugar para o arquivo? De que maneira documentos de uma época, que expressam marcas no corpo da experiência individual e coletiva, podem estar a serviço da memória, inscrevendo-se no *ali onde* mencionado por Derrida e se projetando para o desejo de um futuro?

Tais indagações, somadas às relações existentes entre memória, literatura e história, ajudaram a arquitetar a idéia central desse trabalho, intitulado “*O Pão* (1892-1896): veículo de divulgação literária e instrumento de intervenção na realidade social cearense”. Esta tese de Doutorado originou-se de uma pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida sob a orientação do Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo, durante o curso de graduação em Letras da UNESP - Universidade Estadual Paulista, câmpus de Assis. O trabalho constou de dois momentos: o primeiro, sob o título de “A crítica literária brasileira do século XIX: *O Pão... da Padaria Espiritual* (1892-1896)”, com duração de um ano, versou sobre o levantamento, a leitura e a transcrição para o Português atual de todos os textos de crítica literária brasileira publicados no periódico. Naquele momento, foi redigida também uma introdução monográfica, tendo em vista a montagem de uma Antologia dos textos de crítica literária d’*O Pão*.

O segundo momento, intitulado “A prosa literária brasileira do século XIX: *O Pão... da Padaria Espiritual* (1892-1896)”, com duração de quinze meses, teve como objeto a prosa folhetinesca publicada no periódico. Nesta parte, concluída em dezembro de 2000, foi transcrita para o Português atual a prosa literária e, em seguida, elaborada uma reflexão monográfica sobre a mesma.

Durante o Mestrado, realizou-se a ampliação e sistematização desses estudos anteriores, através do levantamento, leitura e transcrição dos poemas publicados n’*O Pão* e da indexação de todo seu segmento literário. Assim, após a leitura e reunião de todo o segmento literário do periódico, realizou-se o estudo analítico dos textos de crítica literária, com base na Bibliografia montada e na experiência já obtida com o manuseio do material coletado, desde a Iniciação Científica.

A dissertação “*O Pão... da Padaria Espiritual* (1892-1896) e sua produção crítica”, que não se teria realizado sem o auxílio fundamental do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), inseriu-se na linha de pesquisa “Crítica e história literária”, uma das seis linhas de pesquisa na área de Teoria Literária e Literatura Comparada, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, fazendo parte também do Projeto Integrado de Pesquisa Memória e literatura nos periódicos brasileiros: do Romantismo à Contemporaneidade (CNPq), envolvendo pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, Dra. Ívia Iracema Duarte Alves (Coordenadora), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dra. Maria Eunice Moreira, e da própria UNESP, Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo.

Para o Doutorado, propôs-se a ampliação desses trabalhos, através do estudo, com base na Bibliografia do Projeto, do tipo de produção jornalística e literária veiculada pelo jornal *O Pão* e de sua repercussão e relevância na História da Literatura Brasileira e da

imprensa literária cearense, enquanto órgão que viabilizou a criação de um certo tipo de leitor e a construção do imaginário de uma nação. Essa nação em construção, presente nas representações discursivas do referido jornal, reflete a busca de uma identidade regional e, conseqüentemente, nacional, que se apresenta multifacetada e sem contornos definidos devido à constante influência da cultura européia que, ao mesmo tempo em que disseminava a ideologia capitalista, destruía os costumes locais. Sendo assim, os padeiros, fazendo uso de um espírito crítico e combativo, diferente dos grupos anteriores, não vêm com bons olhos a chegada do período republicano e a importação dos moldes de vida europeu, muito diferentes da realidade cearense. Desse modo, passaram a questionar a ordem estabelecida, lutar pelo surgimento de um público mais intelectualizado (diga-se leitor), bem como o reconhecimento social através do mundo das letras, na medida em que não encontravam funções compatíveis com o seu nível de aperfeiçoamento intelectual.

Lançando textos que documentavam a realidade social cearense com seus hábitos e sua cultura, e expressando a preocupação com a conservação da moral dos seus leitores, bem como seus bens culturais, *O Pão*, apesar de publicar alguns poemas simbolistas, lança terríveis ataques ao Simbolismo, na medida em que este movimento, devido ao seu teor anti-representativo e cosmopolita não cedeu lugar à tão valorizada representação da realidade local.

A Tese “*O Pão* (1892-1896): veículo de divulgação literária e instrumento de intervenção na realidade social cearense” se insere na linha de pesquisa “Arquivos da Memória: Fontes e Periódicos Literários e Culturais Brasileiros”, uma das três linhas de pesquisa em desenvolvimento na área de Literatura e Vida Social, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, fazendo parte também do Projeto Integrado de Pesquisa Memória e Construção Literária da América, do

Grupo de Pesquisa Memória e Representação Literária – GPMRL, do Departamento de Literatura da referida faculdade.

Ao elaborar este estudo sobre o jornal *O Pão* (1892-1896) e sua produção crítica, teve-se em mente atingir, ao mesmo tempo, três objetivos: aprofundar consideravelmente pesquisas que há alguns anos eram dedicadas ao assunto; contribuir para o resgate das fontes históricas sobre literatura brasileira publicadas em periódicos, estudo que vem crescendo significativamente nos últimos anos; e, de alguma forma, ao focalizar um dos mais famosos jornais literários do Ceará, dar uma pequena parcela de contribuição ao levantamento das literaturas regionais do Brasil, tal como preconizaram, e ainda preconizam, alguns estudiosos da cultura nacional, como foi o caso de Afrânio Coutinho, José Aderaldo Castelo e Antonio Candido.

A perspectiva de uma prática interdisciplinar se fez necessária, considerando-se o caráter plural do discurso em questão: está-se diante de um periódico contendo vários textos que dialogam com os acontecimentos de uma época e com a imprensa das outras províncias, sem perder de vista a distância geográfica entre elas e as diferentes posturas frente aos acontecimentos na segunda metade do século XIX. Entretanto, deve-se ressaltar que este trabalho colocou-se a serviço da memória não a partir de um processo "acumulativo de armazenamento do saber" (SOUZA, 1998, p. 81-88), mas como exercício de reelaboração.

Face à riqueza qualitativa e quantitativa dos textos existentes em *O Pão*, optou-se por um recorte de estudo que, embora levando em consideração a perspectiva literária, privilegiasse o discurso nacionalista veiculado pelos padeiros, o que possibilitou uma reflexão sobre o processo de formação da nação e do leitor. O ideal de nacionalidade, configurado em temas como o interesse do indivíduo e de grupos, da cidadania e da nação,

pode ser verificado no referido *corpus*, desde os seus editoriais, passando pela produção literária de autores locais e outros já consagrados à época pelas literaturas brasileira e estrangeira.

O caráter descritivo do trabalho deveu-se à necessidade de apresentação de material, ainda hoje pouco divulgado. Procurou-se também situá-lo no contexto cultural e literário da época, buscando o estabelecimento dos possíveis pontos de contato de *O Pão* com outros jornais e revistas e as tendências literárias do período. Dessa forma, quis-se registrar a especificidade desse jornal e a sua contribuição para o panorama literário cearense. Os padeiros, inseridos em seu contexto histórico-cultural, faziam tentativas de compreensão do momento que viviam, o que pode ser verificado em alguns artigos do periódico. Sem dúvida, o contexto histórico de uma época em muito contribui para a definição do caráter de uma geração. Entretanto, não é o único elemento que o forma e o caracteriza. Outros fatores entram na estruturação da mentalidade de uma geração, no entanto, o contexto cultural pode dar resposta a muitas perguntas e posicionamentos assumidos pelos padeiros.

Na extensa obra *História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré (1983) faz uma descrição das atividades jornalísticas e culturais da segunda metade do século XIX, e chama a atenção para a importância dos jornais como fontes de expressão das contradições políticas, sociais e o desejo de uma nova ordem política. O influxo dos acontecimentos, como os movimentos republicanos, abolicionistas, as questões religiosas, federativa e militar, teve na imprensa uma forte aliada, fazendo com que os jornais se multiplicassem, espalhados por todo o país.

Os estudos acadêmicos que organizam e recuperam do esquecimento produções literárias publicadas em jornais e revistas desempenham importante papel diante

do patrimônio cultural, contribuindo para a recuperação, a preservação da memória da atividade intelectual e o lançamento de luzes sobre o contexto cultural brasileiro. Socializar, através de pesquisa e sua divulgação, os produtos que dizem respeito à memória cultural nacional, é, de alguma forma, transformá-los em bem coletivo e, simultaneamente, pensar a atuação do intelectual como existindo em um mundo público ou lutando em um (e por um) mundo público. ( ARENDT, 1997)

O trabalho com jornais e revistas no Brasil ainda não se encontra completo, já que muitos periódicos permanecem intocados pela crítica e teoria literárias. Lançar luzes sobre eles pode significar rearticular visões sobre diferentes momentos, estabelecer novas cronologias, reestruturar conceitos como influência e origem evidenciando que o espaço cultural apresenta-se com fronteiras móveis, que podem ser redesenhadas pelo olhar do crítico, pela reflexão teórica sobre os atores colocados em cena pelo trabalho de descoberta e pesquisa.

Finalizando, deve-se acrescentar que toda pesquisa é parcial e provisória. Com fontes primárias, isso se mostra de uma forma mais candente e explícita. Esse trabalho é provisório, à medida que outros, tanto sobre o jornal *O Pão* bem como o sobre a intelectualidade cearense no século XIX, podem vir a enriquecer a reflexão sobre o quadro cultural da época. Nesse sentido, a pesquisa em arquivos, com fontes primárias, contribui, não só para o resgate da memória cultural, como também para a revisão de idéias preestabelecidas.

## **CAPÍTULO 1**

### ***O PÃO...* DA PADARIA ESPIRITUAL**

#### **1.1 A IMPRENSA LITERÁRIA FORTALEZENSE NO FINAL DO**

## SÉCULO XIX

Cabe salientar que a evolução das nossas letras se processou, outrossim, derredor de simples revistas literárias, autônomas [...] Em torno delas, com efeito, movimentavam-se vibrantes e intensíssimas agitações espirituais, de irrecusável influência, na incrementação do nosso patrimônio literário.

Dolor Barreira

No início da colonização do Brasil, situado a meio caminho entre as capitanias do Norte e as de Pernambuco e da Bahia, o Ceará se apresentava aos olhos da Coroa Portuguesa como um ponto estratégico de ligação entre essas duas regiões. Essa é a razão maior que levou os colonizadores a se interessarem por uma terra sem produtos de valor comercial, que pudessem despertar a cobiça da Metrópole. Era importante para Portugal ocupar essa região, pois a costa cearense sofria de calmarias temporárias, que dificultavam a comunicação entre o norte e o leste da colônia. Uma caravela, por exemplo, que saísse do Maranhão para Pernambuco, ou em sentido contrário, teria que esperar uma boa temporada até que os ventos voltassem a soprar favoravelmente. A demora era tanto que há quem diga que melhor seria ir a Lisboa e de lá retornar para as outras capitanias. Portanto, manter uma povoação fortificada nessas terras do meio convinha aos exploradores da riqueza colonial. Fortaleza vai nascer, assim, como um local de baldeação, onde as naus poderiam fazer eventuais aguadas, ou, quando não, deixá-las fundeadas e seguir viagem por terra, até alcançar as águas do rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão (GIRÃO, 1947).

Desde o início a história de Fortaleza é marcada por altos e baixos constantes. A chegada dos colonizadores foi muito custosa e de pouco sucesso inicial. A seca e os índios foram grandes entraves além do fato de não ter sido achado nenhum metal precioso. O forte marca a ocupação e o surgimento da cidade como elemento protetor dos colonizadores. A vila, depois cidade, consolida-se como entreposto para navegadores entre as capitanias do sul e do norte. Mais tarde, em 1799, com a autonomia administrativa da província do Ceará, Fortaleza torna-se a capital e principal ponto de convergência da produção de charque e algodão, que geram a riqueza necessária para a consolidação da cidade como líder entre todas as outras (GIRÃO, 1947).

O início da ocupação do território onde hoje se encontra Fortaleza data do ano de 1603, quando o português Pero Coelho de Sousa aportou na foz do Rio Ceará. Naquelas margens ergueu o Forte de São Tiago e deu ao povoado o nome de Nova Lisboa. Entretanto, devido a vários fatores, como ataques de índios, falta de recursos e a primeira seca registrada na História do Ceará (entre 1606 e 1607), Pero Coelho acabou abandonando a região (STUDART, 1924). Anos mais tarde, com o objetivo de expulsar os franceses do litoral do nordeste, mais especificamente do Maranhão, chegou aqui o português Martim Soares Moreno em 1613, quando recuperou e ampliou o Forte de São Tiago, e deu ao novo forte o nome de Forte de São Sebastião.

Segundo Raimundo Girão (1947), em 1637, houve a tomada holandesa do Forte de São Sebastião. E, em 1649, uma nova expedição holandesa no Ceará construiu, às margens do Rio Pajeú, o Forte Schoonenborch, começando nesse momento a história de Fortaleza, sendo responsável por seu início, o comandante holandês Matias Beck. Em 1654, os holandeses foram expulsos e o forte foi rebatizado de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção.

No ano de 1699, uma Ordem Régia de 16 de fevereiro criava a primeira vila no Ceará. Esta ordem não especificou qual o local exato da vila nova e por isso algumas vilas ficaram em disputa para ser a sede da comarca, dentre elas Aquiraz foi quem acabou sendo reconhecida. Com um ataque de índios à vila de Aquiraz, a vila do forte acabou sendo o refúgio dos sobreviventes e, em 1726, o povoado do forte foi elevado à condição de vila. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas da Companhia de Jesus e os aldeamentos indígenas de Porangaba e São Sebastião de Paupina, comandados pelos jesuítas, são elevados a condição de vila, respectivamente *Vila Nova de Arroches* e *Vila Nova de Messejana*. No ano de 1777, o Capitão-Geral José César de Menezes mandou realizar um censo, que relatou uma população de dois mil e oitocentos e setenta e quatro habitantes na vila de Fortaleza. Este ano e o de 1778 foram de seca, que dizimou quase todo o rebanho bovino da indústria de charque do Ceará. O golpe final no charqueado foi a seca que durou de 1790 a 1794. Em 1799, a Província do Ceará é desmembrada da Província de Pernambuco e Fortaleza é eleita Capital. (GIRÃO, 1947).

Com o definhamento da indústria da carne seca e a autonomia administrativa do Ceará e com as conseqüências da Revolução Americana de 1776, o que se viu no começo do século XIX foi o surgimento da cultura do algodão. De acordo com Ana Cristina Leite (1994), com o aumento das navegações para a Europa, é criada em 1812 a Alfândega de Fortaleza. Neste mesmo ano tem início a reforma urbanística projetada pelo tenente-coronel de engenharia, Antônio José da Silva Paulet, e também é construído o primeiro mercado da cidade e no ano seguinte o primeiro chafariz.

Um ano após a Independência do Brasil, em 1823, Fortaleza passou à condição de cidade, nomeada pelo Imperador Dom Pedro I de "Fortaleza de Nova Bragança", retornando posteriormente ao seu nome original, Fortaleza de Nossa Senhora de

Assunção. Em 1824, Fortaleza foi palco da disputa entre o Império e os revolucionários da Confederação do Equador. Com a derrota dos confederados, alguns de seus líderes, como João de Andrade Pessoa Anta e o Padre Mororó, foram executados no Passeio Público.

A partir do Segundo Império, Fortaleza vai se fortalecer perante outras cidades do Ceará a partir da política centralizadora de Dom Pedro II. Entre os anos de 1846 e 1877, a cidade passa por um período marcado pelo enriquecimento e melhoria das condições urbanísticas com a exportação do algodão e a execução de diversas obras, tais como a criação do Liceu do Ceará, o Farol do Mucuripe em 1845, Santa Casa de Misericórdia em 1861, Seminário da Prainha em 1864, Biblioteca Pública em 1867 e a Cadeia Pública (LEITE, 1994). Com o início da Guerra Civil Americana houve um aumento no preço do algodão no mercado mundial, o que fez crescer as exportações. Já em 1870 teve início a construção da Estrada de Ferro de Baturité, que serviria para escoar a produção até o porto da cidade (GIRÃO, 1947). A construção da Ferrovia que escoava para o porto a produção agrícola e pastoril do interior ajudou a consolidar Fortaleza como a mais importante cidade do Ceará e impulsionou o desenvolvimento industrial da região.

De 1860 até o final do século XIX, Fortaleza viveu movimentos sociais e culturais marcantes como o movimento abolicionista, nas décadas de 1870 e 1880, que culminou na libertação dos escravos no Ceará, em 25 de março de 1884, quatro anos antes de a abolição ser oficialmente decretada em todo o país, em 13 de maio de 1888 (GIRÃO, 1956). Francisco José do Nascimento, também conhecido como Chico de Matilde e mais ainda como Dragão do Mar, liderou a participação dos jangadeiros no movimento abolicionista negando-se a fazer o embarque de escravos no porto de Fortaleza.

Como pôde ser visto, ao longo do século XIX, a cidade de Fortaleza constituiu-se uma das mais importantes cidades cearenses, atuando, decisivamente, no

escoamento da produção regional bem como na importação de diversos bens manufaturados, ou seja, servindo como verdadeira porta de saída e entrada da Província. Esse contexto de significativo crescimento econômico, seguido de avanço urbano, expansão populacional e relativo progresso cultural, tornou-se campo razoavelmente fértil às práticas jornalísticas que evoluíram, consideravelmente, junto à comunidade cearense, durante aquela época. Por outro lado, o desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais de modernização do país.

Acompanhando o fato de que Fortaleza desempenhou papel primordial na província, a imprensa foi uma das mais destacadas do Nordeste e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Assim, além de ter sido uma das primeiras localidades cearenses a possuir jornais, Fortaleza teve algumas das mais perenes folhas, em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por várias décadas. Nesse sentido, o jornalismo praticado nessa cidade portuária acompanhou, passo a passo, de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira do século XIX.

O porto de Fortaleza não representou apenas "a porta de entrada" da Província, em termos do comércio de mercadorias, servindo também à circulação de informações, idéias e opiniões, pois, durante significativo período, as notícias chegavam ao Nordeste, através dos jornais do Rio e da Europa, vindos de navio. Era ainda comum a reprodução de notícias de periódicos do centro do país e estrangeiros, porém, a recíproca era verdadeira, uma vez que jornais da Corte reproduziam informações (e opiniões) prestadas pelas folhas de Fortaleza.

Além disso, havia também um intercâmbio entre os jornalistas, pois muitos dos escritores que atuaram em Fortaleza já haviam trabalhado ou viriam a atuar em atividades jornalísticas no centro do país. Ao lado dessa circulação de notícias, a imprensa

fortalezense agiu constantemente na emissão e construção de uma prática discursiva, dando voz aos mais variados grupos, frente aos partidos políticos que estavam em atividade no contexto regional e nacional, notadamente durante a formação do Estado Nacional Brasileiro e a transição da Monarquia à República.

Nesse quadro, a evolução da imprensa fortalezense, no século XIX, acompanhou o processo de desenvolvimento do jornalismo brasileiro, mormente do nordestino, tanto no aspecto cronológico, quanto nas estruturas de organização e sustentação. Mesmo com alguma defasagem com relação aos progressos das atividades jornalísticas na Capital imperial/Federal, o jornalismo na cidade de Fortaleza desenvolveu-se de modo coetâneo, como da maior parte da conjuntura nacional, e chegou a ser pioneiro, se relacionado com a conjuntura regional.

Em Fortaleza, em 1816, possivelmente já circulavam as chamadas “folhas” ou “folhetos”, dos quais quase não há registros. Estes chegavam à população letrada através da ação de agentes maçônicos-revolucionários que, em viagens pela região, os distribuíam com o intuito de favorecer a formação de um projeto libertário (MONTENEGRO, 2004). Sabe-se apenas que eram manifestações contra o sistema monárquico-absolutista e contra a opressão praticada na colônia, como é o caso de *O Preto e Bugio no mato*, duas folhas revolucionárias sobre as quais não se têm notícias precisas, sabe-se apenas que foram proibidas e recolhidas pelo governo. Havia também os periódicos importados, muitos de Londres, que apregoavam idéias liberais que pudessem favorecer aberturas no sistema colonial.

Segundo Montenegro (2004), dentro de um critério oficial, o *Diário do Governo do Ceará* foi primeiro jornal cearense, cujo redator, Padre Melo Mororó, o utilizava como meio de divulgação de suas convicções liberais, tendo se envolvido no

embate da Confederação do Equador. Entretanto, segundo informações do Barão de Studart, circulou antes do jornal oficial, a *Gazeta do Ceará*:

Realmente houve uma gazeta no tempo daquele notável homem de governo, mas essa não era impressa, redigia-a o próprio Sampaio, que a fazia circular; posso afirmá-lo, pois, que tal gazeta faz parte de meu arquivo. Chamava-se *Gazeta do Ceará*. (STUDART, 1924, p.34)

Entretanto, por falta de fontes acerca das origens desse jornal, é praticamente impossível explicar sua existência, bem como sua continuidade. Daí a preeminência oficial atribuída ao *Diário do Ceará*, na impossibilidade de uma reconstituição segura dos primeiros tempos do jornalismo cearense. De acordo com Geraldo Nobre “O que se escreveu, até agora, sobre a fase primordial do jornalismo no Ceará, não pode ser considerado definitivo, porquanto existem vários pontos a esclarecer”. (NOBRE, 1972, p.60) O período de 1817 a 1824 foi um dos mais agitados da história do Nordeste, devido ao inconformismo da população com relação à política oficial, daí o florescimento de diversas folhas panfletárias.

O jornalismo em Fortaleza desenvolveu-se num processo no qual podem ser identificadas três fases: a primeira, no início do século XIX, foi marcada pelas origens das atividades jornalísticas na cidade; a segunda, desde a metade da década de quarenta até e final da de sessenta - ambos do século XIX - caracterizou-se por um crescimento e diversificação dos periódicos, surgindo, então, a maior parte dos diários de extensa longevidade e a imprensa literária; e a terceira, nas três últimas décadas do século XIX, quando se deu um processo de amplo desenvolvimento e apogeu do jornalismo, até os prenúncios da crise que culminaria com o declínio, na virada daquela centúria para a

seguinte.

A divulgação de matéria literária constituiu-se uma tradição junto à imprensa cearense, especialmente nos jornais diários que, desde cedo, dedicaram algum espaço em suas páginas para apresentar trechos de obras literárias, através da seção "Folhetim". Esta seção, no entanto, destinava-se, essencialmente, a divulgar escritos de autores estrangeiros ou de renomados escritores brasileiros, ou seja, os "clássicos" da literatura, não ocorrendo maiores oportunidades para os poetas e prosadores da conjuntura local ou regional. Além disso, os folhetins eram apresentados ao "pé-de-página", e apareciam (ou desapareciam) de acordo com o espaço disponível, não sendo considerados matéria imprescindível à publicação como um todo (MONTENEGRO, 2004). A seção "Folhetim" caracterizava-se, ainda, por uma simples transcrição das obras, não havendo qualquer preocupação em abordar mais profundamente ou discutir aspectos ligados à literatura como a temática, a história ou a crítica.

Foi somente a partir do final da década de setenta que passou a desenvolver-se um jornalismo essencialmente vinculado à divulgação literária. Repetindo um fenômeno que se dava nas maiores cidades do país, as folhas literárias eram, normalmente, iniciativa dos próprios autores ou de indivíduos ligados à difusão da literatura, em geral, pertencentes a agremiações literárias e/ou culturais. (SODRÉ, 1966, p. 225-228) Esses periódicos surgiam numa fase de transformação das práticas jornalísticas, respondendo a uma nova conjuntura sócio-econômica e política que se anunciava, onde as preocupações com a cultura, as ciências e as humanidades se encontravam em embrião, fomentando a procura por material de leitura e atualidade capaz de desenvolvê-lo.

Nesse sentido, as publicações literárias gestaram-se nesse contexto social, especializando-se progressivamente no atendimento dessas novas necessidades. Nessa

linha, o surgimento desta imprensa literária insere-se num processo de desenvolvimento cultural da cidade de Fortaleza, no qual a imprensa, bem como as diversas agremiações que se formavam (Fênix Estudantil, Academia Francesa, Centro Literário, Padaria Espiritual, dentre outros) desempenhavam significativo papel na demonstração de que a “porta de entrada” da Província era bafejada pelos princípios básicos da civilização, conforme os padrões europeus.

Uma das grandes preocupações dos jornais literários esteve ligada ao constante intento de demonstrar que suas propostas eram essencialmente culturais, não devendo suas páginas destinar espaço a outro tipo de matéria que não estivesse ligada à literatura, à arte ou ao entretenimento. Esse objetivo das folhas literárias esteve associado à busca por uma superação da pasquinagem, então bastante em voga, bem como ao objetivo de tornar-se progressivamente uma alternativa ao jornalismo político-partidário, predominante em significativa parte da existência do jornalismo não só cearense como nacional. Ao lado dos noticiosos, os literários procuraram romper com a situação então vigente, especializando-se na difusão de notícias e na discussão de assuntos de atualidade sem compromisso doutrinário. Era, assim, uma tentativa de criar um jornalismo alternativo à prática intrinsecamente opinativa que marcava a imprensa até aquele momento.

Nesse contexto, as folhas literárias cearenses que circularam na segunda metade do século XIX, buscaram demarcar o seu território na prática de um jornalismo mais ameno, voltado à erudição e ao entretenimento, em oposição às folhas de caráter opinativo que sustentaram os mais variados embates políticos-partidários e/ou pessoais.

As iniciativas ligadas ao jornalismo literário estiveram quase sempre vinculadas às práticas da pequena imprensa, ou seja, eram periódicos em geral de pequeno formato, distribuição não-diária, normalmente irregular que apresentavam sérias

dificuldades na manutenção de sua circulação, os quais nem sempre eram elaborados em oficinas próprias, dependendo dos serviços de terceiros para serem impressos, como fica descrito em um artigo de abertura do jornal *O Pão* n.º 2:

Queremos apenas deixar bem acentuado no espírito do leitor que *O Pão* não saiu há mais tempo por falta absoluta de tipografia que o imprimisse, porque a todas que existem nesta terra pedíamos que imprimissem *O Pão* e todas respondiam que não. Não é que houvesse da parte delas o propósito de uma recusa ao nosso jornal, que só tem por inimigos a burguesia; mas havia a deficiência de meios com que satisfazer aos compromissos já tomados e imprimir *O Pão*. (Artigo de fundo. *O Pão*, n.º 2, 30 de outubro de 1892, p.2)

Em geral, eram jornais de confecção artesanal, nos quais um único indivíduo executava as mais variadas funções, desde a elaboração até a distribuição do produto final. Muitas vezes sem empregados, era o próprio proprietário quem se encarregava da redação, da formatação, do trabalho tipográfico e das vendas dessas folhas, como é descrito pelo padeiro Jovino Guedes, ao descrever a venda e também a divulgação do jornal *O Pão*, feitas pelos próprios padeiros. Aos domingos, os membros da Padaria Espiritual dirigiam-se ao Café Java de posse dos exemplares e os ofereciam a quem passava pelo local:

Após um curto itinerário feito em torno da praça do Ferreira, instalaram-se no Café Java. Fazendo ponto de reduto d'aquela popularíssimo estabelecimento, os padeiros, cada um por sua vez e todos a um tempo, investiam n'uma avidez de faminto a todo simples mortal que passava d'aquelas dependências, e pediam-lhe que, por quem era, comprasse-lhes "*O Pão*". E foi dess'arte que duas horas depois.., duas horas! .. achava-se completamente esgotada a edição de 2.496 exemplares do 2. n.º d' "*O Pão*". E foi ainda d'esta arte que todas as pessoas a quem oferecemos "*O Pão*" o compraram da melhor vontade e com a maior gentileza, a exceção de dois burgueses que tiveram o inaudito desplante de o recusar; um pela imperiosíssima circunstância de não saber ler, outro por se

achar muito azoinado (*sic*) de umas malditas homorróidas . (Artigo de fundo. *O Pão*, n.º 7, 6 de novembro de 1892, p.1-2.)

Nesse sentido, a imprensa literária também apresentou esse caráter de ser implementada a partir de iniciativas individuais que, apesar dos constantes obstáculos, e, às vezes, das condições precárias, conseguiram manter a circulação de periódicos de razoável qualidade editorial, apesar da pouca perenidade.

Os editores reclamavam, também, do pouco interesse demonstrado pela população, comparando o incentivo dado à literatura em outros países. Essa falta de interesse pela leitura foi destacada pelo literato João Lopes, do jornal *A Quinzena*, ao afirmar que:

Se na capital do império, metrópole da civilização sul americana, o meio não é propício às letras e as publicações exclusivamente literárias mal podem, à custa de tenaz e mortificante sacrifício, romper a espessa crosta da indiferença pública para arrastar uma vida penosa e efêmera; na província, aqui por estes recantos do norte, parece desatino quebrar a homogeneidade beatificante rotineira da vida provinciana, para escrever sobre letras e artes e ciência. Vão assim objetar-nos os *homens práticos*, homens práticos que, por pouco que saibam, sabem belamente sentenciar ex-cátedra que o nosso público é infenso, senão hostil a isso de literatura “que não bota ninguém para adiante”. (Preliminares. *A QUINZENA*, 15 de janeiro de 1887)

O padreiro Adolfo Caminha também comenta sobre o assunto, em uma de suas crônicas, ao dizer que:

A capital do Ceará, encantadora como uma pérola do Oriente, bela como a concheceis, é, entretanto, uma cidadezinha sofrivelmente atrasada com laivos de civilização. Se temos duas livrarias, em

compensação não lemos livros que prestem. (Sabatina. *O Pão*, n.º 2, 17 de julho de 1892, p. 1)

Além da falta de leitores em Fortaleza, outra dificuldade na manutenção das folhas literárias esteve ligada à inadimplência dos assinantes, que tiravam a praticamente solitária forma de arrecadação dessa imprensa. Isso levava os jornais a manifestarem-se abertamente contra essa situação, como o aviso que aparece em *O Pão* n.º 29:

Pedimos encarecidamente aos nossos assinantes do interior e dos Estados, que se acham em atraso, o estimável obséquio de mandarem pagar e reformar suas assinaturas até o fim de dezembro vindouro afim de que não lhes seja interrompida a remessa d'*O Pão* de janeiro em diante. Para este importante assunto chamamos a atenção de nossos prestimosos correspondentes e agentes. (Aviso. *O Pão*, n.º 1 de dezembro de 1895, p.4)

Os obstáculos relacionavam-se, também, à dificuldade na obtenção de matérias, como destaca Adolfo Caminha ao descrever, de forma bem humorada, as peripécias de um redator para conseguir a composição de seu texto:

Longos, intermináveis e modorrentos os sete dias últimos. Consulto meu secreto canhenho de cronista provinciano e quase nada encontro nele digno de figurar nas adoráveis colunas d'*O Pão*, a não ser o lamentável caso do vapor Alcântara que um descuido verdadeiramente fatal e criminoso arremessou às inóspitas praias de Piriquara. Excelente assunto, na verdade, mas próprio, porém, para um libelo ou para uma crônica hebdomadária, leve, diáfana, onde cada frase deve encerrar um conceito finamente xistoso e inofensivo, uma crônica como deveria ser esta que me propus a escrever, cheia de humorismos bons e tonificantes, alguma coisa semelhante a uma página alegre de Jules Janin ou de França Júnior, que a gente pudesse saborear aos domingos, antes do almoço e depois do café matinal, de volta do banho, pele fresca cheirando a sabonete inglês, espírito despreocupado das coisas pesadas e graves; uma crônica, enfim, escrita ao correr da pena, sem pedantescos sermões doutrinários. (Sabatina. *O Pão*, n.º 1, 10 de julho de 1892, p. 6)

O caráter artesanal e a impossibilidade de contratação de pessoal para a realização das diversas tarefas, ficando sobrecarregados os proprietários, foram outros fatores que limitaram a ação da imprensa literária. A impossibilidade de manter uma circulação regular foi um dos elementos motivados por aqueles fatores, ocorrendo, diversas vezes, a interrupção das edições, como ocorreu com o jornal *O Pão*. Após o surgimento dos seis primeiros números, que circularam de julho a novembro de 1894, o jornal dos padeiros saiu de circulação. Os outros trinta números, a começar pelo n.º 7, reaparecem no início de 1895, agora em tamanho maior e com a presença de um diretor, Antônio Sales, e um gerente, Sabino Batista (1868-1899). No primeiro número dessa nova série, isto é, o n.º 7, há um artigo inicial, intitulado “Voltando”, que assim se refere ao retorno do jornal:

Depois de uma ausência que muitos talvez já considerassem eterna, volta agora *O Pão* às pugnas da inteligência, e volta, como vêm, mais crescido, mais circunspeto e mais forte. A notícia de seu regresso despertou um movimento de simpatia no público cearense, ao qual não temos palavras bastantes para agradecer a boa vontade com que nos proporcionaram os meios precisos para que tivesse a nossa modesta mas operosa associação um veículo das suas produções, um registro dos seus esforços em prol do adiantamento literário de nossa terra. Robustecida pela aquisição de novos obreiros, estimulada pelos aplausos que tem conquistado em todo o país, espera a Padaria Espiritual prosseguir honradamente na sua missão, juntando novos triunfos aos que já assinalaram a sua trajetória. (Voltando. *O Pão*, n.º 7, 1.º de janeiro de 1895, p. 1)

Leonardo Mota, referindo-se à segunda fase do jornal, comenta que:

Antônio Sales alardeava, cheio de otimismo, orgulhoso do passado, satisfeito com o presente, e crente no futuro d’ *O Pão*: – “Muitas das melhores penas brasileiras e algumas estrangeiras têm

perlustrado as nossas colunas, onde figuram, jóias literárias de valor precioso e de valor real. Rara é a obra que aparece no Rio ou nos Estados que não nos seja oferecida por seu autor com dedicatórias honrosas. A remessa da nossa revista é vivamente solicitada por todas as sociedades literárias que se vão organizando e pelas publicações que surgem. Finalmente não nos tem faltado o calor da simpatia pública, nem motivos de satisfação para a nossa vaidade – um travo que toda gente tem, mas que nem toda a gente confessa ter, seja embora um sentimento nobre e legítimo, quando assenta em bases honestas. Seria, pois, ofensa a Deus o queixarmos da sorte. Mesmo porque isso de sorte é, o mais das vezes, o bode expiatório dos nossos erros”. (MOTA, 1938, p.80)

Essas considerações de Antônio Sales sobre o presente próspero do jornal não se mantiveram por muito tempo, pois, logo após tais comentários, o jornal parou de circular durante oito meses, voltando à ativa no dia 15 de agosto de 1896, perdurando por apenas três meses, pois finda-se em 31 de outubro de 1896.

Apesar das dificuldades, as folhas literárias se espalhavam pela Corte e pelas províncias, servindo à difusão cultural, além de proporcionarem entretenimento ao público leitor. Nesse quadro, o desenvolvimento da literatura cearense do século XIX esteve intimamente vinculado ao aparecimento da imprensa e dos grêmios literários, pois os periódicos, em sua maioria lançados por essas agremiações, tiveram efetiva influência na produção literária da Província e na sua conseqüente divulgação, uma vez que os principais autores cearenses recorriam aos jornais e revistas, devido às grandes dificuldades que encontravam para a publicação e difusão de suas obras. Foram divulgados nesses jornais literários trabalhos dos mais representativos autores cearenses: romances, contos, poesias, correspondências e textos críticos. Assim, esses elementos difusores tiveram fundamental importância para o enriquecimento cultural da província, permitindo uma maior popularização da incipiente literatura local e regional. De acordo com BARREIRA (1948,

p. 59), “a evolução das letras no Ceará se fez, quase sempre, preponderantemente, em torno das associações, academias ou grêmios literários e de seus órgãos especiais”, ou seja, seus jornais e revistas.

## 1.2 AS SOCIEDADES LITERÁRIAS EM FORTALEZA

José reconhecia que, depois do Rio de Janeiro, é “Fortaleza a cidade do Brasil onde menos apagada é a vida literária”. Adebal de Carvalho, que nos visitou há quarenta e quatro anos, daqui saiu dizendo que “no Ceará a literatura chega a ser mania; o cearense é literato por índole e por nascimento”. É pois, evidente difícil, senão impossível, arrolar todas as agremiações que não ocorreram para que o Ceará fizesse e faça jus aos conceitos externados por Veríssimo e Aderbal.

Leonardo Mota

O Ceará não podia eximir-se à proliferação das academias, arcádias ou agremiações literárias em voga na Europa desde o século XVII e no país desde o século XVIII. Além disso, há outro motivo que também explica o aparecimento dessas sociedades na província: não havia no Ceará nenhum estímulo às produções intelectuais e artísticas bem como à publicação de livros. Sendo assim, intelectuais reuniam-se em agremiações em Fortaleza, tendo como intuito promover a fermentação de idéias, o gosto artístico e, principalmente, a formação de um público leitor. Para tanto, lançavam jornais e revistas em

que publicavam os mais diversos tipos de textos que “além de sanar os problemas relacionados com as dificuldades eventuais de edição da obra em volume [...] também era uma interessante oportunidade [...] de lançar uma espécie de balão de ensaio, através do qual poderiam sondar a aceitação do público” (BRITO, 2003, p.60).

Referindo-se às causas que determinaram o surgimento dessas sociedades na Capital cearense e sua grande importância intelectual, escreveu Frota Pessoa no final do século XIX:

[...] essas agremiações não deixam de ser interessantes e até certo ponto se justificam. No meio provinciano falece de todo o estímulo a qualquer produção de arte. [...] Não há como se celebrar um gênio, fulgindo nessas colunas febris, consagradas a fins mais altos que acolher lucubrações literárias. Depois, o poeta, que é amanuense do governo, não tem guarida no jornal da oposição, e contista, que frequenta os salões e namora a filha do chefe político em oposição, nunca achará agasalho na folha oficial. A publicação de livros é um martírio: o preço da edição – exorbitante, e ninguém quer ou sabe lê-los, quanto mais comprá-los. (PESSOA, Apud. BARREIRA, 1948, p.63)

Frota Pessoa sabia das dificuldades do meio, inclusive fez parte de uma dessas agremiações que procuravam sacudir Fortaleza, o Centro Literário. Intelectuais como ele, ou seja, que tinham interesse em publicar suas idéias, só encontravam um certo desafogo nessas sociedades, nas quais discutiam variados assuntos, reuniam-se para lerem suas produções, fundavam jornais e revistas, desenvolviam seus talentos e partiam para vôos mais largos, pois, afinal, vários escritores cearenses renomados, reconhecidos em todo o país, no início de suas carreiras, fizeram parte desses grupos, como é o caso de Juvenal Galeno, Araripe Junior, Rocha Lima, Tomás Pompeu, Adolfo Caminha, Antônio Sales, Oliveira Paiva, dentre outros.

O estudioso cearense Leonardo Mota (1938, p.04-07), num trabalho sobre a Padaria Espiritual, apontou, em ordem cronológica, 37 sociedades intelectuais que surgiram entre os anos de 1870 e 1900 no Ceará: Fênix Estudantil (1870), Academia Francesa (1873), Gabinete Cearense de Leitura (1875), Gabinete de Leitura - Baturité (1875), Instituto Histórico e Geográfico Cearense (1877), Gabinete de Leitura - Aracati (1879), Associação Literária Uniense - União (1879), Gabinete de Leitura - Granja (1880), Recreio Instrutivo (1881), Gabinete de Leitura - Pereiro (1883), Club Literário Cearense (1884), Gabinete de Leitura - Campo Grande (1884), Sociedade Rocha Lima (1884), Grêmio Literário (1885), Gabinete de Leitura - Ipú (1886), Club Literário (1887), Instituto do Ceará (1887), União Cearense - Baturité (1887), Sociedade Ensaio Literários (1887), Club Literário e Recreativo Ipuense (1887), Gabinete de Leitura - Barbalha (1889), Sociedade União e Concórdia (1890), Club Literário e Democrático - Porangaba (1890), Biblioteca 16 de Novembro - Baturité (1890), Sociedade Silva Jardim (1892), Sociedade José de Alencar (1892), Sociedade Literária 11 de Janeiro - Cariri (1892), Padaria Espiritual (1892), Centro Literário (1894), Academia Cearense (1894), Congresso de Ciências Práticas (1894), Apostolado Literário - Baturité (1894), Congresso Estudantil (1895), Club Literário e Musical Alberto Nepomuceno - Quixadá (1895), Club Adamantino (1898), Iracema Literária (1899), Boemia Literária (1899), Romeiros do Porvir - Crato (1900).

Até 1870, o Ceará ainda não possuía uma associação de relevo. Para Leonardo Mota, o precursor dos idealizadores das associações foi Rocha Lima:

Não hesito em apontar em Rocha Lima o verdadeiro precursor dos ideadores da socialização de nossos letrados. O, mais tarde, autor de “Crítica e literatura” tinha jeito para controlar inteligências. Em 1870, com João Lopes e Fausto Domingues, ele fundara a “Fênix Estudantil”, que era um

sodalício de rapazinhos, de vez que Rocha Lima tinha, então, 15 anos, João Lopes 16 e Fausto Domingues 19. Note-se: quem, um triênio depois, daria na famosa “Academia Francesa”, provas de ferrenho agnosticismo, começará pondo a “Fênix Estudantil” sob o patrocínio de São Luiz de Gonzaga [...] (MOTA, 1938, p.11)

José Veríssimo, no capítulo “A literatura provinciana”, de sua obra *Que é literatura? e outros escritos*, (1857-1916), ao fazer referência à Academia Francesa do Ceará, a Padaria Espiritual, o Centro Literário e a Academia Cearense, também cita Rocha Lima e seu grupo como precursores. Escreve o crítico que nas décadas de 70 e 80 do século XIX, quando ocorreu um “movimento espiritual” em todo o Brasil, o Ceará também teve o seu grupo literário, dirigido principalmente para a crítica e a renovação filosófica de Comte, Spencer, Taine e Renan:

Foram dele Capistrano de Abreu, Tomás Pompeu, Virgílio Brígido, o malogrado Rocha Lima e outros, que apenas namoraram as letras, sem com elas se casarem. Publicaram efêmeros jornais literários, folhetos e não sei se algum livro. Mas lançaram, na terra árida, a semente que frutificou na Padaria Espiritual, na Academia Cearense, onde Pompeu continua a trabalhar, no Centro Literário. E não é muito dizer que talvez seja depois do Rio o Ceará a terra do Brasil onde é menos apagada a vida literária e maior a produção. É considerável o que eles têm publicado de livros de versos nestes últimos anos [...] (VERÍSSIMO, 1907, p.113-14)

No Ceará, como já foi dito, foi mediante a ação dessas associações, revistas e jornais literários, que lhe serviram de órgãos, que as letras cearenses se expandiram, fecundaram e frutificaram. Dentre estas sociedades algumas tiveram existência curta e efêmera, outras longa e intensa, como é o caso da Academia Francesa, Gabinete Cearense de Leitura, Club Literário, Instituto do Ceará, Padaria Espiritual, Academia Cearense, Centro Literário, dentre outras.

A Academia Francesa, fundada em 1872 por Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Xilderico de Faria, João Lopes e Tomás Pompeu Filho, parece ter sido fruto da viagem de Rocha Lima, em 1871, a Pernambuco (BARREIRA, 1948). Nesta época, estava em plena efervescência crítica e filosófica a Escola do Recife, cujo principal representante era Tobias Barreto. Imbuído de novas idéias adquiridas durante a temporada pernambucana, ao voltar para o Ceará, procurou propagá-las, para tanto criou um centro cultural de onde pudesse irradiá-las e torná-las fecundas. Desse modo, nasce a Academia Francesa que, influenciada pelas inovações européias do último quartel do século XVIII movidas pelo progresso, ciência e tecnologia, combateu os setores tradicionais da sociedade cearense, como a Igreja, e questionou questões complexas da realidade da época como o atraso intelectual, o ajustamento social à ordem industrial-civilizatória oriunda dos países europeus, o progresso, o trabalho, a educação.

Neste momento, em que as polêmicas entre o clero e a maçonaria estavam no seu auge, Tomás Pompeu, João Câmara e Xilderico de Farias fundaram o jornal *Fraternidade* (1873), órgão maçônico através do qual defendiam a modernização intelectual e social de Fortaleza e combatiam o clero, considerado o responsável pelo atraso material e intelectual. Tendo como intuito preparar a população para a chegada do tão esperado progresso europeu, o grupo da Academia Francesa também criou a Escola Popular, espaço de reflexão intelectual em que realizavam palestras e debates sobre questões religiosas, filosóficas, históricas, sociais e literárias para pobres e operários. Os temas levantavam polêmicas quanto aos rumos tomados pelos cearenses mediante a chegada dos ideais industriais-civilizatórios. Longe dos ideais religiosos e mais próximos do mundo material e científico, os intelectuais da Academia, adeptos do positivismo, propagavam a ideologia do trabalho e da ciência e do ajustamento social aos moldes da

sociedade européia, principalmente francesa. A Academia Francesa funda-se em 1875, deixando significativa contribuição à cultura cearense

A 02 de dezembro de 1875, surge o Gabinete Cearense de Leitura, um centro de estudo com quase dois mil volumes, sendo algumas obras raras, que criou um curso de conferências públicas, aulas de língua e ciências e um curso noturno de instrução primária (BARREIRA, 1948). Fizeram parte do Gabinete Cearense Rocha Lima, Tomás Pompeu, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, João Lopes, Xilderico de Faria, Clóvis Bevilaqua, Antônio Martins, Guilherme Studart e Paula Nei. Tendo como interesse principal a formação de um público leitor na província, o Gabinete também proporcionou um alargamento do domínio cultural dos cearenses bem como um aumento do interesse literário. Procurando explicar a inclusão dos gabinetes de leitura entre as sociedades literárias, diz Leonardo Mota que “[...] essa inclusão se justifica, não apenas pelo real impulso por eles trazido à criação literária, com o disciplinar de vocações que desabrocham, mas também porque tais gabinetes valem por associações regularmente organizadas e orientadas quase sempre por espíritos de prol (MOTA, 1932, p.08). O Gabinete extingui-se em 1886 e sua valiosa coleção foi doada à Biblioteca Pública do Ceará.

Fundado em 15 de novembro de 1886, o Club Literário, cujos principais membros eram João Lopes, Antonio Bezerra, Antonio Martins, Oliveira Paiva, José Olimpio, Abel Garcia e José de Barcelos, contou com a colaboração de nomes importantes como Juvenal Galeno, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, Antônio Sales, Justiano de Serpa, Xavier de Castro e Francisca Clotilde (BARREIRA, 1948). Reunindo apenas intelectuais dados às Letras, o grupo tinha por fim promover a ascensão intelectual de seus associados bem como manter um órgão na imprensa, no caso o jornal *A Quinzena*. Este, que teve trinta

números em um ano e meio de existência, veiculou crônicas de João Lopes; contos de Oliveira Paiva, José Carlos Júnior e Francisca Clotilde; ensaios de crítica literária de Farias Brito, José de Barcelos, José Carlos Ribeiro e Abel Garcia; e poemas de Juvenal Galeno, Justiano de Serpa, Martinho Rodrigues, Rodolfo Teófilo, Francisca Clotilde, Antônio Sales, Xavier de Castro, Virgílio Brígido, José Olímpio, José Martins, dentre outros. O jornal *O Libertador* deu a seguinte notícia sobre o aparecimento do *Club Literário*:

Ficou ontem definitivamente instituído nesta capital um *Club Literário*, de cuja fundação já se tratava em reunião no dia 11 do corrente. [...] O *Club Literário*, começa sob os melhores auspícios e auguramos a tão distinto e esperançoso grêmio gloriosa e longa existência. (Apud BARREIRA, 1948, p.116)

Ao referir-se aos intelectuais que compunham a nova agremiação, diz o artigo:

[...] os espíritos mais cultos e progressistas tomam a vanguarda dessa útil empresa, a qual com sobejas razões esperamos grandes proveitos às nossas letras [...] Começamos a acreditar que o ano próximo vai trazer estímulo e muito talento inculdo que por aí se oculta à falta de um meio que encaminhe o espírito desta mocidade inteligente e ativa. (Apud BARREIRA, 1948, p.117)

As considerações do jornal *O Libertador* não eram imparciais, seu apoio ao *Club Literário*, do qual a maioria dos seus redatores eram integrantes, sugere um certo apadrinhamento. Sem contar o fato de que a revista do novo grêmio seria impressa nas gráficas do *Libertador*. Afirma Antônio Bezerra que:

O *Club Literário*, sociedade mais elevada, que se distingue pela maior soma de conhecimentos dos seus associados em diversos

assuntos do saber humano, compõe-se em sua maioria dos redatores e colaboradores do *Libertador*. (Apud BARREIRA, 1948, p. 120)

Preocupados em apurar o gosto literário dos cearenses bem como mantê-los informados sobre o mundo das letras, os representantes do Club Literário além de publicarem seus textos críticos e literários nas colunas de *A Quinzena*, também informavam os leitores sobre livros, jornais e revistas publicados no país e, em alguns casos, na Europa. É notável a preocupação desses intelectuais com a formação de leitores na província. Oliveira Paiva, tentando chamar a atenção dos conterrâneos para o livro, escreveu o seguinte nas colunas de *A Quinzena*: “Nada é tão capaz de fomentar o patriotismo e ascender os brios de uma Nação como a literatura. O Livro acompanha o indivíduo onde quer que ele vá. Custa-lhe barato. Que mais? Deve ser uma arma para o cearense. Esta é a idéia do Club Literário: - O LIVRO É A PALAVRA EM AÇÃO.” (*A Quinzena*, 31 julho de 1887, p.02). Com a emigração de João Lopes para o Amazonas e o fim da publicação do jornal *A Quinzena*, o Club Literário foi, aos poucos, diminuindo suas atividades. Entretanto, até o ano de 1894, seus integrantes ainda se reuniam.

Em 1887, nasce o Instituto do Ceará, que teve como principais componentes Guilherme Studart e Antonio Bezerra. O intuito deste grêmio era o cultivo da ciência, das letras, da história e da geografia; sendo assim, manteve um órgão na imprensa cearense, a *Revista*, através da qual seus componentes publicavam seus textos (BARREIRA, 1948).

A Padaria Espiritual surge, em 1892, das reuniões de um grupo de rapazes que se reuniam nas mesas do Café Java, um quiosque que ficava no centro de Fortaleza, para falar de literatura. O intuito maior do grupo era despertar nos cearenses, como fora de interesse de outras sociedades literárias, o gosto artístico, principalmente literário. Todavia, como já havia precedentes de sociedades literárias, muitas delas de traços tradicionais,

então os integrantes da Padaria Espiritual, em especial seu idealizador, Antônio Sales, decidiram produzir algo original e, se necessário, até mesmo escandaloso, mas que repercutisse entre os cearenses. Desse modo, Antônio Sales deu um nome original ao grêmio, Padaria Espiritual, e, em seguida, elaborou seu inovador programa de instalação, que foi um verdadeiro sucesso. O estudioso cearense Raimundo Girão, ao comentar sobre o reboliço criado pelo surgimento do grêmio na pacata Fortaleza, escreve: “Marca a Padaria, como se sabe, o ponto mais cheio de claridade no terreno viçoso, da literatura do Ceará. É uma agitação de mocidade jovial e mais solta dos preconceitos e idéias impoliradas, e lá fora, no Brasil e além dele, a algazarra gloriosa dos padeiros fortemente repercutiu.” (GIRÃO, 1975, p.11-12).

Apesar do espírito jovial e brincalhão dos padeiros, a verdade é que a Padaria Espiritual contribuiu muito para a promoção da literatura cearense. Além de ter lançado o jornal *O Pão*, em que foram publicados vários contos, fragmentos e capítulos de romances, crônicas, poemas e textos de crítica literária, também foi a responsável pela publicação de um número considerável de livros.

A Academia Cearense de Letras nasce em 1894 e apresenta três fases. De acordo com Dolor Barreira (1948), seus fundadores foram: Tomás Pompeu, Pedro de Queirós, Valdimiro Cavalcante, Raimundo Arruda, Álvaro Mendes, Farias Brito, Antônio Augusto de Vasconcelos, Guilherme Studart, José Carlos Júnior, Virgílio Augusto de Moraes, J. Fontenele, José de Barcelos, Antônio Bezerra, Francisco Alves, Drumond da Costa, Eduardo Studart, Adolfo Freire, Eduardo Salgado, Alcântara Bilhar, Franco Rabelo, Benedito Sidou, Antonino Fontenele, Antônio Teodorico Filho, Álvaro de Alencar, Padre Valdevino Nogueira, Henrique Théberge e Justiniano de Serpa. A primeira fase, que apresenta trinta sócios efetivos, inicia-se em 15 de agosto de 1894 e estende-se até 17 de

julho de 1922. Reconstituída por Justiniano de Serpa, a segunda fase da Academia vai de 1922 até 1930. Por fim, a terceira tem como marco inicial a década de trinta e chega até os dias de hoje. Uma das condições imprescindíveis para a admissão como sócio era a publicação de uma obra artística, literária ou científica ou a apresentação de um manuscrito a ser publicado. Os idealizadores da Academia tinham como objetivo estudar novas teorias e adaptá-las ao contexto em que viviam, bem como promover a instrução, sobretudo a profissional. Considerada por Raimundo Girão a mais antiga do Brasil, a Academia Cearense de Letras tem contribuído muito para o florescimento da literatura cearense, seja publicando sua *Revista* ou organizando conferências e cursos.

Em 27 de setembro de 1894, surge o Centro Literário, tendo como sócios fundadores Juvenal Galeno, Viana de Carvalho, Temístocles Machado, Papi Júnior, Álvaro Martins, Luiz Agassiz, Pedro Moniz, Alves Lima, Alfredo Severo, Jovino Guedes, Quintino Cunha, Frota Pessoa, Alcides Mendes, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, José Olímpio, Eduardo Sabóia, Francisco Barreto, Tancredo de Melo, Almeida Braga e Belfort Teixeira (MOTA, 1932). De acordo com Leonardo Mota (1932, p.52), o Centro Literário originou-se do afastamento de Álvaro Martins e Temístocles Machado da Padaria Espiritual. Todavia, os dois grêmios não se tornaram inimigos:

Era natural que Temístocles e Álvaro não guardassem amistosa lembrança dos seus companheiros de “fornadas”, mas as duas coletividades não se guerreavam. Tanto que as festas da “Padaria” eram freqüentemente assistidas por centristas; as duas sociedades promoviam sessões em comum, qual aconteceu a 16 de outubro de 1896, quando homenagearam a memória de Carlos Gomes, acontecia, até, que não faltava quem pertencesse simultaneamente à “Padaria” e ao “Centro”: Lopes Filho e Antonio Bezerra, por exemplo. (GIRÃO, 1975, p.52-53)

O Centro, que durou dez anos, organizou conferências literárias, editou obras, criou a revista *Iracema*, que lançou durante dois anos inúmeros textos, e prestou auxílio a grupos congêneres.

Após o fim das agremiações citadas, outras surgiram no contexto cearense, bem como seus jornais e revistas, favorecendo o desenvolvimento da arte e da ciência, como é o caso do Grupo Clã, o *Almanaque cearense*, *Revista Moderna*, dentre outros. São muitos os nomes a serem citados, pois a produção intelectual cearense é muito vasta, todavia o mais importante é enfatizar a relevância que esses grupos tiveram na promoção da literatura cearense. Além de servirem como espaço de encontro de intelectuais, em que eram discutidos os mais diversos assuntos, as agremiações lançavam inúmeros escritores e seus livros, bem como disponibilizavam na imprensa jornais e revistas em que publicavam vários gêneros literários. Outro dado importante a ser citado é a preocupação com a formação de um público leitor na província, ou seja, pessoas de gosto apurado que pudessem saborear obras literárias, bem como apresentar posições bem definidas sobre os vários assuntos discutidos no cenário nacional. Para tanto, promoviam conferências, sessões, escreviam artigos, alguns criaram espaços para leitura e estudo, enfim, lançavam mão dos mais diversos recursos para desenvolver o gosto artístico.

### **1.3 A PADARIA ESPIRITUAL**

Vejo, com grande prazer, que os “Padeiros” não dormem: - o sinal é precursor de uma mentalidade nova na terra de Iracema. Peço, pois, que me contemplem entre os seus apreciadores e não desanimem. O futuro é dos que trabalham.

Araripe Júnior

A Padaria Espiritual é uma das experiências culturais mais importantes do Ceará, na medida em que reuniu escritores que além de ajudarem a compor parte significativa da atividade literária e da imprensa na província, também participaram dos debates políticos, econômicos e sociais que ocorreram na região. No momento em que surge a agremiação, final do século XIX, “o país estava passando por grandes transformações na área política e econômica, dentre as quais pode-se ressaltar a transição da monarquia para a República e, simultaneamente, o aumento das relações comerciais entre a economia nacional e as potências do capitalismo industrial” (BRITO, 2003, p. 20). Essas transformações levaram os padeiros a assumirem uma posição quanto aos rumos a serem seguidos pelo país. Diferentemente dos Oiteiros e, principalmente, da Academia Francesa, defensores do progresso e da industrialização, a Padaria optou por criticar os valores capitalistas que chegavam da Europa, ao mesmo tempo em que passou a valorizar a cultura popular da pequena Fortaleza do século XIX, como as danças, a religião, as festas, as comidas típicas, as variadas profissões, a linguagem, enfim tudo o que era genuinamente cearense. Os padeiros:

[...] em sua maioria, preocupados com a preservação da diversidade popular local, reprimida pelas teorias monopolistas vindas das potências industriais, elegeram o modo de vida cearense como

definidor do caráter nacional. Daí, a preocupação de vários padeiros com a organização de um cancionero popular e a valorização do ambiente e da cultura cearense. (BRITO, 2003, p. 21 )

Fundado em 30 de maio de 1892, o grêmio contou com vinte fundadores e todos usavam pseudônimos: Jovino Guedes (1859-1905) - Venceslau Tupiniquim; Antônio Sales (1868-1940) - Moacir Jurema; Tibúrcio de Freitas (? -1818) - Lúcio Jaguar; Ulisses Bezerra (1864-1920) - Frivolino Catavento; Carlos Vitor (?-1894) - Alcino Bandolim; José de Moura Cavalcante (1865-1920) - Silvino Batalha; Raimundo Teófilo de Moura (1872-?) - José Marbri; Álvaro Martins (1868-1906) - Policarpo Estouro; Lopes Filho (1868-1900) - Anatólio Gerval; Temístocles Machado (1874-1921) - Túlio Guanabara; Sabino Batista (1868-1899) - Sátiro Alegrete; José Maria Brígido (1870-?) - Mogar Jandira; Henrique Jorge (1870-1928) - Sarasate Mirim; Lívio Barreto (1870-1895) - Lucas Bizarro; Luís Sá (1845-1895) - Corrégio Del Sarto; Joaquim Vitoriano (? -1894) - Paulo Kandalaskaia; Gastão de Castro (? - ?) - Inácio Mongubeira; Adolfo Caminha (1867-1897) - Félix Guanabarin; José dos Santos (? - ?) - Miguel Lince; João Paiva (? - ?) - Marco Agrata.

Ao reorganizar-se em 28 de setembro de 1894, a Padaria Espiritual ganhou mais quatorze integrantes: Antônio de Castro (1872-1935) - Aurélio Sanhaçu, José Carlos Júnior (1860-1896) - Bruno Jaci, Rodolfo Teófilo (1853-1832) - Marcos Serrano, Almeida Braga (? - ?) - Paulo Giordano, Valdemiro Cavalcante (1869-1914) - Ivan de Azof, Antônio Bezerra (1841-1921) - André Carnaúba, José Carvalho (1872-1933) - Cariri Braúna, Xavier de Castro (1858-1895) - Bento Pesqueiro, José Nava (1876-1911) - Gil Navarra, Roberto de Alencar (1879 – 1898) - Benjamim Cajuí, Francisco Ferreira do Vale (1856-1918) - Flávio Boicininga, Artur Teófilo (1871-1899) - Lopo de Mendoza, Cabral de Alencar (1877-1915) - Abdul Assur, Eduardo Sabóia (1866-1918) - Brás Tubiuna.

Tais membros eram sua maioria pessoas simples dos setores médios e baixos de Fortaleza que pretendiam destacar-se como literatos, uma forma de reconhecimento e ascensão social. Surpreso com o empenho e a amizade dos Padeiros, o escritor Pardal Mallet, ao visitar a agremiação, registrou o seguinte no Livro de Ouro da Padaria Espiritual:

Crescido na solidariedade de um grupo que conta em seu seio Paula Nei, Artur e Aluizio Azevedo, Olavo Bilac, Luiz Murat, Coelho Neto e outros; cresci num grupo que fez da Amizade a sua melhor força, eu sinto uma verdadeira alegria em ver na “Padaria Espiritual” a mesma idéia de união arregimentando a moderna falange cearense. É nesta solidariedade que está o segredo das futuras e garantidas vitórias, que a todos hão de definitivamente consagrar no mundo artístico brasileiro.(Apud, MOTA, 1938, 50-51)

Raimundo Correia, um dos correspondentes do grêmio, em uma carta enviada ao padeiro Antônio Sales, também refere-se ao espírito de união dos padeiros: “O exemplo de união e solidariedade, que vocês nos derem, talvez nos faça algum bem aqui; mas é preciso que toda a obra da “Padaria” seja aqui conhecida e atue vibrantemente sobre os nervos d’essa rapaziada enferma e desunida.”(Apud VAL, 1960, p.225) A agremiação teve vários correspondentes em todo o país, são eles Araripe Júnior, Olavo Bilac, Coelho Neto, Clovis Bevilacqua, Raimundo Correia, Garcia Redondo, Augusto de Lima e Afonso Celso. Estes, atuantes no cenário nacional, ajudaram na promoção do grêmio no cenário intelectual brasileiro.

Tendo surgido de um grupo de intelectuais que se encontrava no Café Java, na Praça do Ferreira em Fortaleza, a Padaria Espiritual, preocupada com a renovação intelectual, procurou despertar nos cearenses, através de ações excêntricas, o gosto pela literatura. O programa de instalação, muito original para a época e transcrito em vários

jornais do país, imortalizou a agremiação na historiografia literária brasileira. Eis seus quarenta e oito artigos:

1 – Fica organizada, nesta cidade de Fortaleza, capital da Terra da Luz, antigo Siará Grande, uma sociedade de rapazes de Letras e Artes denominada – Padaria Espiritual, cujo fim é fornecer pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”.

2 – A Padaria Espiritual se comporá de um Padeiro-mor (presidente), de dois Forneiros (secretários), de um Gaveta (tesoureiro), de um Guarda-Livros, na acepção intrínseca da palavra (bibliotecário), de um investigador das Coisas e das Gentes, que se chamava – Olho de Providência, e os demais amassadores (sócios). Todos os sócios terão a denominação geral de – Padeiros.

3 – Fica limitado em vinte o número de sócios, inclusive a Diretoria, podendo-se, porém, admitir sócios honorários que se denominaram Padeiros-livres.

4 – Depois da instalação da Padaria, só será admitido quem exhibir uma peça literária ou qualquer outro trabalho artístico que for julgado decente pela maioria.

5 – Haverá um livro especial para registrar-se o nome comum e o de guerra de cada Padeiro, sua naturalidade, estado, filiação e profissão a fim de poupar-se à posteridade o trabalho dessas indagações.

6 – Todos os Padeiros terão um nome de guerra único, pela qual serão tratados e do qual poderão usar no exercício de suas árduas e humanitárias funções.

7 – O distintivo da Padaria espiritual será um haste de trigo cruzada de uma pena, distintivo que será gravado na respectiva bandeira, que terá as cores nacionais.

8 – As fornadas (sessões) se realizarão diariamente, à noite, à exceção das quintas-feiras, e nos domingos, ao meio-dia.

9 – Durante as fornadas, os Padeiros farão a leitura de produções originais e inéditas, de quaisquer peças literárias que encontrarem na imprensa nacional ou estrangeira e falarão sobre as obras que lerem.

10 – Far-se-ão dissertações biográficas de sábios, poetas, artistas e literatos, a começar pelos nacionais, para o que se organizará uma lista na qual serão designados com a precisa antecedência o dissertador e a vítima. Também se farão dissertações sobre datas célebres da história nacional e estrangeira.

11 – Essas dissertações serão feitas em palestras, sendo proibido o tom oratório, sob pena de vaia.

12 – Haverá um livro em que se registrará o resultado das fornadas com o maior laconismo possível, assinando todos os Padeiros presentes.

13 – As despesas necessárias serão feitas mediante finta passada pelo Gaveta, que representará conta do dinheiro recebido e despendido.

14 – É proibido o uso de palavras estranhas à língua vernácula, sendo porém permitido o emprego dos neologismos do Dr. Castro Lopes.

15 – Os Padeiros serão obrigados a comparecer à fornada, de flor à lapela, qualquer que seja a flor, com exceção da de chichá.

- 16 – Aquele que durante uma sessão não disser uma pilhéria de espírito, pelo menos, fica obrigado a pagar no sábado café para todos os colegas. Quem disser uma pilhéria superiormente fina, pode ser dispensado da multa da semana seguinte.
- 17 – O Padeiro que for pegado em flagrante delito de plágio, falado ou escrito, pagará café e charutos para todos os colegas.
- 18 – Todos os Padeiros serão obrigados a defender seus colegas da agressão de qualquer cidadão ignaro e a trabalhar, com todas as forças, pelo bem estar mútuo.
- 19 – É proibido fazer qualquer referência à rosa de Malherbe e escrever nas folhas mais ou menos perfumadas dos álbuns.
- 20 – Durante as fornadas, é permitido ter o chapéu na cabeça, exceto quando se falar em Homero, Shakespeare, Dante, Hugo, Goethe, Camões e José de Alencar porque, então, todos se descobrirão.
- 21 – Será julgada indigna de publicidade qualquer peça literária em que se falar de animais ou plantas estranhas à Fauna e à Flora brasileira, como – cotovia, olmeiro, rouxinol, carvalho, etc.
- 22 – Será dada a alcunha de “medonho” a todo sujeito que atentar publicamente contra o bom senso e o bom gosto artísticos.
- 23 – Será preferível que os poetas da “Padaria” externem suas idéias em verso.
- 24 – Trabalhar-se-á por organizar uma biblioteca, empregando-se para isso todos os meios lícitos e ilícitos.
- 25 – Dirigir-se-á um apelo a todos os jornais do mundo, solicitando a remessa dos mesmos à biblioteca da “Padaria”.
- 26 – São considerados, desde já, inimigos naturais dos Padeiros – o Clero, os alfaiates e a polícia. Nenhum Padeiro deve perder ocasião de patentear seu desagrado a essa gente.
- 27 – Será registrado o fato de aparecer algum Padeiro com o colarinho de nitidez e alvura contestáveis.
- 28 – Será punido com expulsão imediata e sem apelo o Padeiro que recitar ao piano.
- 29 – Organizar-se-á um calendário com os nomes de todos os grandes homens mortos. Haverá uma pedra para se escrever o nome do Santo do dia, nome que também será escrito na Ata, em seguida à data respectiva.
- 30 – A “Avenida Caio Prado” é considerada a mais útil e a mais civilizada das instituições que felizmente nos regem, e, por isso, ficará sob o patrocínio da Padaria.
- 31 – Encarregar-se-á um dos Padeiros de escrever uma monografia à respeito do incansável educador Professor Sobreira e suas obras.
- 32 – A “Padaria” representará ao Governo do Estado contra o atual horário da Biblioteca Pública e indicará um outro mais consoante às necessidades dos famintos de idéias.
- 33 – Nomear-se-ão comissões para apresentarem relatórios sobre os estabelecimentos de instrução pública e particular da Capital, relatórios que serão publicados.
- 34 – A Padaria Espiritual obrigar-se-á, dentro do mais breve prazo possível, um Cancioneiro Popular, genuinamente cearense.
- 35 – Logo que estiverem montados todos os maquinismos, a Padaria publicará um jornal que, naturalmente, se chamará – “O Pão”.

- 36 – A Padaria tratará de angariar documentos para um livro contendo as aventuras do célebre e extraordinário Padre Verdeixa.
- 37 – Publicar-se-á, no começo de cada ano, um almanaque ilustrado do Ceará contendo indicações úteis e inúteis, primores literários e anúncios de bacalhau.
- 38 – A Padaria terá correspondentes em todas as capitais dos países civilizados, escolhendo-se para isso literatos de primeira água.
- 39 – As mulheres, como entes frágeis que são, merecerão todo o nosso apoio, excetuadas: as fumistas, as freiras e as professoras ignorantes.
- 40 – A Padaria desejaria muito criar aulas noturnas para a infância desvalida; mas, como não tem tempo para isso, trabalhará por tornar obrigatório a instrução pública primária.
- 41 – A Padaria declara desde já guerra de morte ao bendegó do Cassino.
- 42 – É expressamente proibido aos Padeiros receberem cartões de troco dos que atualmente se emitem nesta Capital.
- 43 – No aniversário natalício dos Padeiros, ser-lhe-á oferecida uma refeição pelos colegas.
- 44 – A Padaria declara embirrar solenemente com a seção “Para matar o tempo” do jornal “A república”, e, assim, se dirigirá à redação desse jornal, pedindo para acabar com a mesma seção.
- 45 – Empregar-se-ão todos os meios de compelir Mane Côco a terminar o serviço da “Avenida Ferreira”.
- 46 – O Padeiro que, por infelicidade, tiver um vizinho que aprenda clarineta, pistom ou qualquer outro instrumento irritante, dará parte à Padaria que trabalhará para pôr termo a semelhante suplício.
- 47 – Pugnar-se-á pelo aformoseamento do Parque da Liberdade, e pela boa conservação da cidade, em geral.
- 48 – Independente das disposições contidas nos artigos precedentes, a Padaria tomará a iniciativa de qualquer questão emergente que entenda com a Arte, com o bom Gosto, com o Progresso e com a Dignidade Humana.

Amassado e assado na Padaria Espiritual, aos 30 de Maio de 1892.

Além do programa, outra originalidade da agremiação foi a nomenclatura utilizada pelos padeiros: “Padaria Espiritual”, “Pão”, “Padeiros”, “Fornadas”, que antecede as novidades contidas na Semana de 22. O historiador e crítico cearense Sânzio de Azevedo chama a atenção para esse fato:

Se a alguns espíritos conservadores de São Paulo, em 1929, deve ter soado como ultra-revolucionario ou mesmo ridículo o fato de a Revista de Antropofagia haver-se apresentado em sua “2.<sup>a</sup> dentição” (segunda fase), da qual

Geraldo Ferraz figurava como “açougueiro” (Secretário), imagine-se então o que não devem ter pensado os espíritos conservadores de Fortaleza, em 1892, diante do surgimento de uma “Padaria Espiritual”, cujos membros eram “padeiros”, que se reuniam em “fornadas”, realizadas no “Forno”, isso para não falarmos do “Padeiro-mor”, do “Primeiro forneiro”, do “Segundo forneiro”, ou ainda dos “amassadores”, dos “padeiros-livres” e, enfim, do órgão na imprensa, O Pão! (AZEVEDO, 1982, p.126)

A Padaria Espiritual apresentou duas fases. A primeira vai da sua fundação, datada de 30 de maio de 1892, até sua reorganização, em 28 de setembro de 1894. É uma fase caracterizada pela excentricidade, pela pilheria, em que “da sacada do segundo prédio que serviu de sede ao grêmio, um dos padeiros, de barbas postiças, fazia conferência para o povo da rua, tempos em que o Mané Coco embandeirava o Café Java, distribuía aluá aos fregueses, e soltava um imenso balão com o letreiro ‘Padaria Espiritual’” (AZEVEDO, 1982, p.71), também faziam “piqueniques onde os padeiros, ao som de violinos, conduziam um pão de três metros de comprimento” (AZEVEDO, 1982, p.71). Apesar das brincadeiras, das atitudes imprevistas, esta fase foi extremamente produtiva, pois o grêmio passou a ser conhecido e reconhecido em várias regiões do país e as sessões, reuniões em que eram lidos e discutidos livros inéditos, foram as responsáveis pela publicação de diversas obras na segunda fase.

Na segunda fase, que se inicia com a sua reorganização e vai até sua última sessão, datada de 20 de dezembro de 1898, as reuniões já não ocorriam mais no Café Java e sim na casa de alguns padeiros. É considerada a fase mais contida e séria, pois é o momento em que os padeiros passam a se preocupar com a publicação de livros, assuntos relacionados às letras e às artes, promoção de festivais, a recepção de artistas visitantes que passavam pela região. Em se tratando de um grêmio literário, era natural que, com o tempo,

o humor passasse a ser mais comedido. Entretanto, a jovialidade, os comentários espirituosos continuaram.

A Padaria Espiritual não era apenas de uma sociedade exclusivamente das Letras, mas preocupada com todos os ramos do pensamento. Sendo assim, além de não contar apenas com prosadores e poetas, pois também fazia parte da agremiação um pintor e desenhista, Luís Sá, e ainda dois músicos, os irmãos Henrique Jorge e Carlos Vitor, ela também deu sua contribuição no campo da Ciência e do Direito, ao publicar nas páginas de *O Pão* um estudo de Rodolfo Teófilo intitulado “As manchas do sol e as secas” e outro sobre “Criminologia do Direito”, de Clóvis Beviláqua.

Por detrás do aspecto irreverente e sarcástico dessa sociedade boêmia, dedicada à arte, o que se pode perceber é uma grande preocupação com a realidade social cearense, nas idéias, nos escritos e nas atitudes da maioria dos seus integrantes. Os padeiros se rebelaram contra a ordem político-social estabelecida, podendo ser chamados mesmos de transgressores. Vale lembrar que eram radicalmente contra o clero, a polícia e a burguesia, como é apresentado no artigo 26 do Programa de Instalação: “São considerados, desde já, inimigos naturais dos Padeiros – o Clero, os alfaiates e a polícia. Nenhum Padeiro deve perder ocasião de patentear seu desagrado a essa gente.”

A corporação policial é considerada pelos padeiros uma instituição que serve apenas ao poder, e não à parcela mais humilde da sociedade. A aversão ao clero é resultado do fato dos padeiros considerarem-no um grupo de aproveitadores que se utilizava da fé alheia para tirarem vantagem. Todavia, apesar de serem contra o clero, os padeiros não eram contra a religião católica; prova disso é o fato de *O Pão* n.º 6, de 24 de dezembro de 1892, ser todo dedicado ao natal. Já o ataque ao segmento burguês da sociedade, ocorre

porque este representa o materialismo, a mediocridade da fortuna mal adquirida, o capitalismo que esmaga a humanidade.

A Padaria Espiritual era uma associação que, preocupada apenas com os assuntos relacionados aos comportamentos e valores da época, pretendia fornecer “pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”, como é apresentado no primeiro artigo do “Programa de Instalação”. Este artigo tinha como objetivo:

[...] orientar os leitores a não serem tomados pela falsa realização material resultado do intenso consumo de produtos industrializados, oriundos da filosofia burguesa, tão em voga na época. Preocupados em fornecer alimento ao espírito do povo, os padeiros vão contra a atitude burguesa de atender tão somente às exigências da “corpo”, pouco se importando com o aspecto espiritual. (BRITO, 2003, p. 42)

No que se refere à produção literária do grupo, publicada nas colunas do jornal *O Pão*, o que existe são textos seguidores das tradicionais estéticas literárias vigentes na época: Romantismo, Realismo/Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo. Não foi nada homogêneo o grupo de escritores da Padaria Espiritual, pois havia entre eles profundas diferenças de estilo, resultado do entrecruzamento de tendências que ocorre no último quartel do século XIX e início do XX. Se há um momento em que não se pode falar de periodização precisa e nitidez de fronteiras entre movimentos literários, é o século XIX, pois tendências literárias misturaram-se, dificilmente apresentando uma fisionomia nítida. A tradição romântica ainda continuava viva e já se faziam notar traços determinantes do Realismo/Naturalismo e do Parnasianismo. Por outro lado, nascia também naquele momento a estética simbolista, célula germinal do Romantismo que procurava levar a literatura cada vez mais para a interiorização.

Esse entrecruzamento de correntes literárias, como já foi dito, também ocorreu nas páginas d'*O Pão*:

Muitos dos escritores que publicavam seus textos no referido jornal, iniciaram sua formação ou mesmo sua carreira literária no Romantismo, e, em alguns casos, vieram a transformar-se em representantes do Realismo ou do Naturalismo. Não só na prosa, senão também na poesia essa mistura se observa: poetas que se diziam parnasianos mostraram-se fiéis à forma e conteúdos românticos ou avançaram pelo simbolismo e vice-versa. (BRITO, 2003, p. 48-49)

Nas colunas de *O Pão*, havia poetas românticos como Sabino Batista, ou Rodolfo Teófilo, cuja ficção haveria de incluir-se no Naturalismo regionalista. Literatos como Xavier de Castro, cujos Cromos pintavam com realismo cenas cearenses, mas que também apresentavam traços românticos. Pré-parnasianos com notas ao mesmo tempo românticas, clássicas e até simbolistas, como Antônio Sales e Antônio de Castro, sendo que o primeiro produzia uma ficção que seria enquadrada no Naturalismo regionalista. Ou contistas românticos como Ulisses Bezerra e José Maria Brígido, e naturalistas como Roberto de Alencar. Além das poesias simbolistas de Lopes Filho e Lívio Barreto, e os contos simbolistas de Cabral de Alencar.

#### **1.4 O PÃO**

*O Pão*, cujo aparecimento foi causa de tantos comentários, é nada mais nada menos que o veículo das nossas idéias, o arquivo hebdomadário dos nossos pensamentos, das nossas palavras e das nossas obras.

Adolfo Caminha

O jornal *O Pão* foi a princípio editado na tipografia do jornal *O Operário* e seu primeiro número publicado no dia 10 de junho de 1892. A idéia de ter um jornal nasceu com a própria Padaria Espiritual e constava no artigo n.º 35 do programa: “Logo que estiverem montados todos os maquinismos, a Padaria publicará um jornal que, naturalmente, se chamará – ‘O Pão’”.

Tendo como intuito criar um espaço na imprensa, os padeiros criaram *O Pão*, um jornal porta-voz dos seus interesses, que servia como veículo divulgador de suas idéias inovadoras bem como de suas produções literárias, pois além de sanar os problemas relacionados com a edição em volume, a publicação dos textos nas colunas do jornal também era uma forma de sondar a aceitação do público. Antônio Sales descreve de uma forma brincalhona o surgimento do jornal na tranqüila Fortaleza: “Os passantes paravam à nossa porta, e tudo quanto era janela da rua formosa apinhava-se de pessoas de todos os sexos e idades. Alguma coisa de extraordinário se passava no ‘Forno’...” (SALES, 1992, p.4) E acrescenta: “Curiosos acotovelavam-se a perguntar que diabo seria aquilo... Dentro em pouco rasgava-se o mistério aos gritos estridentes de meninos que apregoavam “O Pão”, cuja edição esgotou-se dentro de poucas horas.” (SALES, 1992, p.4)

Diferente do depoimento de Antônio Sales, o edital de lançamento do jornal é extremamente conservador, sem o tom de pilhéria e humor que permeava a maior parte dos artigos lançados na imprensa pelos padeiros. Fazendo referência ao programa a ser

seguido pelos redatores, diz o artigo “O seu programa é muito simples, transmitir ao leitor com a maior exatidão o que sente e o que pensa a Padaria Espiritual sobre tudo e sobre todos. Não obedece absolutamente a sugestões estranhas, nem tão pouco toma a si o compromisso de agradar; em compensação, de modo algum ameaça hostilizar.” (Editorial. *O Pão*, n.1, 10 de julho de 1892, p.1) O lançamento de *O Pão* foi algo inédito em Fortaleza e excedeu as expectativas dos integrantes da agremiação, pois todos os números foram vendidos dentro de poucas horas. A venda dos números seguintes foi feita pelos próprios padeiros que, aos domingos, iam às proximidades do café Java oferecer os exemplares do jornal.

*O Pão*, assim como a Padaria Espiritual, teve duas fases, a primeira, em que foram publicados os seis primeiros números, vai de julho a novembro de 1894. A segunda, em que há um diretor, Antônio Sales, e um gerente, Sabino Batista (1868-1899), inicia-se em 1895 e vai até 1896, e apresenta trinta números. No primeiro número dessa nova fase, há um artigo que explica a ausência assim como o retorno do jornal, que volta mais circunspeto e mais forte, e o mais importante, com novos “obreiros”, ou seja, novos sócios e correspondentes. Nesta fase, os padeiros, cheios de otimismo e orgulho, apresentam-se satisfeitos com o jornal e a agremiação, já, então, reconhecida em todo o país e dispendo de sócio-correspondentes nacionais e estrangeiros. *O Pão*, que era enviado a todas as sociedades literárias brasileiras, devido à sua excentricidade, despertava a simpatia pública.

Apesar do sucesso, os padeiros encontraram muita dificuldade para publicar *O Pão*, pois sempre faltou dinheiro e, principalmente, tipografia. Para editar o jornal os padeiros contaram, principalmente, com a ajuda d’*O Operário*, que emprestou sua tipografia para que fossem impressos os primeiros números. O jornal *O Combate* foi o responsável pela publicação do número cinco, a *Studart* do número oitavo ao trigésimo, e a

Litografia Cearense os seis últimos números. Essas impressões em tipografias variadas denunciam as dificuldades pelas quais os padeiros passavam para publicar seu jornal.

Mesmo convivendo com diversas dificuldades, falta de tipografias, mortes, inimizades, dispersão, a Padaria Espiritual, através de seu jornal *O Pão*, muito contribuiu para o desenvolvimento da literatura cearense. Dispondo de treze seções (“Sabatina”, “Os quinze dias”, “Carteira”, “Bibliografia”, “Bolachinhas”, “Malacachetas”, “Confeitos”, “Saco de ostras”, “A nossa correspondência”, “Recados”, “Arquivo”, “Imprensa literária” e “Cancioneiro popular”), os padeiros lançaram nas páginas de seu jornal mais de duzentos poemas e cerca de sessenta narrativas. Houve também a publicação de vários livros de poesia, contos e romances.. Na primeira fase, as quadras são maioria, enquanto que na segunda os poemas têm maior destaque e apresentam maior amadurecimento por parte dos seus autores. No final da segunda fase os poemas são mais raros, pois perdem seu espaço para os contos e capítulos de romance.

Dentre os poetas d’*O Pão* tem-se: Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, Álvaro Martins, José Carlos Júnior, Lívio Barreto, Lopes Filho, Temístocles Machado, Sabino Batista, José Carvalho, Antônio de Castro, José Nava, Carlos Vítor e Xavier de Castro. Muitos desses poetas também publicaram textos em prosa, ou seja, foram, concomitantemente, poetas e prosadores: Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, José Carlos Júnior e José Carvalho. Houve padeiros que foram apenas prosadores, como é o caso de Roberto de Alencar, Ulisses Bezerra, Eduardo Sabóia, Cabral de Alencar, José Maria Brígido e Antônio Bezerra.

No campo da crítica também há muito o que colher em *O Pão*, sendo considerável o número de textos publicados. Destacam-se como críticos os padeiros Antônio Sales, Rodolfo Teófilo, Adolfo Caminha, Sabino Batista e José Carlos Júnior. Nas

últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, foi a chamada “crítica científicista”, de cunho positivista, naturalista, materialista e determinista, que imperou nas apreciações literárias, às quais também deve ser acrescentado o determinismo psicológico de Sainte-Beuve, oriundo da crítica biográfica. De acordo com esse tipo de crítica:

[...] o texto literário aparece como fruto de uma relação direta e explícita com o referente, o que leva os críticos a considerarem, portanto, como significativa a leitura que correspondia a determinados modelos de veracidade, de representação da realidade e de construção da nacionalidade e não aquela encarada como produção criativa da linguagem. Favorecendo ainda mais as análises de conteúdo, ocorreu na época uma crise dos instrumentos analíticos, resultado do declínio da Retórica, que se havia tornado muito mecânica, e do advento dos estudos históricos que primavam pelo panorama social, o que valorizou os estudos direcionados ao conteúdo do texto, já que os de forma tinham se tornado mecânicos demais. (BRITO, 2003, p. 65)

No século XIX, vários fatores concorrem para que a obra literária fosse analisada através de critérios de cunho e origem extraliterária, em detrimento dos literários, a preocupação com a literariedade é uma tendência do século XX. Para a crítica do momento, o importante era o conhecimento do autor da obra, do público, da sociedade a que pertencia, do que propriamente a obra literária. Essa tendência é marcante entre os críticos da época, inclusive entre os que, exercendo de uma forma eventual a crítica, publicaram seus textos no jornal *O Pão*. Outra característica marcante nos textos dos “padeiros críticos” é resultado da existência de um incipiente público de leitores na província cearense, o que os levou a lançar mão de recursos que despertassem o interesse do público pela leitura tanto do texto ficcional como do de crítica. Dentre os recursos mais utilizados estão a crônica e o noticiário literário. No texto do primeiro, ironia, polêmica, crônica ligeira misturavam-se a pequenas considerações de ordem literária, desse modo,

transmitindo, indiretamente, informações literárias aos leitores. O segundo caracteriza-se por informar o público sobre a existência de autores e obras literárias, procurando despertar sua curiosidade para a leitura das mesmas, ao mesmo tempo que aumentava seu restrito conhecimento literário.

Outro fator relevante que irá influenciar os rumos a serem seguidos pelos textos críticos dos padeiros, colocando em questão seus métodos científicistas e historiográficos, é a entrada da estética simbolista no país. Dirigidos pelos pressupostos metodológicos de uma crítica deliberadamente orientada por interesses de ordem científicista e nacionalista, os padeiros renderam artigos desmoralizadores contra a corrente novista, um movimento anti-representativo e cosmopolita (de ambições universalistas) que não deu lugar às preocupações voltadas para a representação da realidade e do nacional.

Alguns pressupostos referentes a uma renovação e ao estabelecimento dos rudimentos de uma crítica literária vão ser lançados nas páginas dos jornais cearenses do final da segunda metade do século XIX. Essa crítica literária, tal como era praticada no período, possuía um caráter bem mais amplo do que apresenta hoje, uma vez que se caracterizava pela produção de ensaios cuja preocupação era orientar a vida da Província nos mais variados campos do conhecimento e não exclusivamente com o exame do texto literário propriamente dito. Assim, o que se apresentava nessas publicações eram princípios gerais que buscavam orientar o pensamento regional em todo e qualquer campo, fosse ele político, científico ou artístico. Além disso, a crítica de então, praticada pelos jornais literários era por demais ingênua e pouco profunda, uma vez que os periódicos se limitavam a noticiar a publicação de um ou outro livro, faziam o elogio fácil, sem maiores compromissos, e as opiniões, normalmente, eram motivadas por simpatias pessoais, sendo que o mérito da obra raramente era analisado. Essas propostas de crítica,

empregadas pelos jornais literários de então, consistiram nos primeiros passos em direção a uma crítica literária mais metódica e organizada.

Diversos foram os escritos apreciados pelas folhas literárias e, ainda que limitadas às simpatias pessoais e pela falta de critérios melhor definidos, as propostas de renovação e de crítica estabelecidas, junto à imprensa cearense das quatro últimas décadas do século XIX, serviram para inaugurar a edificação de uma crítica literária que se afirmaria nos decênios seguintes.

A imprensa literária teve um papel primordial na difusão da literatura e no enriquecimento cultural da província, servindo à divulgação das obras de alguns dos destacados representantes da intelectualidade cearense daquele momento. O jornalismo literário foi uma alternativa às práticas jornalísticas então predominantes, ligadas a um caráter crítico-opinativo ou essencialmente noticioso, destinando espaço a diferentes manifestações culturais, fomentando o saber através de textos em prosa e verso, além de pensamentos e charadas.

A negação quanto à pasquinagem, procurando moldar o estereótipo de uma linha editorial séria, voltada essencialmente à literatura; o sem-número de dificuldades enfrentadas na manutenção das diversas publicações; as incipientes propostas de renovação artística e de uma crítica literária; as articulações e inter-relações entre a história e a literatura são apenas alguns dos fragmentos históricos que podem ser desvelados a partir da investigação desses periódicos literários, em geral lançados por agremiações, que marcaram presença na cidade de Fortaleza da segunda metade do século XIX, como é o caso de *O Pão*. Com esse jornal, o conjunto da imprensa literária fortalezense teve substancial significado na constante busca dos padeiros em construir a imagem de uma sociedade civilizada para aquela comunidade portuária. Sendo a civilização o destino, o caminho para

ela era a literatura, e os jornais literários representariam os guias naquela direção.

As produções literárias que compunham *O Pão* documentavam o contexto social e regional em que estava inserida a sociedade, com seus hábitos e sua cultura, expressando, principalmente, a preocupação com a conservação da moral de seus leitores, bem como os bens culturais. Esses princípios deveriam atingir toda a sociedade, não havendo veículo de comunicação melhor que o jornal para abranger todas as esferas sociais, divididas então em política, educacional e íntima ou familiar. Nesse intuito, o jornal se transformou em um forte meio de comunicação entre a sociedade e a intelectualidade, objetivando organizá-la. Através dele, a público leitor tinha a oportunidade de compartilhar opiniões e participar da constituição dos valores sócio-políticos da comunidade cearense e, ao mesmo tempo, sem que percebesse, tinha seu comportamento e opiniões observados e controlados pelos escritores.

Por meio da descrição dos variados artigos, crônicas, poemas, textos de crítica, romances e contos veiculados em *O Pão*, é possível afirmar que o jornal dos padeiros possuía uma função social, e que estava diretamente vinculado à produção literária local, desenvolvida no final do século XIX. A exemplo da crítica, havia autores publicando textos em que surgiram indícios de uma visão social mais crítica e voltada ao Realismo–Naturalismo, como é o caso de Rodolfo Teófilo. Nesse âmbito, a temática era clara e objetiva, apontando com ironia o péssimo comportamento hipócrita da elite social de onde o jornal circulava. Sendo assim, pode-se afirmar que *O Pão*, além de ser um veículo de divulgação artística e cultural, também era um poderoso instrumento de intervenção dos padeiros na realidade social cearense, tendo como objetivo modificá-la.

## **CAPÍTULO 2**

### ***O PÃO: INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE SOCIAL CEARENSE***

A literatura não é uma ferramenta inerte com que se engendrem idéias ou fantasias somente para a ilustração ou deleite do público. É um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tem o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, como os demiurgos da lenda grega o faziam.

Nicolau Sevcenko

O período concentrado entre os anos 70 e o final do século XIX representa um importante momento para a história do Brasil, pois ficou caracterizado por profundas transformações na sociedade brasileira tanto do ponto de vista político-econômico quanto sócio-cultural. No aspecto político, ao lado das idéias liberais compondo de forma significativa o ideário nacional, vem juntar-se o pensamento positivista de Augusto Comte, fornecendo sustentação ideológica ao Partido Republicano que participou decisivamente da queda do regime imperial. No econômico, ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, trazendo significativas alterações na ordem social brasileira; e um aumento das atividades comerciais e da importação tecnológica. Quanto ao aspecto sócio-cultural, observa-se o desenvolvimento de uma política voltada para a ciência e para as teorias européias (positivismo, evolucionismo, darwinismo e determinismo), adotadas como justificativa ideológica para o novo direcionamento da sociedade brasileira em busca do progresso.

As grandes cidades do país, como é o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Fortaleza, são os principais exemplos da modernização que se espalha pelo país. No Rio, por exemplo, o prefeito Pereira Passos, tendo como intuito modernizar a velha cidade colonial, empresta-lhe uma fisionomia parisiense. Para tanto, demole prédios

antigos, constrói avenidas, instala bondes e incentiva os espetáculos mundanos de origem européia.

Contribuindo ainda mais para a modernização, ocorre a chegada do automóvel que, trazido por José do Patrocínio, aos poucos vai se incorporando à vida das grandes cidades (BROCA, 1975). Junto com a modernização em moldes parisienses, também chega ao país o estilo *art nouveau* que acaba por influenciar a sua arquitetura. Desse modo, a parte central das urbes moderniza-se no estilo parisiense, fazendo com que os velhos costumes recuassem para o subúrbio, o que resultou num grande antagonismo que será tematizado por vários romancistas do período.

A inserção do Brasil na *Belle Époque* proporciona uma transformação do espaço público e do modo de vida da mentalidade brasileira, numa tentativa de alinhar-se aos padrões e ao ritmo europeu. Resultado da obsessão da nova burguesia, a idéia de modernização e progresso começa pela remodelação das cidades, o que favorece uma intensa luta contra os velhos hábitos, representados pela cultura popular que será negada; pelos grupos populares, expulsos da área central das cidades; e pelos casarões e pequenas ruas, destruídos em prol de novos bairros e avenidas.

Todas essas transformações, além de favorecerem uma crise das habitações nos subúrbios, relegados às populações menos favorecidas, também proporcionam uma perda da cultura nacional em consequência da transplantação da cultura européia e uma febre de idéias e ações materialistas. Segundo Sevcenko (1989), os historiadores são unânimes ao apontarem os motivos que levaram ao surgimento das sociedades consumistas desse período. Segundo eles, depois da “Grande Depressão” (1873), ocorreram grandes transformações tecnológicas nas cidades européias seguidas do crescimento do sistema

capitalista e das intervenções do estado na economia, o que resultou em grande produção de industrializados e capitais e, por conseguinte, uma nova era do imperialismo europeu.

A superprodução e o aumento de capitais favoreceram investimentos e exportações para países menos desenvolvidos como o Brasil, o que viabilizou as grandes transformações no país, principalmente na cidade do Rio, sede da política e da economia da época. Entretanto, o volume vultoso de capitais estrangeiros que proporcionam a *Belle Époque* brasileira passa a surpreender e preocupar os políticos da época. Para tanto, instaura-se no país a “República dos Conselheiros”, formada por uma elite vinda da época do império, da qual faz parte Rui Barbosa, Rio Branco, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Joaquim Nabuco e Oliveira Lima (SEVCENKO, 1989). Estes, com sua posição conservadora recuperaram as forças do tesouro Nacional e estabilizaram as finanças. Rodrigues Alves foi o presidente que conseguiu maior articulação entre o conservadorismo do Império e os interesses dos cafeicultores e burgueses e as finanças estrangeiras.

Na verdade, o objetivo dos primeiros presidentes civis e de todo seu círculo administrativo era criar e manter um país moderno em moldes europeus, mas, para realizar tal façanha, era necessário aliar tradição e modernização. Desse modo, fez-se uso da manipulação estabilizadora da opinião pública; do controle severo do estado sobre o país; da organização das áreas urbanas, procurando modernizá-las e controlar conflitos sociais. Todas as ações realizadas por parte do estado “recuperou o verniz da credibilidade e não só restaurou, como ampliou os nexos com a rede cosmopolita”(BROCA, 1975, p.49).

Apesar da aparente estabilidade econômica, problemas começaram a surgir. Devido às inúmeras transformações pelas quais passava o país, um grande volume de trabalhadores dirige-se para as grandes cidades, indo juntar-se aos ex-escravos e imigrantes, o que resulta num gigantesco contingente populacional. E as habitações não acompanham

o crescimento da população, assim como o número de empregos e a produção de alimentos. Soma-se a isso a crise bancária e comercial que aumenta o custo de vida dos brasileiros (SEVCENKO, 1989). Esse contexto de instabilidade proporciona o surgimento de movimentos revoltosos e de bairros cujas habitações não apresentavam as menores condições de higiene e saneamento. Tais ambientes, devido à falta de empregos, caracterizam-se pela vagabundagem, a mendicância, a prostituição, a delinquência infantil e juvenil, o alcoolismo e os suicídios.

Enquanto uma parcela da população urbana desfrutava as últimas inovações européias em suas mansões, outra parte vivia amontoadas em lugares desumanos, longe das preocupações do Estado que os encarava como a parte feia, perigosa da sociedade. Essa situação desigual favorece o surgimento de grupos revoltosos que, apesar da pouca organização, lutam por mudanças. Atuando como normalizadoras, as entidades governamentais fazem uso de repressões violentas para controlar esses grupos e manter a aparente estabilidade.

A arte também sofre influência nesse período, tornando-se muitas vezes frívola e deixando de lado seu teor artístico, resultado da febre de mundanismo que se espalha pelo país. Enquanto algumas crônicas da época denunciam o materialismo exagerado, o arrivismo, a ganância, procurando impor limites à nova sociedade consumista ao estilo europeu, para a qual o que importava era o gozo momentâneo, o exibicionismo; outras, influenciadas pela febre da *Belle Époque*, no mesmo espaço dedicado à literatura, fazem comentários sobre festas, bailes e moda parisiense. Com o tempo, para atrair o público, a literatura alia-se ao mundanismo, outrora seu inimigo.

Assim como as outras artes, a literatura foi banalizada, na medida em que a aceitação do artista no mundo burguês da época amesquinhou a sua visão crítica e criativa.

O jornalismo é o grande ímã que absorve a intelectualidade da época, principalmente os letrados, pois já não havia mecenas (aristocratas e políticos) que assegurassem a produção literária como outrora. Além da desvalorização do escritor, outro efeito negativo sobre a literatura diz respeito ao grande número de analfabetos que inviabilizavam o desenvolvimento de um amplo mercado editorial brasileiro. Durante a Belle Époque, Paris e sua ideologia mundana tomam conta do país. No caso da literatura, os modelos literários eram os franceses e seus equivalentes brasileiros. Anatole France, Pierre Loti, Paul Bourget, Jean Lorraine, escritores franceses, cujos temas estavam voltados para “intrigas amorosas, ironia, decadência e exotismo” (NEEDELL, 1993, p.216), eram os nomes mais comentados. Dentre os brasileiros da maior fama no período, deve-se ressaltar: Olavo Bilac, Coelho Neto, Paulo Barreto, Figueiredo Pimentel, Elísio de Carvalho, Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida e, principalmente, a figura respeitada de Machado de Assis, responsável pela criação da Academia Brasileira de Letras.

Desse modo, os espaços literários eram disputados apenas por escritores que seguiam os modelos franceses, cuja participação ocorria no jornalismo e nas revistas elegantes da época. Olavo Bilac, por exemplo, um dos principais representantes do período, contrário ao atraso brasileiro e defensor do eurocentrismo, é um dos disseminadores do mundanismo. Se por um lado a estética parnasiana emprestava-lhe um estilo conservador, sua temática mundana o coloca em total contato com a moda dominante. Na mesma linha de Bilac encontra-se Coelho Neto, escritor do período que, até conseguir um bom cargo público, trabalhou em jornais da época segundo o estilo da *Belle Époque*.

Paulo Barreto (João do Rio), apesar de não ser originário da elite e não apresentar um estilo academicista, adequou-se perfeitamente aos gostos da *Belle Époque*, ficando conhecido, na época, por ter um “estilo sensacionalista” (NEEDELL, 1993, p. 242).

Fortemente influenciado pelos franceses, na sua fase inicial detém-se em reportagens sobre a cidade e suas misérias. Depois passou a “alimentar o narcisismo do ‘alto mundo’ com mexericos, reflexões elegantes, comentários de moda e divertimentos picantes” (NEEDELL, 1993, p.243).

Outro nome importante do período, mas que não apresenta semelhança com os escritores citados, é Machado de Assis. Autor de uma arte discreta e preocupada com a profissionalização literária, o escritor abominava a literatura artificial e superficial da *Belle Époque*, mantendo-se além de modas e períodos literários. Perfeito analista da sociedade, aprendeu com os “sucessos e fracassos da cada geração literária”, retirando delas apenas o grandioso.

Neste contexto, de acordo com Sevcenko (1989), muitos intelectuais da época, também chamados de “intelectuais mosqueteiros”, praticamente todos abolicionistas, liberais democratas e republicanos, passam a defender grandes reformas sociais, políticas e econômicas. Inicialmente tem-se Tobias Barreto, Silvio Romeno, Clovis Bevilacqua, Artur Orlando, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Graça Aranha e, posteriormente, Aluísio Azevedo, Lima Barreto e Euclides da Cunha. Estes desenvolvem reflexões voltadas para os valores morais, para o liberalismo, para cultura e para as teorias européias (positivismo, determinismo e darwinismo), adotados como justificativa ideológica para o novo direcionamento da sociedade em busca do progresso e da civilização.

Contudo, esses intelectuais, além de não serem aceitos pela sociedade, não conseguiram realizar as reformas que propalavam, transformando-se em personagens socialmente desiludidos. Com o advento da República e os novos rumos tomados pelo país, sentiram-se repelidos e postos de lados, na medida em que os acontecimentos tomaram um

rumo contrário às suas expectativas. Além da repressão por parte do governo republicano e da arte elitizada da *Belle Époque*, os intelectuais também tiveram que conviver e sobreviver à Academia Brasileira, que primava por um artista compenetrado e burguês. A República veio consagrar a desvalorização do intelectual em prol de oportunistas e arrivistas sem escrúpulos.

Em Fortaleza, não foi diferente, prova disso é a existência da Padaria Espiritual e de seu jornal *O Pão* cujos principais representantes, os padeiros, sentiram necessidade de questionar a ordem estabelecida, negando a forma como foi implantado o período republicano e o ritmo de vida da *Belle Époque*, ao mesmo tempo em que exigiam a valorização do intelectual, ou seja, o reconhecimento social através do mundo das Letras. Desse modo, usando a imprensa e a literatura como instrumentos, passaram a criticar as contradições sociais, políticas e econômicas do contexto em que viviam, o que gerou uma grande preocupação para com as classes menos favorecidas, a influência européia que destruía os costumes locais e a inexistência de um público mais intelectualizado (diga-se leitor).

Assim como ocorre com outras cidades brasileiras, na segunda metade do século XIX, Fortaleza entra no processo de modernização que se espalha pelo país, o que proporciona grandes transformações no espaço público e no modo de vida da população. Resultado da obsessão da nova burguesia que se forma na província com a implantação do regime republicano, a idéia de remodelação da cidade favorece uma negação dos velhos hábitos, representados pela cultura popular, numa tentativa de alinhar-se aos padrões europeus. Tais transformações, além de favorecerem inúmeras crises sociais, também proporcionam uma perda da cultura local em benefício da européia.

O grande crescimento de Fortaleza chega a meados do século XIX fortalecido pelo algodão. A instalação do primeiro Bispado do Ceará (1853) também é um dos marcos desse desenvolvimento, ao lado de outros bens de relevo social, como o surgimento de clubes, o movimento abolicionista e a intensificação da vida intelectual. Em 1863, Fortaleza conta com 16.000 habitantes, oito extensas ruas espaçosas, calçadas de pedra tosca vinda do Mucuripe e 960 casas de tijolos alinhadas (GIRÃO, 1979). É a partir de meados de oitocentos que se dá a substituição das casas mais humildes por casarões. Segundo Raimundo Girão “As casas baixas, proletárias, de paredes de taipa” foram substituídas “por outras mais elegantes e burguesas, de cimalthas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões ogivais ou balcões de ferro.” (GIRÃO, 1979, p.106).

Em 1875, o intendente Antonio Rodrigues Ferreira encomendou ao engenheiro Adolfo Herbster a elaboração da Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, considerada o marco inicial da modernização urbana (GIRÃO, 1979). Inspirado nas realizações de Paris, então geridas pelo Barão de Haussmann, Herbster estabeleceu o alinhamento de ruas segundo um traçado em xadrez, de forma a disciplinar a expansão da cidade. A partir de 1880, a cidade ganhou serviços e equipamentos urbanos, como o transporte coletivo por meio de bondes com tração animal, serviço telefônico, caixas postais, o cabo submarino para a Europa, a construção do primeiro pavimento do Passeio Público e instalação da primeira fábrica de tecidos e facção.

A modernização ocorre com a chegada de firmas estrangeiras (inglesas, francesas e portuguesas), pelas construções de pontes sobre o rio Ceará (1845-59) e pela criação da famosa estrada de ferro de Baturité (1872-73) (PONTE, 2001). A primeira fábrica de tecidos surge em 1881(PONTE, 2001). As reformas do porto, favorecendo as exportações marítimas em Fortaleza, também ajudam a firmar a cidade como pólo

comercial que tanto importava como exportava. O processo de reconstrução da cidade intensifica-se, acompanhando o movimento paralelo de outras cidades do país. A construção do Passeio Público será um dos marcos da urbanização em moldes europeus da cidade de Fortaleza, bem como a famosa Praça do Ferreira. Sebastião Ponte, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), cita o Passeio Público como um desses espaços que simbolizaram a “Belle Époque” em Fortaleza, caracterizada pelos “desfiles elegantes” (PONTE, 2001).

O clima da “Belle Époque” em Fortaleza foi sentido tanto no aspecto cultural, quanto no urbanístico e arquitetônico. A urbanização favorece a multiplicação dos serviços urbanos: calçamento (1857), canalização de água potável (1867), iluminação a gás carbônico, bondes a tração animal, bondes elétricos, serviço telefônico, quiosques, cafés, lojas, dentre outros (GIRÃO, 1979). São criadas também as grandes avenidas e dado um novo direcionamento urbano. Para saborear o gosto do progresso, de qualquer canto do coração da cidade, na Praça do Ferreira, foram construídos quatro pontos de café, onde intelectuais e boêmios lá gastavam os seus fins de tardes: Java, Elegante, Iracema e Comércio.

Neste momento, também ocorre um outro dado importante que mudará os rumos tomados pelo sistema econômico cearense: o aumento populacional e a concorrência com a carne sulista, que inviabilizará a pecuária como base econômica. Sendo assim, o algodão, sobretudo nos anos de 1860 e 1870, com a alta do preço do produto determinado pela Guerra Civil norte-americana, transforma Fortaleza em um centro exportador único, para onde convergem todas as energias da Província. Graças ao “ouro branco”, a economia cearense retomava seu crescimento, mesmo que fosse notória a decadência de outra importante produção: a pecuária. De acordo com Raimundo Girão, neste período “(...) a

província cobriu-se de algodoads; derrubavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com um machado em uma das mãos e o facho n'outra deixava após si ruínas enegrecidas.” (1947, p.224)

No período em que o algodão tornou-se o principal produto de exportação do Ceará, o comércio internacional ocorria com os seguintes países: Estados Unidos, Portugal, França, Alemanha e Itália. Em 1866, estabeleceu-se uma linha direta de navegação entre Fortaleza e Liverpool. Segundo Pompeu Filho, o período de 1864 e 1873 foi talvez o de maior desenvolvimento do comércio internacional. “A guerra da separação americana, trazendo como consequência a fome do algodão, deu enorme incremento a esta indústria, que por sua vez refletiu na lavoura do café, cana, na criação do gado [...]” (POMPEU FILHO, 1893, p.170)

Ao procurar reunir as evidências que indicassem o crescimento da cidade de Fortaleza e sua definição enquanto centro econômico, Maria Auxiliadora Lemenhe confere considerável importância ao desenvolvimento da agricultura algodoeira exportadora. Para ela, a partir dos anos de 1860, a cidade passou a centralizar os produtos de exportação e importação:

[...] a base essencial da prevalência de Fortaleza sobre as demais cidades decorreu fundamentalmente da centralização nela de um volume maior da produção para o mercado externo, favorecida, de um lado, pelo próprio desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris e, de outro, pela sua condição de capital. (LEMENHE, 1991, 110)

A estudiosa Ana Cristina Leite também analisou a estrutura econômica cearense a partir da abordagem da história do cultivo do algodão. Diz ela que a economia algodoeira estabeleceu-se “a partir de pequenas unidades produtivas, cultivada por uma

força de trabalho ainda não separada totalmente dos seus meios de produção” (LEITE, 1994, p.144) e inibidora do mercado interno. O capital gerado sob estas condições era investido na ampliação das propriedades fundiárias e em produtos importados, o que gerou o comércio de importação. Esta organização produtiva, voltada ao mercado externo, atendeu aos “ interesses dos proprietários rurais e grandes comerciantes - sobretudo exportadores -, uma vez que obtinham a produção a baixo custo, elevando seus rendimentos através da renda absoluta da terra ou da troca desigual”. (LEITE, 1994, p.144)

Denise Monteiro Takeya, em um estudo da história econômica cearense, intitulado *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital*, analisou a importância da produção algodoeira na expansão comercial francesa na região como fator de integração do mercado cearense na Divisão internacional do trabalho. A autora estudou o comércio de importação e exportação da cidade de Fortaleza e as articulações entre os mercados cearense e europeu. Examinou a participação dos comerciantes franceses e como estes fortaleceram seu poder econômico no Ceará, exercendo influência política e solidificando sua presença econômica.

A expansão das forças produtivas locais a partir da definição das relações de trabalho, da estrutura fundiária, das relações entre produção e comércio internacional, e a partir da posição centralizadora da cidade de Fortaleza neste processo de incorporação da economia local à divisão internacional do trabalho, levou a capital da província a centralizar inúmeras funções, principalmente administrativa e comercial. O crescimento populacional da cidade acompanha este desenvolvimento econômico que se intensifica a partir da década de 1860, para estabilizar-se na última década do século, quando o surto econômico chega a seu final, passando por uma fase de estagnação.

Depois de mais de 50 anos de progresso, entra em crise a agricultura do Ceará, devido a uma série de acontecimentos: a migração maciça determinada pela seca, a descapitalização causada por empréstimos ruinosos, a desvalorização das colheitas e a depreciação do valor dos produtos. Entre os fatores que também destruíram a aparente estabilidade econômica de Fortaleza estava a queda do preço do algodão pela concorrência norte-americana, a falta de capitais capazes de elevar a economia cearense ao plano industrial e, principalmente, a terrível seca de 1877 a 1879, que mata mais de cento e quarenta mil pessoas. Entre 1876 e 1877, as precipitações pluviométricas registraram apenas um terço das registradas entre 1845 e 1846. Thomas Pompeu apresenta uma descrição resumida dos efeitos da estiagem em 1877:

Em março o sertão já acusava falta de chuvas, em abril, perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral. Os gados morriam à falta d'aguadas, as lavouras extinguíram-se e a ligeira provisão de víveres, conservadas como reserva por muitos, pouco a pouco esgotou-se. De setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados; quem possuía algum bem ou valor desfazia-se dele a troco de farinha ou de outro gênero de primeira necessidade. As poucas e afetadas aguadas, como açudes e poços deixados no leito dos rios depois das cheias, evaporaram-se, rara ficando em um outro ponto da província. Mesmo as pessoas que eram reputadas abastadas, receosas de ficarem bloqueadas e sem comunicação com o litoral, longe de qualquer auxílio, fugiram, desampararam suas casas e fazendas. O sertão tornou-se quase deserto. (POMPEU FILHO, 1893, p.33)

As ações governamentais eram demoradas e incipientes. Em um certo momento da crise, o governo passa a ignorar os pedidos de socorro:

O governo, mal inspirado, recusou em fins de 1877 a enviar socorros para o interior. (...) O êxodo tornou-se geral. Para capital, Aracaty,

Sobral, Granja, Camocim e outros povoados do litoral afluíram milhares de pessoas. Em todos eles a população adventícia era tríplice, quádrupla, até decupla da estável; e como faltassem casas para acomodá-la, ficavam ao relento, debaixo das árvores ou amontoados em sítios estreitos. As conseqüências deste regime não tardaram; febres de mau caráter, varíola, prostituição, vadiagem e todos os seus consecutórios desenrolaram-se triste e dolorosamente. (POMPEU FILHO, 1893, p.33)

Este quadro favorece a queda do desenvolvimento anteriormente descrito.

Dois anos de seca serviam para complementar a desorganização produtiva, social e demográfica do Ceará. Pompeu filho afirma que entre mortos e emigrados a província perdeu cerca de um terço de sua população, aproximadamente 300.000 habitantes a menos.

Várias cidades cearenses, no caso as mais povoadas, transformaram-se em cenários desoladores. Em cidades de reconhecida beleza arquitetônica como Sobral e Iço, por exemplo, inúmeras pessoas morreram vítimas da febre amarela. O mesmo ocorreu em Fortaleza, sede da província. Logo em seguida vem a varíola, que também mata muitos cearenses e deixa o governo preocupado. Na época dos horrores da varíola, o Lazareto da Lagoa Funda, onde foi improvisado um precário hospital, estava com sua lotação máxima (POMPEU FILHO, 1893). A cidade de Fortaleza chegou a suspender suas atividades cotidianas, assustada com a quantidade de mortos e doentes que desfilavam pelas ruas.

A principal causa dos altos índices de mortalidade em 1878 foi a epidemia de varíola. Em pouco mais de dois meses, morreram mais de 27 mil pessoas. Segundo Rodolfo Teófilo, em sua obra *Varíola e vacinação no Ceará*, “nunca em parte alguma do mundo um morbus encontrou terreno mais apto para sua germinação e desenvolvimento.” (TEÓFILO, 1904, p.06.). Em 1879 continuou a estiagem, e as chuvas só ocorrem em abril de 1880. Pompeu Filho descreve a situação da província: “A província ficou arruinada; sua

principal indústria, a criação de gado, quase extinta; a população dispersa e reduzida; a flora em parte morta” (POMPEU FILHO, 1893, p.34).

Durante o final do século XIX, a intranqüilidade torna-se inquietante do povo cearense. Os motivos para toda essa inquietação, como demonstrados, não eram poucos: os países, principalmente os de economia agrária, como é o caso do Brasil, estavam abalados pelo avanço incontido das tecnologias européias que não respeitavam as diversidades culturais; as cidades cresciam de uma forma assustadora; aumentava o número de adeptos de ideologias revolucionárias; e o bem-estar social, por outro lado, não crescia. O Brasil, de certa forma, seguia os modelos tecnológicos e urbanísticos europeus, principalmente franceses, mas não copiava o exemplo infra-estrutural e higienista. Sendo assim, as cidades cresciam de uma forma desordenada e a população, em geral, era vítima de inúmeras calamidades.

A Fortaleza que se modernizava não era para todos. O progresso tem donos e estes não gostam de ser incomodados. Por isso, logo cuidaram de limpar a cidade da presença incômoda daqueles que sujavam e enfeavam os lugares daquela “gente de bem”. Quem eram esses invasores? Os loucos, os bêbados, as prostitutas, os pedintes, os lazarentos, os moleques de rua; os retirantes; metade da população e mais algumas cabeças enfeitadas pelo progresso. Para eles, foram construídos o Lazareto da Lagoa Funda, a Santa Casa da Misericórdia, o Asilo de Alienados São Vicente de Paula, o Dispensário dos Pobres, o Asilo de Mendicidade para confinar os idosos e pobres, os abarracamentos para abrigar os retirantes da seca. Para os mais revoltados, penitenciárias (PONTE, 2001). Tudo feito nas últimas décadas do século XIX.

Com tamanha divisão social, a segregação social estava presente até mesmo naquelas obras construídas para serem espaços públicos de lazer e recreação. É o que diz

Sebastião Ponte, quando relata que o Passeio Público foi edificado para ser “lugar de recreação para todos ... mas separadamente” (2001, p.37). Elaborado em três planos, a área central era freqüentada apenas pelas elites, pelas pessoas de classe, ao passo que os outros dois planos eram reservados para as classes médias e populares. Obviamente, não existia nenhuma determinação oficial, dividindo o Passeio por tipos de freqüentadores; a separação ocorria naturalmente, como assim acontecia nos cafés da Praça do Ferreira. Lá ia todo tipo de gente. Mas nem todo mundo era bem-visto. Construídos para as pessoas ricas da cidade, só quem tinha condições de se vestir à moda francesa podia se deliciar das coisas que lá eram vendidas.

E é neste período de total instabilidade político-econômico-social na província, resultado da parada do rápido crescimento econômico, que surge em Fortaleza a Padaria Espiritual. Isso explica o espírito crítico e combativo dos padeiros que, diferentemente dos grupos anteriores, não vêm com bons olhos a forma como foi implantado o período republicano e muito menos a importação dos moldes de vida europeu, muito diferentes da realidade cearense. Com a perspectiva ampliada pelo conhecimento do que ocorre e, sobretudo do que se escreve na Europa e no Brasil, os padeiros sentiram-se capazes de criticar, apontar direções e, algumas vezes, mesmo intervir nos rumos de seu país, de seu estado, de sua cidade. Desse modo, passaram a questionar a ordem estabelecida, lutar pelo surgimento de um público mais intelectualizado (diga-se leitor), bem como o reconhecimento social através do mundo das letras, na medida em que não encontravam funções compatíveis com o seu nível de aperfeiçoamento intelectual.

As agremiações anteriores, defensoras da ideologia civilizatória, baseada no progresso, tecnologia e ciência, queriam transformar a cidade de Fortaleza em um grande centro. Para tanto, defendiam o regime republicano, o modo de vida europeu e o

conhecimento científico-tecnológico resultado da leitura de Comte, Spencer, Darwin, Haeckel, Taine e Renan, entre outros que fascinavam o seletivo grupo de intelectuais que no final do século XIX já não encontravam respostas para seus anseios modernizadores nas críticas intuitivas e subjetivas do Romantismo. O jornalista Farias Brito, membro de diversas agremiações cearense e colaborador de vários jornais, como é o caso de *A Quinzena*, em um poema intitulado “Os dois vultos”, pertencente à obra *Cantos modernos*, em que coloca a abolição como caminho de integração da história local com a universal, descreve dois vultos que se contemplam frente ao mar, na caso a Europa e a América:

A Europa é a velha mãe, a América é a filha;  
 E são a mesma luta, a mesma potestade;  
 Uma é o grande ser que vem de tempos idos,  
 A outra, o grande ser que vai pr’a eternidade.  
 E foram, pois, assim a intérmina cadeia  
 Dos homens do universo unidos a lutar.  
 Uma traz a ciência e diz: Venho de longe.  
 A outra fita o mundo e diz: Vou caminhar.  
 (BRITO, 1889, p.34)

A influência européia fica clara no fragmento, visto que a Europa representa a grande tradição que alimenta os ideais americanos e fomenta a luta por modificações importantes, como é o caso da liberdade (abolição) e a implantação do progresso com base nas teorias científicas, diga-se evolucionista, tão difundidas no período. Quando efetivar as transformações necessárias, a “velha Europa” irá aplaudir “A insigne decisão do povo brasileiro”.

Diferentemente, os padres, preocupados com a afirmação de uma realidade nacional, passaram a eleger a realidade popular brasileira como definidora do caráter nacional, em específico o modo de vida simples dos cearenses, ao mesmo tempo em que

negavam o ritmo de vida da *Belle Époque*. Sendo assim, pode-se dizer que a Padaria comportou traços de teor nacionalista-regionalista, tendo como intuito apresentar uma identidade nacional ao seu público, numa época em que muitos políticos e intelectuais buscavam uma imagem para representar o Brasil, que ainda não apresentava uma identidade definida perante o cenário internacional.

Essa leitura da realidade local baseava-se no modo de vida dos cearenses mais simples, que viviam nos sertões ou nos arrabaldes da capital, em geral remanescentes de indígenas, caboclos, retirantes, negros emancipados e pobres, uma grande parcela da sociedade que, a duras penas, resistia à ideologia do progresso, disseminada por grupos intelectuais como a Academia Francesa e o Centro Literário. Republicanos enérgicos, intelectuais cientificistas adeptos da filosofia positivistas, tais grupos eram favoráveis ao trabalho disciplinado e à ordem industrial-civilizatória que consideravam o melhor modo de vida para os indivíduos daquela época, ao mesmo tempo em que negavam as manifestações populares.

Tais idéias servem como ponto de partida para uma forte disciplina urbana ocorrida em Fortaleza a partir da década de 1850, baseada no controle social das camadas baixas através da criação de asilos de mendicidade, reformatórios, abarcamentos e um lazareto. Policiais, políticos, comerciantes importantes e membros da elite contribuíram para a tentativa de efetivação do ajustamento social aos moldes das metrópoles industriais, ao mesmo tempo em que destruíam a cultura popular cearense. Segundo Cardoso, as facções políticas oligárquicas e as classes urbanas emergentes eram agentes:

[...] de imposição de uma violenta disciplina urbana, a reproduzir o consumismo de forma selvagem (promovendo relações de desigualdade entre os indivíduos), bem como concentrar poder

político com mandonismo, violência física e atos ilícitos, nepóticos e clientelistas, característica das oligarquias brasileiras, ainda muito em voga no país. (CARDOSO, 2002, p.31)

De acordo com o estudioso Nicolau Sevcenko (1995), é precisamente nos anos de legitimação e implantação da república no Brasil que ganham maior relevo os ideais fervorosos do progresso em todo o país, principalmente no Rio de Janeiro, levados a cabo pelas elites emergentes nos centros urbanos. Na Capital Federal, por exemplo, assim como ocorre em Fortaleza, as reformas realizadas, “caso indicassem que os cariocas estavam a caminho da civilização pelo atalho da europeização, também significavam, necessariamente, uma negação, no final, de muito o que era efetivamente brasileiro”(NEEDELL, 1993, p.70), como é o caso da cultura. Seguir a modernização européia significava abandonar aquilo que a elite via como passado colonial atrasado, e criticar os aspectos raciais e culturais do país que pareciam estar atrelados àquele passado. Needell, usando de uma certa dose de sarcasmo, comenta que:

Tais indivíduos queriam pôr um fim ao Brasil antigo, ao Brasil “africano” que ameaçava suas pretensões à Civilização, apesar de se tratar de uma África bem familiar à elite. A maior parte desta havia sido provavelmente acalentada por negros e vivia rodeada por empregados negros, tendo testemunhado de perto a escravidão, abolida apenas em 1888. (NEEDELL, 1995, p.71)

Naquele momento, qualquer forma de manifestação cultural estava sendo reprimida pelas “novidades de consumo” vindas com os modelos políticos, econômicos e sociais importados das grandes potências industriais européias. Também não se deve esquecer que as autoridades republicanas faziam represália às manifestações populares, principalmente às festas tradicionais, pois estas, além de, em certa medida, contestarem o

poder instituído e transgredirem a moral do trabalho (afrontando a ideologia do progresso) também representavam uma transgressão às posturas de comportamento urbano, tão defendidas durante a república. Em outras palavras, não havia espaço para particularidades culturais, todos deveriam seguir as mesmas idéias e ter os mesmos comportamentos que, em sua maioria, eram oriundos das elites urbanas que, por sua vez, recebiam influências constantes do modo de vida europeu, como afirma Sevcenko:

A elite dominante, com raízes no Velho Mundo, procurou impor seus padrões e seus fins a uma natureza e a populações que tratava como meros instrumentos de seus projetos maiores. Seu recurso para efetivar esses fins eram códigos rígidos e sistemas de racionalidade. (SEVCENKO, 1998, p.39)

As tentativas de alinhamento das alteridades culturais e das experiências sociais das camadas subalternas de Fortaleza no século XIX à ordem industrial-civilizatória, seriam índices denunciadores. O padreiro Adolfo Caminha, na sua coluna de crônica intitulada “Sabatina”, denuncia o desaparecimento e a descaracterização das festas populares cearenses:

E o bumba-meu-boi? e os congos? e os fandangos e todas estas festas tradicionais que o povo se incumbia de criar para gáudio dos rapazes alegres?  
... Tudo, tudo vai desaparecendo com o patriotismo nacional. O natal, como S. João e como todas as festas de caráter popular – vai degenerando em festa aristocrática. (Sabatina. In: *O Pão*, n.º 5, 24 de dezembro de 1892, p.3)

Segundo ele, as festas tradicionais estariam desaparecendo devido à intensa entrada de valores e comportamentos capitalistas originários da *Belle Époque* francesa, oriunda das sociedades capitalistas industriais que procurava uniformizar todas as

alteridades culturais em um só paradigma: predispor a população às leis puramente capitalistas. Essa descaracterização das festas populares diante da consagração capitalista se firma com o novo regime político implantado no Brasil, o republicano.

O padeiro Sabino Batista também comenta em suas crônicas sobre o desaparecimento das festas populares:

Com que saudade não me recordo eu hoje das festas populares que vão sendo substituídas pelos bailes aristocráticos!... Antigamente, eram os fandangos, os congos, o bumba-meu-boi e as legendárias pastorinhas que, por toda parte, enchiam de luz e de alegria a noite de natal; hoje são os bailes da alta sociedade; o povo já não brinca, o povo já não se diverte. Benditas seja tu, ó noite de festa, que tantas recordações me trazes dos tempos idos, da minha meninice tão rendilhada de sonhos e harmonia... (Noite de festa. *O Pão*, n.5, 24 de dezembro de 1895, p.5)

Ao que tudo indica, as festas folclóricas, as brincadeiras, os cultos religiosos, isto é, os resultados da experiência coletiva dos cearenses, que ao longo da história materializaram a sua realidade, desde os tempos remotos da antiga vila, apresentavam-se como ações subversivas à ordem e ao controle social determinado pela elite civilizatória.

O padeiro José Carlos Júnior, em um artigo intitulado “Carta à Padaria”, descreve as transformações negativas trazidas pelo progresso às pequenas cidades do interior cearense:

Vêm vocês uma cidadezinha de três ou quatro mil almas, perdida aí por essas matas, ou sertões modesta e faceira, recendendo de aromas campesinos, toda singela, toda louçã, encantadora na sua matutice robusta e sadia.

Há coisa mais agradável do que viver ali uns dias de uma vida quase primitiva, em que a ausência de mil amofinações e dilates da senhora civilização põe um sabor especial e delicioso até mesmo no que lia de rude e grosseiro?

Ponham-lhe agora um caminho de ferro e hão de ver.

Vão-se a poesia e singeleza dos costumes, e começa o mostro de fogo a trazer da capital diariamente o espírito de imitação, (um espírito mais nocivo que o da cana) que faz com que as pequenas cidades vivam a macaquear continuamente as grandes, da maneira mais burlesca e aleijona.

Não tardam vir chegando as cártulas e os pianos; besuntam-se as matutas com pó de arroz e os matutos com literatura, e aparecem pelas paredes a torre Eiffel e o homem do bacalhau; o barbeiro adorna a sala com as inevitáveis odaliscas de fisionomia inglesa. Os trombones da localidade põem-se a estudar meses inteiros a mais sedição das polcas em voga na capital; instala-se um clube dançante, e um palha-bote em miniatura começa a esvaziar cerveja nas tripas da população. (Carta à Padaria. *O Pão*, 1 de março de 1895, p.4)

Representado, inicialmente, pelo trem de ferro, o progresso destrói a cultura local, na medida em que impõe o ritmo de vida, de origem européia, que vigora nas principais cidades do país. Diferente dos costumes da região, considerados singelos, a cultura oriunda do progresso impõe um padrão único na medida em que não respeita as particularidades: todos passam a ter os mesmos gostos, a se vestir da mesma forma, a ouvir as mesmas músicas, enfim, pedem os seus traços individualizantes que a simplicidade do campo mantinha. No fragmento, fica muito clara a crítica à importação da cultura inglesa e francesa, representada pela “Torre Eiffel” que aparece nas paredes das casas e pela “fisionomia inglesa” apresentada pelas odaliscas. Vale lembrar que a Torre Eiffel, desenhada pelo famoso arquiteto Gustave Eiffel, anunciava uma nova era na engenharia e no uso do aço. Industrial e elegante, passa a ser o símbolo perfeito da *Belle Époque*, onde beleza e inovação na arte e na arquitetura eram celebradas. Antônio Sales, diferente de José Carlos Júnior que fez críticas indiretas à Inglaterra e à França, ataca de uma forma violenta os impulsos imperialistas da pátria inglesa, considerada uma nação cuja lógica é tomar posse de qualquer coisa que esteja “longe de seu dono”. Diz ele que:

Um navio inglês encontra em pleno Atlântico uma ilhota desabitada, sem ferro nem signa, e, como precisa ter naquelas alturas um posto telegráfico ou um depósito de carvão para as suas viagens ao Rio da Prata, desembarca gente e grita ao mundo civilizado: - Isso aqui fica sendo meu. (Os quinze dias. *O Pão*, n.21, 1 de agosto de 1895, p.1)

Neste fragmento, Antônio Sales faz uma crítica à tomada da Ilha da Trindade pelos ingleses. De acordo com Machado (2000), o descobrimento da ilha é atribuído ao navegante espanhol João da Nova, que viajava a serviço de Portugal. Entretanto, um ano após a descoberta, o português Estevão da Gama, durante uma viagem para a Índia, visitou a ilha. Ignorando a passagem de João da Nova, Estevão deu o nome para as terras de Ilha da Trindade, mantido até hoje. Em 1700, o astrônomo inglês Edmond Halley, durante uma expedição para realizar medições magnéticas no Atlântico para o governo inglês, teria se deslumbrado com os contornos e formas impressionantes da ilha, e resolveu tomar posse, desconhecendo a descoberta de Portugal. Em 1781, a Inglaterra ocupou a ilha com tropas militares. Sabendo da ocupação, Portugal protestou em Londres. Enquanto o assunto se resolvia pelos canais diplomáticos, em 1783, o vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, enviou 150 militares de artilharia de desembarque a bordo da nau “Nossa Senhora dos Prazeres” para expulsar os ingleses. Porém, quando as tropas de portuguesas chegaram, os ingleses já haviam abandonado a ilha. Contudo, em 1895, a Inglaterra voltou a ocupar Trindade, declarando-na território britânico.

Daí a crítica do padeiro, que elege esse episódio como exemplo do imperialismo selvagem dos ingleses. Depois de dizer que Londres é uma “aranha colossal a estender sua teia páfida pelo mundo inteiro: triste de quem cai nas malhas” (Os quinze

dias. *O Pão*, n.21, 1 de agosto de 1895, p.1), Sales comenta que os britânicos têm, de civilização, somente o monóculo, a fatiota e o chapéu de cortiça, pois, no fundo, conservam “traços profundos da barbárie” de sua raça dominadora e brutal.

Waldomiro Cavalcante foi outro padeiro que criticou a influência estrangeira:

Festa, Ano Novo e Reis Magos, mas sem uma nota que fique recordando o que foram esses dias, incaracterizados por essa consagração burguesa que se resume na exposição de uma vestimenta nova ou escovada, de um bolo feito com economia de manteiga, atenta a carestia de gênero [...] Nada tradicional que desperte a admiração ou emocione. As antigas lapinhas, que em sua simples encenação d’outros tempos nos sugeriam alegrias bucólicas, efusões sadias e confortantes, enleivavam-nos, transportando-nos em espírito aos tempos primitivos da era cristã, seguem caminho de decadência, desvirtuando as belas lendas que representam [...] (Os quinze dias. *O Pão*, n.08, 15 de janeiro de 1895, p.1)

Mais adiante afirma:

O devoto ilustre, que parecia mostrar-se simpático ao positivismo, não esqueceu, em sua minudência de detalhes de apresentar a bandeira nacional flutuando sobre a cabeça dos reis do Oriente, e n’elas escritas as palavras simbólicas da vinda da República: Ordem e Progresso [...] Horrorosa rebeldia de iconoclastas persegue tanto as usanças e costumes nacionais que bem nos parece não estar longe o dia em que os devotos de minha terra, n’uma exaltação entusiasta tomem de assalto a matriz de Porangaba e substituam a coroa de martírios do Bom Jesus dos Aflitos por uma cartola. ((Os quinze dias. *O Pão*, n.08, 15 de janeiro de 1895, p.1)

Nota-se, neste fragmento, uma crítica direta à moda da *Belle Époque*, ou seja, ao uso da cartola pela elite mundana, que também fazia uso do fraque, da bengala, dos

charutos, dos perfumes, enfim uma total importação da moda e dos costumes europeus. Outro dado importante do trecho é a crítica à iconoclastia do período e ao regime republicano. Valdemiro Cavalcante, que fez parte da geração dos Novos do Ceará, foi um dos grandes alardeadores do regime republicano. Todavia, a implantação da República, diferente do que havia defendido, veio legitimar as velhas oligarquias cearenses no poder e consagrar a vitória da irracionalidade, da incompetência e das práticas autoritárias e excludentes. E os intelectuais que tanto lutaram pela causa republicana, como é o caso de Valdemiro, sentiram-se unanimemente repelidos e postos de lado em favor de aventureiros e oportunistas. Falando sobre a implantação do regime republicano no Brasil, diz Sevcenko:

Já precocemente, na época do Governo Provisório, Lopes Trovão, um dos próceres da campanha republicana, proclamava a sua desilusão: “Essa não é a República dos meus sonhos”. Conspurado pelas adesões maciças e disputas canhestras de poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziava rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas. Esterilizados pela sua acomodação, os políticos e os partidos que se assenhoraram da situação tornaram-se alvos de violentas críticas por parte dos grupos intelectuais. Censurava-se-lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica que os caracterizava. (SEVCENKO, 1989, p.87)

O padreiro José Carlos Júnior publica um soneto em *O Pão* em que comenta a situação política brasileira nos primeiros anos do regime republicano:

Depois que a Realeza fez naufrágio,  
A mão do Estado segue falsa rota.  
O credito se extingue, aumenta o ágio,  
Medonha se aproxima a bancarrota.

Do Equador ou Bolívia triste plágio,  
O Brasil de caudilhos se abarrota:  
Sofismam-se os Direitos e o sufrágio.

A nova Carta mesmo já vai rota.

Alça a guerra civil horrendo colo;  
 Brasilio sangue inunda o pátrio solo  
 É confusão a lei, farsa o congresso!

E no meio do caos em que vivemos,  
 E no abismo onde agora sorvemos  
 Procuo embalde a Ordem e Progresso.

(Ordem e Progresso. *O Pão*, n.º 14, 15 de abril de 1895, p.4)

O Estado, neste momento, faz uso da violência para conter todo tipo de revolta, crítica e manifestações culturais consideradas subversivas. Outro dado interessante ressaltado pelo padreiro é a crise econômica que assola o país “O credito se extingue, aumenta o ágio”. A enorme expansão do crédito e a desregulamentação das atividades econômicas levaram à explosão de venda de ações, a fundação de numerosas companhias e a disseminação da especulação e da corrupção, o que leva à ruína muitas famílias tradicionais que não acompanharam as mudanças econômicas. Ao mesmo tempo, a especulação cambial proporcionou enormes lucros para financistas, banqueiros internacionais, especuladores da praça, burocratas, que se enriqueciam do dia para a noite e, muitas vezes, apresentavam integridade duvidosa.

Antônio Sales, nas crônicas “Os quinze dias”, também não deixa de fazer críticas ao regime republicano. Ao falar sobre o lema da bandeira nacional, afirma que:

Até hoje o lema de nossa bandeira não tem passado de uma burla irônica com a qual nos procuram envergonhar os saudosos do antigo regime. Para o povo em geral a República tem sido um Absalão, que só promete tornar mais pesado o pesado jugo do seu antecessor. E como a República é mulher e tem cabelos grandes, bem pode acontecer que neste andar se veja um dia presa por eles a qualquer galho [...] (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 23, 1 de setembro de 1895, p.1)

Para Sales, a mudança do regime monárquico para o republicano não resultou em melhorias para a população, pois os problemas são inúmeros. Sendo assim, o lema da bandeira, “Ordem e progresso”, não passa de uma ironia do governo. Além disso, o padeiro não vê com bons olhos o futuro da República que, comparada a Absalão, devido aos seus cabelos longos, pode enroscar-se em algum galho. Absalão foi o terceiro filho do Rei David, segundo o Antigo Testamento, era rebelde e tentou usurpar o trono de seu pai. Devido a seu ato de traição, Absalão foi perseguido por um dos comandantes de Davi, Joabe. Ao fugir em uma mula ligeira, seus cabelos ficaram enroscados nos galhos de uma árvore e Absalão ficou suspenso no ar. Embora Davi tenha dado a ordem para que não o matassem, Joabe o transpassou com três dardos. Antônio Sales, além de considerar que a República trouxe inúmeros problemas ao país, como Absalão ao seu pai, também prevê um fim trágico para o novo regime, como ocorreu com o filho de Davi. As críticas ao governo eram incisivas, principalmente ao governo cearense, na medida em que este não reconhecia os mais variados problemas existentes na província que exigiam medidas a curto prazo, como é o caso dos alagamentos ocorridos em cidades ribeirinhas durante o inverno, que deixavam inúmeras famílias desabrigadas e susceptíveis às mais variadas doenças; a sujeira acumulada nas cidades; o aumento abusivo dos aluguéis devido ao surto populacional; e a constante ida dos Cearenses para o Amazonas.

José Carlos Júnior, em uma crônica dedicada às inundações, exige ações governamentais: “Concitemos o governo a reconhecer oficialmente a inundação socorrendo as vítimas e mudando, de conformidade com as tendências da época, o nome de Aracati para – Veneza Cearense. (Os quinze dias. *O Pão*, n.º14, 15 de abril de 1895, p.1).

Criticando a falta de higiene na cidade de Fortaleza e os surtos de tuberculose, em uma outra crônica, argumenta:

Quem, depois de alguma ausência, volta a esta capital, não a conhecerá mais.

Isto já vai tomando uns ares de cidade holandesa... no que toca a elemento líquido, está claro, porque sob o ponto de vista de asseio, a ilusão não é perfeita, ou antes, não pode haver ilusão alguma.

A chuva é a principal vassoura das ruas, e bem boa vassoura graças à feliz disposição das sarjetas da cidade.

Só o que a chuva não varre são as catarreiras que andam por ai a assolar a população, enfeitadas com o bonito e exótico nome *influenza*. (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p.1)

Esta mesma crônica também critica a alta dos aluguéis resultado do aumento populacional, o que favorece o despejo de inúmeras famílias cuja renda não competia com a subida dos preços:

Hoje, aluguel é uma questão aguda e incomoda como uma nevralgia. [...] Os preços emendam pés com cabeça. Um pobre diabo de amanuense, que morava desde tempos imemoráveis em uma modesta casinha pela qual pagava 20\$ mensais, é intimado pelo proprietário a pôr-se ao fresco porque um sujeito endinheirado ofereceu 50\$. Curiosos e numerosíssimos são os incidentes desta calamitosa crise. ((Os quinze dias. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p.1)

Antônio Sales também tematiza a subida dos aluguéis, apresentando como um dos responsáveis o aumento do número de casamentos “Multiplicam-se os casamentos, e como quem casa quer casa, os proprietários das ditas elevam o preço dos aluguéis a alturas vertiginosas.” (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p.1) A alta dos aluguéis influenciou inclusive as “Fornadas” dos padeiros, pois estes não encontravam prédios com preços acessíveis para locação. Por causa das constantes referências, por parte

dos padeiros, ao estabelecimento de Mané Coco, o Café Java, muitos poderiam pensar que a Padaria Espiritual sempre funcionou nesse local. Todavia, só nos primeiros dias e, mais tarde, apenas esporadicamente, o Café Java serviu de ponto de encontro dos padeiros. As outras sedes da agremiação localizaram-se sucessivamente nos prédios n.º 105, 106 e 11 da Rua Formosa (Barão do Rio Branco). Dos quais, em geral, saíram porque os proprietários irritavam-se com a falta de pagamento dos aluguéis. Desse modo, deliberaram que as reuniões, isto é, as “fornadas” seriam realizadas na casa dos padeiros que tinham casa. Durante a presidência de Rodolfo Teófilo, era em sua casa que as “fornadas” eram realizadas. Essas reuniões da agremiação quase sempre consistiam na leitura de peças clássicas e obras dos próprios padeiros, tudo regado a aluá, licores e vinhos; já os aniversários ou outras festas e comemorações eram festejados através de almoços ou jantares, com execução de obras musicais.

O padeiro, nessa mesma crônica, também tematiza o êxodo para o Amazonas, considerado “um novo reino com sua Loreley” (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p.1). Loreley é a personagem principal de um mito alemão ambientado no Vale do Reno. Diz a lenda que lá vive uma bela moça com longos cabelos loiros que quando os penteia gosta de cantar. Sua voz melodiosa hipnotiza os capitães das embarcações que navegam pelo rio Reno. Todo o cuidado é pouco: o resultado é sempre trágico e os barcos, descontrolados, acabam batendo na encosta e afundando.

E o Amazonas, novo reino com sua Loreley de... borracha, continua a atrair os aventureiros cearenses ao seu pélagos auríferos e mortíferos.

E não contentes com levar-nos braços, está também a nos levar cabeças sobre as quais não quis a Fortuna despejar uma pequenina

parcela das suas graças. (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p.1)

Se num primeiro momento, o Amazonas, novo ímã de riqueza no país, atraía apenas famílias pobres e analfabetas para a extração da borracha, depois de um certo tempo, como atesta Antônio Sales, o alvo passa a ser os intelectuais da classe média que, cansados da dura vida provinciana, sem dinheiro nem oportunidades, resolvem tentar a sorte em outra região. Vários jornalistas, literatos, funcionários públicos e estudantes cearenses recém-chegados na província, vindos da capital, embarcaram para o Norte, sendo o principal alvo a cidade de Manaus. São várias as pequenas notas publicadas em *O Pão* que notificam a migração de cearenses ilustres, inclusive a de um dos padeiros, Artur Teófilo, jornalista, literato e funcionário público:

No último paquete do norte tomou passagem para Manaus este nosso prezadíssimo consórcio.  
Muitos amigos acompanharam-no ao ponto do embarque, tendo ele recebido por essa ocasião inequívocas provas de simpatia e estima.  
Boa fortuna e breve regresso anhelamos ao nosso bom companheiro. (Carteira. *O Pão*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p.8)

As cidades cearenses cresciam de uma forma desordenada e a população, em geral, era vítima de inúmeras calamidades e infortúnios. Seguiam-se os modelos tecnológicos e urbanísticos europeus, mas não se copiava o exemplo infra-estrutural e higienista, ou seja, o bem estar social não acompanhava a corrida em busca do progresso. Sendo assim, as críticas à modernidade são constantes nas colunas de *O Pão*. Antônio Sales, de uma forma saudosista, comenta as transformações negativas ocorridas em Porangaba que, comparada a uma rapariga civilizada que usa espartilho, tecidos parisienses

e anda somente de bonde, transformou-se em um humilde prolongamento de Fortaleza na medida em que perdeu os vestígios de seus primitivos encantos. Para Sales:

Quem a conhece somente através dos velhos mas formosos versos do nosso velho e pouco formoso mas sempre inspirado Juvenal Galeno, ficaria bem espantado de vê-la agora enfronhada nos adornos que a civilização lhe emprestou, para mal dos seus pecados. [...] O rapazio do comércio, das repartições e das escolas foi levar-lhe a nota burguesa dos seus fraques pelintras e dos seus sapatos lustrosos. (Os quinze Dias. *O Pão*, n.º 24, 15 de setembro de 1895, p.1)

Em uma outra crônica, Antônio Sales comenta que a modernização não proporcionou apenas mudanças urbanísticas, mas também morais:

Parece que a nossa cidade, ao passo que se alarga materialmente, vai-se estreitando moralmente, de forma a assumir as mesquinhas proporções mesológicas de um lugarejo matuto com todo o seu fervilhamento de intrigas, de picardias e bisbilhotices. (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 29, 1 de dezembro de 1895, p.1)

O padeiro Rodolfo Teófilo também não deixou de retratar em suas obras os conflitos político-sociais da província: as desigualdades entre ricos e pobres, a dura vida dos retirantes, o banditismo, o cangaço, a fome, dentre outros. Poucos compreenderam como ele a atmosfera da sua região. Escritor diferente de tantos outros apenas preocupados em explorar o sertanejo num sentido de ostentação literária, deixou uma obra que patenteia a mais severa unidade de pensamento. Pensamento de amor à sua terra e à sua gente, profunda compaixão pelos trabalhadores cearenses, vítimas dos maus patrões, da inclemência do clima, de todas as fatalidades reunidas.

Filho e neto de médicos, o que lhe daria um apego instintivo à Ciência, Rodolfo Teófilo formou-se em Farmácia na Bahia, em 1875. Dois anos depois, em 1878, morando em Fortaleza, vê desfilar pelas ruas de sua botica famílias famintas e doentes. Sendo assim, começa a dedicar-se às vítimas da varíola à conta de que, somente em Fortaleza, o número de mortos chegaria a 35 mil em menos de três meses. Sem qualquer apoio do governo, percorria toda a cidade aplicando vacinas fabricadas por ele próprio. Gustavo Barroso ao referir-se aos esforços de Rodolfo Teófilo durante a seca de 1888, afirma que:

Não fora a obra benemérita dum homem eficiente e caridoso, as bexigas se espalhariam em volta de Fortaleza, partindo daquele foco inextirpável como praga mortal. O escritor Rodolfo Teófilo, todas as manhãs, montado no seu cavaleiro branco, magro como D. Quixote e tão idealista como o herói de Cervantes, percorria as vielas dos morros do Moinho e do Croata, vacinando gratuitamente crianças e meninos. (BARROSO, 1989, 182-3)

Professor de história natural, industrial, cientista, disseminador da vacina, pela persuasão e sem obrigatoriedade que a tornasse antipática, Rodolfo Teófilo foi eclético como a época em que viveu. Também foi membro de agremiações literárias como a Padaria Espiritual e o Centro Literário e autor de estudos científicos e históricos, romances e poesias.

Seu romance inaugural, *A Fome*, que teve alguns de seus capítulos publicados em *O Pão*, é considerado o “primeiro romance formal da seca” por Décio Pacheco Silveira e Abelardo Montenegro. Para esse último “com Rodolfo Teófilo é que surge o romance da seca, de tendência social e moralizante. É o romance cearense em que, pela primeira vez, se combate a exploração do povo reduzido à maior pobreza pela

calamidade” (MONTENEGRO,1953, p.22). Em seguida, acrescenta que “Pela primeira vez um romance se transmuta em instrumento de libertação de um povo” (MONTENEGRO,1953, p.22).

O romance é resultado de observações sobre as secas que assolam periodicamente o Ceará. O autor procura focalizar, dentro da linha regionalista, a tragédia de uma família sertaneja assolada pela seca, ao mesmo tempo que se serve do romance para lançar o seu protesto veemente contra a incúria do governo em relação às abandonadas populações sertanejas. Tal temática será retomada mais tarde por outros escritores brasileiros como é o caso, por exemplo, de Graciliano Ramos com seu romance *Vidas secas* que, publicado em 1938, tornou-se um clássico da literatura modernista, não só pela originalidade das soluções estilísticas e estruturais, como pela denúncia dos dramas dos sertanejos, a “civilização do couro”, assim chamada em função da aridez e da esterilidade das grandes áreas do sertão brasileiro, bem como da situação humana dela decorrente.

N’ *A Fome*, os personagens principais podem ser considerados, maniqueistamente, como “bons” e “maus”. Entre os bons estão Manuel de Freitas, descendente de uma das mais antigas e importantes famílias do alto sertão, sua filha mais velha (15 anos), Carolina, e Edmundo da Silveira, que formam o par romântico. Este par reitera a pertinente observação de Sânzio de Azevedo (1982) sobre o realismo-naturalismo de Rodolfo Teófilo exercer-se mais pela apresentação de cenas rebarbativas e pela linguagem científica do que através dos enredos que, na maioria dos casos, são francamente românticos. No segundo grupo, encontra-se Simeão de Arruda, um funcionário público sem qualquer escrúpulo que tenta seduzir Carolina. Simeão deve seu emprego, comissário distribuidor de socorros públicos, a uma nomeação política, como demonstra o fragmento abaixo:

O lugar era ambicionado como se fosse um rendoso emprego. As vagas eram preenchidas mais de acordo com os interesses da política, do que com a conveniência pública. O presidente da província tinha sempre uma lista de pretendentes a escolher. Falsos patriotas que, aparentando serviços à pátria, só visavam ao interesse pessoal.(TEÓFILO, 1979, p.97)

A Fortaleza de Rodolfo Teófilo é a cidade que atravessa uma calamidade, a cidade da tragédia. Uma cidade baseada na injustiça social, agravada pela imprevidência, inépcia e mesmo desonestidade de seus governantes e funcionários públicos. A seca aprofunda os crimes sociais e revela uma capital incapaz de dar as mínimas condições de sobrevivência aos retirantes, salvo pela abnegação de alguns de seus moradores. Observa-se, nesta passagem, que, ao pôr em relevo sua condição de retirante, o personagem Manuel de Freitas empresta valor de verdade ao que relata:

- Venho horrorizado, Josefa. Vi tanta miséria, que me espantei. Imagina o que de horrível vi, que pôde me eriçar os cabelos, a mim, testemunha ocular das mais pungentes e medonhas cenas! Cedo desiludi-me. A Fortaleza, que acreditava a nossa salvação, onde supus o conforto das populações famintas, tem o lúgubre aspecto das povoações do interior, regurgita de infelizes, que mendigam cambaleando de fome. Vi mortos no meio da rua. A peste e a fome matam mais de quatrocentos por dia! Disseram-me que a prostituição lavra desenfreada. São muitos os sedutores. Até meninas de dez anos estão perdidas por esta raça maldita de perversos! .(TEÓFILO, 1979, p.100)

A detalhada descrição de fortaleza de 1877 pela ótica do personagem, constrói-se como um inventário laborioso que sacrifica, muitas vezes, o literário. Sente-se, durante a leitura, a presença do narrador/reformador alerta aos problemas da cidade. A descrição cumpre o papel de formar a paisagem da cidade no imaginário do leitor e também de apontar para as reformas necessárias. Eis um exemplo:

A Fortaleza é uma cidade nova, reedificada sobre as ruínas da casaria de palha e de taipas depois da seca de 1845. Situada na costa, teria todas as vantagens das povoações marítimas se fosse servida de um bom porto. (...) As dez ruas, todas do mesmo comprimento e largura, calçadas e cortadas em retângulos formando quarteirões de cem metros quadrados, eram, pelo plano de disposição, convenientemente ventiladas e, quando possível alumiadas pelo sol. Mais de dez praças, grandes, arborizadas de castanheiros e mungubeiras, embelezavam a cidade, concorrendo assim para a salubridade do clima, até então, um dos melhores do império.(...) Alguns edifícios públicos isolados, como a assembléia provincial, o palácio do governo, o seminário episcopal, o tesouro provincial, a biblioteca pública, a escola normal mas todos ressentindo-se mais ou menos da falta de estética. (TEÓFILO, 1979, p.70)

Encontra-se neste fragmento um “Almanaque” sobre Fortaleza. Grandes problemas urbanos como a inexistência de um porto adequado, que tanto marcou a cidade, até sua solução já na década de 1950, são arrolados juntamente com problemas menores como a “falta de estética” dos edifícios públicos. A salubridade do clima, favorecida pela presença das ruas ventiladas e batidas de sol, é destacada. O olhar do leitor é guiado com precisão porque o narrador deixa claro que conhece os “preceitos arquiteturais” vigentes em sua época, ou seja, educa os que o lêem, seguro de sua posição de detentor do saber. Tais observações de ordem estética são feitas dentro de uma linguagem que se quer neutra porque científica.

Rodolfo Teófilo também usa a dicotomia campo/cidade para discorrer sobre a devassidão urbana em contraste com a pureza do campo (sertão): “Antônia conhecia pouco a cidade, vivendo no seu sítio tranqüilo, não imaginava a vida ruidosa e dissoluta das capitais, as mentiras galantes e torpezas dissimuladas” (TEÓFILO, 1979, p.97).

O livro *O campo e a cidade na história e na literatura*, do crítico inglês Raymond Williams, se volta para o contraste entre estes dois tipos básicos de comunidade humana na literatura inglesa do século XVI ao atual. Williams analisa, então, como a dicotomia campo cidade, que remonta à Antiguidade Clássica, tem gerado atitudes emocionais positivas e negativas de longa duração, apesar da profunda variedade da realidade histórica concreta de ambos. O campo ora é visto como uma forma natural de vida, associado a valores como paz e inocência, ora como um lugar de atraso, ignorância e limitação. A cidade, ora como lugar de turbulência, mundanidade, corrupção e ambição, ora como centro de realizações e saber.

No romance em estudo, quase sempre se encontra a idealização do campo contrastada à crueldade e dissipação da ordem urbana, fundamentada no dinheiro e no lucro fácil, ou seja, quase sempre o campo funciona como crítica ao capitalismo. Na literatura inglesa, esse tipo de crítica resulta, muitas vezes, inócua, como aponta Raymond Williams, porque, além de refugiar-se no recorrente mito de um irrecuperável “passado mais feliz”, propicia a alienação ou até a defesa de valores tradicionais. O escritor evade-se para

Um mundo de livros e recordações, no qual o estudioso pode ser profissionalmente humanitário, mas permanece isolado ou indiferente no mundo que vive, pode ir em defesa dos padrões tradicionais de propriedade, ou no ataque à democracia em nome do sangue e da terra. (WILLIAMS, 1989, p. 57)

A idealização de uma economia rural mais “natural” ou “ética” escamoteia o fato de que a ordem social em que se praticava tal agricultura era de exploração absoluta. O campo fresco no qual o escritor busca refúgio para evadir-se ao burburinho e devassidão da

vida urbana “não é o do agricultor e, sim, o do morador desocupado”. (WILLIAMS, 1989, p. 70)

Ao lermos as comparações abstratas entre virtude rural e ganância urbana, não devemos cair na tentação de esquecer os vínculos regulares, necessários e funcionais entre as ordem sociais e morais que eram contrastadas de modo fácil e convencional.(...) A exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade. Por outro lado, porém, os lucros provenientes de outros tipos de exploração vão penetrar o campo. (WILLIAMS, 1989, p. 72)

O cerne da questão está nesta mútua conversão, pois o que jamais se examina com profundidade é a concretude histórica do passado ou do presente. Para o estudioso, se o que se via na cidade não podia ser aprovado, por tornar evidente a sordidez das relações sociais, a solução não era a moralidade da vida simples dos campos trazida por um visitante, mas uma mudança das relações sociais na urbe. Diz ainda que a ficção “campo e cidade” servia apenas para promover relações superficiais e impedir comparações reais (WILLIAMS, 1989, p. 79).

Voltando o olhar para *A Fome*, vê-se que as críticas à cidade seguem de perto esse padrão. Nenhuma explora com profundidade o verdadeiro tipo de relações entre o campo e a cidade. O campo, quando aparece, é ainda sob forma idealizada – refúgio verdejante e cheio de pureza. É de justiça afirmar, contudo, que essa visão idílica jamais serviu de refúgio aos escritores tratados.

A desilusão de Manuel de Freitas com a cidade, pela impossibilidade de nela encontrar qualquer solução para seus problemas, é ratificada, no final do romance, com o retorno dos sobreviventes ao sertão. Por Fortaleza, efetivamente desfilam todos os horrores trazidos pela seca: a fome, a miséria, a promiscuidade e a peste, no caso, a varíola. Tal

situação piora devido à incompetência do poder público e à corrupção de seus funcionários. A integridade, n'A *Fome*, não se ausenta de todo, porque é resgatada pelas figuras de Manuel de Freitas, padre Clemente, o médico, Carolina e Edmundo.

Fortaleza é a cidade desprovida de campanhas de vacinação e de quaisquer condições de assistência às vítimas, assolada pela varíola:

Muito críticas eram as circunstâncias de toda a província, quando uma calamidade doutra espécie veio aumentar com um enorme cortejo de padecimentos sua lastimosa situação. A varíola entrou traiçoeiramente em Fortaleza. (TEÓFILO, 1979, p.153)

Outro dado importante sobre a cidade é a denúncia e crítica à escravidão, o tráfico negreiro para o sul e a condição de vida dos escravos domésticos. Os personagens de dona Faustina e de seu marido, o traficante/comendador Prisco da Trindade, permitem essa crítica. Faustina, aliás, torna possível uma crítica social em vários níveis, pois, através dela, o narrador, além de deixar expostos os maus tratos aos escravos, desmascara a hipocrisia de uma sociedade que os “contos de réis fazem calar”. A ver:

Faustina punia as faltas dos escravos com castigos corporais, às vezes bárbaros e em completo desacordo com as práticas religiosas que diariamente exercia. [...] No círculo de suas relações, bastante largo pela posição e fortuna do marido, era considerada como parte de um todo, que por convenção chamou-se elite da sociedade. Tratavam-na com a distinção de que eram credores os contos de réis de Prisco. (TEÓFILO, 1979, p.61)

Outro dado interessante é o fato de que, neste momento, sistematiza-se a emigração para o Amazonas, já citada anteriormente, que se manterá até as primeiras

décadas do século. Portanto, nesse romance, Fortaleza é ainda a cidade que vê embarcar para o norte, em condições desumanas, milhares de retirantes:

Chegou a hora da separação. Quatrocentos retirantes de todas as idades marchavam em préstito para o porto da cidade. Era triste aquela procissão, como o desfilar de um enterro. Todos magros, macilentos e esfarrapados, davam ao cortejo a cor sombria da tristeza. (TEÓFILO, 1979, p.124)

A Fortaleza de Rodolfo Teófilo é então a cidade da denúncia, do desmascaramento da incompetência pública, a cidade que clama por reformas. E isto porque Rodolfo Teófilo é quem mais paradigmaticamente se enquadra no binômio homem de ação/escritor desse período, em que, por força das dramáticas transformações em todos os setores, como poucas vezes, a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história. Segundo Sevcenko (1989, 237-8), neste momento, a literatura era representada por homens de ação, com predisposição para a liderança e a gerência político-social .

N'A *Fome*, a necessidade do autor em mostrar a importância de reformas na capital cearense faz com que o escritor se descuide muitas vezes do estilo, pois o que lhe importa é a veracidade do que relata, e esta, em sua época, não pode ser expressa desvincilhada da Ciência. Daí o romance destacar-se entre as obras que retratam cenas terríveis de miséria, doença e morte, com base na exposição sem disfarce da realidade, para que se pudessem indicar e buscar soluções. A leitura da obra põe de manifesto um narrador que se apresenta como um defensor da causa comum do Nordeste:

O ano de 1878 seria calamitoso! A continuação do flagelo, contra a previsão de todos, teria conseqüências ainda mais desastrosas, se não caísse a situação conservadora e não fossem chamados os liberais ao poder. O novo governo encontrou a província nas mais

desoladas circunstâncias. Na Fortaleza, mais de cento e quarenta mil almas estavam abarracadas em roda da cidade. (TEÓFILO, 1979, p.90)

O romance de Rodolfo Teófilo é um arquivo sobre o homem e o ambiente cearense, especialmente sobre os anos terríveis de fome e de migrações. A contemplação dos horrores da seca criou em Rodolfo Teófilo o escritor. Na verdade, a grande seca, de 1877 a 1879, impressionaria toda uma geração de moços de classe média urbana cearense, explicando mais tarde o aparecimento da literatura das secas. Pena é que nele, o estilista nem sempre estivesse à altura do observador. Entretanto, escrevendo bem ou mal, exagerando ou não nos termos científicos, esse padeiro magro e de longas barbas e suas páginas inspiradas pelo meio cearense ficarão na história literária cearense, permanecendo entre os robustos romancistas em que a sua região tem sido fértil.

Os padeiros emergem de uma camada média e baixa que começava a diversificar-se numa cidade que passava por grandes transformações. A diversificação social trazida pelo aumento populacional do período fazia-se acompanhar de diversificação cultural e tensões sociais que, de resto, sacudiam não só Fortaleza, mas todo o país numa época de mudanças – do escravismo ao sistema de trabalho livre, do Império à República. Sendo assim, o contexto com que lidam os redatores de *O Pão*, num processo que o correr do tempo somente intensificou, começava a abrigar diferentes classes. Aquelas das camadas de maior poder econômico que freqüentavam os clubes elegantes, as grandes avenidas, o Passeio Público e enviava os filhos para serem educados na Europa; a da camada média, de funcionários públicos e profissionais liberais; e a das camadas populares, formada por caixeiros, homens de ganho, trabalhadores de vendas e armazéns, mendigos e retirantes.

A par dos acontecimentos de seu tempo, em escala nacional e mundial, os escritores em estudo detinham-se em observações minuciosas sobre os habitantes, paisagem e marcos físicos de seu cotidiano, para, depois, sobretudo naqueles de viés mais naturalista como Teófilo, voltarem-se para as leis gerais, que dariam o relativo apaziguamento de uma explicação “universal” para as mudanças. Apaziguamento intelectual que não excluía, contudo, inconformismo invertido em crítica social. Capazes de reduzir tendências sociais a leis gerais dentro de um esforço científico de escapar ao aparente e encontrar as “causas últimas”, não deixavam de entrever a ação inserida numa realidade dinâmica, de forças sociais em disputa, riquezas voláteis e diferentes possibilidades de ordenação das várias peças em jogo, nem de interferir, algumas vezes efetivamente, no “processo de tomada de decisões” (SEVCENKO, 1989, p.228).

Os padeiros surgem, então, como “termômetros” de sua cidade, de sua província e de seu país – em suas obras, apreendiam e registravam as tensões sociais e transformações da cidade. Como dito, até procuravam dominar esses processos por que passava não só o Ceará, mas o país como um todo, seja pela ação, integrados em movimentos políticos e intelectuais ou encetando cruzadas solitárias, como no caso de Rodolfo Teófilo.

## **2.1 A GUERRA DECLARADA AO BURGUESES**

As reformas urbanas de Fortaleza e a entrada da ideologia capitalista ocorreram entre as décadas de 1860 e 1930, sendo a área do centro definida como espaço por excelência da atividade comercial pelos urbanistas e políticos. Neste contexto, o burguês é o agente social empenhado na consolidação dos projetos urbanísticos por valorizar apenas os bens materiais. Sendo assim, os padeiros declaram guerra ao burguês, como demonstra o artigo XXVI do Programa de Instalação: “ 26 – São considerados, desde já, inimigos naturais dos Padeiros – o Clero, os alfaiates e a polícia. Nenhum Padeiro deve perder ocasião de patentear seu desagrado a essa gente.” (Apud MOTA, 1938, p. 29.)

Uma leitura dos textos dos padeiros denota claramente uma grande aversão e uma guerra declarada aos alfaiates (que simbolicamente representavam os burgueses), à polícia e ao clero. A corporação policial é considerada pelos padeiros uma instituição que impõe regras e serve ao poder. O programa da agremiação também menciona a aversão ao clero, considerado um grupo de aproveitadores que tiravam vantagem da fé alheia. A palavra “alfaiate” apresenta-se conotativamente, como símbolo de lucro, extorsão, vantagem, exploração, ou seja, uma referência ao burguês. Nos textos dos padeiros são muitas as críticas feitas ao burguês, existem até máximas sobre o assunto, como estas encontradas na seção “Saco de ostras”, disposta nas colunas do jornal *O Pão*: “O nervo ótico de um burguês tem sua raiz no estômago” (Saco de Ostras. *O Pão*, n.º 2, 30 de outubro de 1892, p. 8) / “A pança de um burguês é o princípio de seu castigo” (Saco de Ostras. *O Pão*, n.º 3, 6 de novembro de 1892, p. 2).

Na sessão em que foi comemorado o primeiro aniversário da Padaria Espiritual, no Café Java, os padeiros leram o seguinte poema:

Padeiros! O calendário

Do tempo marca afinal  
O primeiro aniversário  
Da nossa mãe espiritual.

Um ano de vida (é incrível!)  
Completa hoje a *Padaria*  
A inimiga mais terrível  
Que possui a burguesia.

Um grupo atirado e guapo  
De dez ou doze rapazes,  
- Cidadãos muito capazes  
De matar onça a sopapo, -

Teve a boa inspiração  
De fundar (boa, ora si!)  
A grande associação  
Que festejamos aqui.

Há um ano – quase em geral –  
Exclamava a burguesia:  
– *Padaria Espiritual ?*  
– Que quer dizer *Padaria?*

– Que grandiosa novidade!  
– Que título tolo e banal!  
– Chamar-se uma sociedade  
– *Padaria Espiritual!*

Assim chamava basbaque  
A burguesia intrigada,  
Salientando o sotaque  
De uma voz arrasada.

E, a *Padaria*, do alto  
Do *Forno*, à rua Formosa,  
Trazia em continuo assalto  
Toda esta corja raivosa.

Cada padeiro era um forte  
Guerreiro de espada e capa,  
Fazendo guerra de morte  
A tudo quanto era *chapa*.

*O Pão*, jornal que tinha  
Orgulho em ser fabricado  
Com a mais pura *farinha*

Que vem ao vosso mercado,

Batia sem ter piedade  
A massa descomunal  
Da chata mediocridade  
Balofa, pífia, banal.

Cada mês que se extinguia  
Para nós era uma glória,  
Vendo sempre a *Padaria*  
De pé, a cantar vitória.

O grande indiferentismo  
Dos ignaros banqueiros  
Nunca causou prejuízo  
A nenhum de nós, *padeiros*.

Comentando um episódio  
Nunca demos importância  
À colossal ignorância  
Dos que nos votaram ódio.

Assim conseguiu viver  
Nossa *Mãe* um ano, breve,  
Sem ouvir ninguém dizer:  
– *A terra lhe seja leve!*

Hoje, porém, que aqui estamos  
Reunidos em sessão,  
E que alegres festejamos  
A nossa associação,

Devemos mais uma vez  
Fazer um protesto forte:  
– Votar a todo burguês  
O nosso ódio de morte!

(BARREIRA, 1948, p. 146-8)

Pedro Nava ao observar, neste poema, as críticas incisivas ao segmento burguês da sociedade, traça, indiretamente, uma relação entre esse ódio declarado dos padeiros ao burguês e o que surgirá três décadas depois no poema “Ode ao burguês”, de

Mário de Andrade. Uma das partes de seu livro *Baú de ossos*, em que o estudioso refere-se ao espírito revolucionário da agremiação, tem como epígrafe os versos do escritor modernista. Devemos ressaltar que o burguês, a quem os padeiros e Mário de Andrade declaram guerra, representa o mundo materialista, a fortuna mal adquirida, o capitalismo excludente:

A Padaria Espiritual não era uma associação preocupada apenas com as questões de ordem literária, mas também com os assuntos relacionados aos comportamentos e valores da época. Cabe salientar que a idéia de fornecer “pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”, apresentada no primeiro artigo do “Programa de Instalação”, tem como intuito orientar os leitores a não serem tomados pela falsa realização material resultado do intenso consumo de produtos industrializados, oriundos da filosofia burguesa, tão em voga na época. Preocupados em fornecer alimento ao espírito do povo, os padeiros vão contra a atitude burguesa de atender tão somente às exigências da “corpo”, pouco se importando com o aspecto espiritual. (BRITO, 2003, p.42)

Adolfo Caminha, ao comentar o grande alvoroço provocado pelo jornal *O Pão* na sociedade cearense, uma sociedade, segundo ele, monótona, preocupada apenas com o aluá, a seca e a política, assim se refere ao seguimento burguês da sociedade, cujos integrantes eram considerados pelos padeiros os mais terríveis inimigos:

Que celeuma! Que alvoroço, de tarde, à porta das boticas, quando os senhores burgueses, de panca cheia, arrotando carne cozida e palitando os dentes, reúnem-se para tesourar o reverendíssimo próximo!  
Deixem lá; foi um verdadeiro sucesso o aparecimento d’O Pão na arena jornalista. (Sabatina. *O Pão*, n.º 2, 17 de julho de 1892, p.1)

Os burgueses são descritos pejorativamente, como seres comilões, esbanjadores, mal educados, cuja única preocupação é “encher a pança”. Em seguida diz

que a burguesia afirmou que os padeiros eram “uns idiotas sem eira nem beira, uns pelintras sem letras nem dinheiro”, uma sociedade especulativa assim como a loteria do Ceará. Procurando defender a agremiação dos ataques burgueses, afirma que os padeiros só desejam o “sucesso”, o “ruído”, a “movimentação”. Caminha sabia da necessidade de mudança de pensamento por parte da sociedade cearense da época, que a Padaria Espiritual tanto atacou, sobretudo, na sua primeira fase. Pregando a indisciplina, o estardalhaço, os padeiros iam contra as classes médias urbanas emergentes e as facções políticas oligárquicas, agentes de imposição de uma violenta disciplina urbana no sentido de favorecer o consumismo, bem como manter a concentração de poder político.

Em uma outra crônica, o padeiro apresenta algumas reflexões amargas sobre a existência humana. Diz ele:

Sucedem-se os dias, passam as semanas, findam-se os meses, e a vida, a triste vida humana figura-se-nos cada vez mais monótona e misteriosa, com as suas misérias eternas e o eterno desespero daqueles que, por uma lei absurda e estúpida, são obrigados a trabalhar, como uma besta, de sol a sol, de manhã à noite, incessantemente, sem descanso, para o fim de não morrer p'r'ahi, de fome, como cães sem dono, n'um desespero absoluto, aos pontapés da burguesia rica. (Sabatina. *O Pão*, n.º 4, 13 de novembro de 1892, p. 4)

Para o cronista, a existência humana seria marcada pelo trabalho contínuo em troca do acúmulo de dinheiro, idéia esta originária da filosofia burguesa. A monotonia, o tédio seria um outro reflexo da vida burguesa, ou seja, o resultado propiciado pela febre de consumo de produtos industrializados, a realização do indivíduo limitada ao dinheiro, aos bens materiais. Nesta crônica, também há uma crítica às diferenças sócio-econômicas existentes na época, isto é, a desigualdade política e econômica entre a classe burguesa e a classe pobre (caixeiros, vendedores ambulantes, pescadores, dentre outros) que, segundo o

cronista, é tratada “aos pontapés”. Nas crônicas de Caminha são comuns as longas críticas às relações sociais e aos modos de vida “aristocratizantes” oriundos dos países europeus que, incorporados pelas elites brasileiras urbanas (burgueses), contribuíram para aumentar as diferenças sócio-econômicas no país.

Essa visão burguesa, em que a felicidade está limitada ao dinheiro, aos bens materiais, também aparece em um fragmento de romance escrito por Antônio Sales, pertencente à série “Álbum de Estudos”, publicada nas páginas de *O Pão*. Trata-se de uma obra realista, voltada para a crítica social, numa tentativa de denunciar as mazelas de uma sociedade preocupada apenas com os valores materiais. A personagem principal, Campos, é um homem interesseiro que pretende casar-se por dinheiro:

Homem, a falar francamente, eu não tenho nenhuma afeição àquela rapariga. Mas que quer você? O diabo daquela viagem ao norte deixou-me, como lá diz o outro, na várzea sem cachorro. (Álbum de estudos IV. *O Pão*, n.º 29, 1 de dezembro de 1895, p. 6)

Campos acredita que a única solução para seus problemas financeiros está num casamento com uma moça de família rica, pois com certeza esta terá um bom dote. Este fragmento descreve um mundo burguês e uma questão que está fundamentalmente nele presente: a questão do dinheiro, que “corrói” os sentimentos humanos mostrando as controvérsias e os cálculos necessários para vencer na vida, numa sociedade onde prevalece um individualismo e um materialismo cujo lado negativo (falta de amor) começa a aparecer. Esse modo materialista de apresentar o casamento é uma crítica ao casamento idealizado pelos escritores românticos. E essa crítica pode ser encontrada, mais especificamente, na seguinte frase de Campos: “Casamento feliz, mas sem dinheiro, já não

se encontra hoje nem nos romances” (Álbum de estudos IV. *O Pão*, n.º 29, 1 de dezembro de 1895, p. 6).

Os padeiros atacavam constantemente o modo de vida burguês e, principalmente, a “filosofia do trabalho” oriunda do mundo capitalista, largamente difundida por diversos grupos na província como regeneradora das massas e promotora do progresso. A principal questão levantada pelos jornais a partir da seca foi a reorganização do trabalho na província. Associado ao momento de recuperação econômica local, a idéia de trabalho como regenerador é largamente difundida. As discussões são incorporadas desde o discurso oficial, às manifestações da elite comercial e ao movimento abolicionista nascente. Por ocasião da inauguração das atividades da construção da Estrada de Ferro de Sobral em 1879, o presidente da província Leão Veloso incorpora a idéia em seu discurso, dizendo que:

[...] congratulava-se com a província, com os ilustres engenheiros da estrada e com os brasileiros amantes do progresso, pela realização desta empresa, um dos maiores benefícios que poderiam ser concebidos ao Ceará, no presente, por dar útil ocupação a milhares de braços que à míngua de trabalho definhavam, e, no futuro, como segundo elemento de restauração e propriedades [...] (STUDART, 1986, p. 262)

A preocupação em oferecer ocupação e educação aos retirantes mobilizou a sociedade comercial da cidade de Fortaleza. Em abril de 1880, o governo da província criou uma colônia de trabalho agrícola em terras doadas pelo comerciante Luis Ribeiro da Cunha. A idéia era atender “à urgente necessidade de dar asilo, e a conveniente educação aos órfãos que as calamidades da seca e da peste, [...] deixou entregues à proteção do governo” (STUDART, 1986, p. 262). A colônia agrícola ficou pronta em junho de 1880 e, na

cerimônia de inauguração, o presidente da província fez novamente apologia à filosofia do trabalho.

Em todos os exemplos citados, a idéia do trabalho regenerador está presente, seja para disciplinar retirantes, oferecer possibilidade de trabalho no interior da província ou para educar órfãos. Contudo, a forma pela qual é tratada a questão não evidenciava mais do que uma associação entre trabalho-correção-progresso.

As transformações ocorridas com o período da seca destruíram a imagem da prosperidade provincial que vinha sendo constituída desde os anos de 1860 e marcou não apenas uma nova estruturação dos projetos de modernização da estrutura produtiva da província, como também inaugurou para a elite dirigente local a construção de novos parâmetros de organização social. Até então, a idéia difundida da prosperidade local significava apenas algumas adaptações às novas exigências de produção estabelecidas com a comercialização em grande escala do algodão no mercado externo. Entretanto, a realidade provincial após o término da seca era muito complexa, exigindo a superação de diversos problemas: famílias desabrigadas, grande número de órfãos, imigração para províncias, deficientes, epidemias. Sendo assim, a solução adotada foi a disseminação da idéia de trabalho como organização social.

José Olivenor Chaves, ao estudar o contexto da seca de 1877/80 em Fortaleza, analisa o conjunto de políticas públicas emergenciais adotadas pela elite local:

[...] a grande seca da segunda metade do século XIX teve impacto suficiente para atribuir à noção de flagelo social um sentido próprio e racionalmente identificado com uma nova estrutura de poder em curso na província do Ceará. (CHAVES, 1995, p.57)

Para Chaves:

[...] confrontando com imagens do progresso, a miséria e o atraso estiveram sempre de mão dadas pelas ruas e praças da cidade. Na medida em que se disciplinava o meio urbano, notava-se a necessidade de regular o social e, mais diretamente, a população pobre. [...] com efeito, precisavam ser corrigidos os problemas que envolviam o social e a cidade, sob pena de não se atingir o progresso. (CHAVES, 1995, p.57)

Dentre as intervenções emergenciais e disciplinares do poder público e da imprensa local para o controle da população retirante presente na cidade, com base em teorias sociológicas e científicas, “A questão do trabalho surgirá como veículo da moralidade, da disciplina social e do progresso” (CHAVES, 1995, p.90). De acordo com o estudioso, o poder do trabalho como “regenerador da civilização” estava baseado em três aspectos fundamentais; “1) o trabalho enquanto veículo da disciplina social; 2) mecanismo regenerador da ‘ociosidade’ verificada na população retirante, a qual tornava-se um próprio desenvolvimento da ordem capitalista; 3) redimensionar de uma nova sociedade positiva ( a sociedade do progresso).” (CHAVES, 1995, p.90)

A desorganização social da província possibilitou a construção de uma ideologia reformadora que tinha como eixo central a disciplina e o trabalho. A imprensa local já incorporava a idéia de positividade do trabalho oriunda de leituras evolutivas, porém de uma forma superficial, e que ainda não se caracterizava enquanto idéia estruturada, como é o caso da Academia Francesa. Desse modo, pode-se dizer as ações sociais ocorridas a partir do início dos anos de 1880 desenvolveram-se a partir do veículo da imprensa e se efetivaram através de ações governamentais apoiadas pela elite.

Diferente do que fora protestado pelas agremiações literárias da velha Mocidade (combatentes às estruturas de “atraso”, adeptas do progresso, do trabalho) e pela

elite local, os padeiros satirizavam os valores da ordem capitalista-civilizatória por estes não corresponderem às expectativas da vontade maior, coletiva e popular. Sendo assim, os setores emergentes da capital foram sem dúvida os grupos mais perseguidos pela pilhéria e o sarcasmo da Padaria Espiritual. A crítica à classe burguesa, à mudança de hábitos e valores durante o crescimento comercial e urbano da cidade, vai em direção à lógica do trabalho imposta pela ordem capitalista e aos modos de vida surgidos com aquele tipo social. Os padeiros também parecem estar muito preocupados com o confronto entre o modo de vida e os valores da pequena Fortaleza e as crescentes novidades culturais estrangeiras que, aos poucos, iam sendo incorporadas pelo povo cearense.

## **2.2 A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL LOCAL**

Deve ser entendido que os padeiros não alimentavam qualquer idéia de xenofobia, mas não poderiam deixar de perceber a velocidade com que os costumes regionais iam sendo abandonados em prol da cultura européia. Sendo assim, preocupados com a preservação da cultura popular local, passaram a negar tudo aquilo que lhes parecia inadequado à literatura nacional, como demonstram dois artigos do Programa de Instalação:

14 – É proibido o uso de palavras estranhas à língua vernácula, sendo porém permitido o emprego dos neologismos do Dr. Castro Lopes.

21 – Será julgada indigna de publicidade qualquer peça literária em que se falar de animais ou plantas estranhas à

Fauna e à Flora brasileira, como – cotovia, olmeiro, rouxinol, carvalho, etc. (Apud MOTA, 1932, p.29)

Estes dois artigos proibem o uso de estrangeirismos, algo comum entre os intelectuais da época, em prol de uma linguagem genuinamente brasileira. Segundo o historiador Gleudson Passos Cardoso:

É bem provável que os sócios da Padaria Espiritual estivessem preocupados com a preservação da diversidade da cultura popular local. Pois, naquele tempo de violenta imposição da racionalidade técnico-científica, as manifestações populares eram reprimidas tanto pelos aparelhos coercitivos como pela estética das “novidades de consumo” vindas com a economia monopolista das potências industriais. (CARDOSO, 2002, 24-5)

De acordo com os padeiros, para impedir o avanço do sistema capitalista e manter a cultura cearense, era necessário preservar a linguagem popular local e os costumes tradicionais. De certa forma, a Padaria Espiritual já se preocupava com essas questões, seja na aversão aos estrangeirismos ou na valorização da diversidade da cultura popular, da qual resultou o Cancioneiro Popular que eles organizaram. O artigo 34 do Programa de Instalação diz que: “A Padaria Espiritual obriga-se a organizar, dentro do mais breve prazo possível, um Cancioneiro Popular genuinamente cearense.” (MOTA, 1932, p.30)

Segundo Leonardo Mota, estudioso do folclore cearense, o padeiro José Carvalho foi o encarregado da organização do cancioneiro, que deveria ser genuinamente cearense. A quantidade de versos publicados em *O Pão* foi pequena, pois as quadrinhas lançadas à publicidade não passaram de trinta e cinco, isso na época em que o jornal estava em vias de desaparecer. Eis as três primeiras:

1

Plantei amor no meu peito,  
Pensando que não pegasse;  
Tanto pegou que nasceu,  
Tanto nasceu qu'inda nasce.

2

De Salomão a ciência,  
Eu trago toda de cor;  
Pai e mãe é muito bom,  
Barriga cheia é melhor.

3

O ovo tem duas gemas,  
Uma branca outra amarela;  
A pinta que o galo tem  
O pinto nasce com ela.

(Cancioneiro Popular. *O Pão*, n.º 34, 30 de outubro de 1896, p.8)

Apesar do pequeno número de quadrinhas que o jornal publicou, acrescenta Leonardo Mota que “aquele pequeno açafate de estrofes da musa anônima hoje corre mundo e indiscutivelmente viu letra de forma, pela primeira vez, no Ceará e durante os meses derradeiros de 1896 (MOTA, 1932, p.82). Todas as quadrinhas publicadas em *O Pão* foram aproveitadas, em 1903, por Rodrigues de Carvalho (1867-1935), folclorista que comemorou o centenário da colonização cearense através do seu livro *Cancioneiro do Norte*. Do livro do folclorista, as quadrinhas, primeiramente publicadas nas colunas do jornal da Padaria Espiritual, se irradiaram para outras antologias e hoje fazem parte do patrimônio folclórico brasileiro.

Além do Cancioneiro Popular, também se encontram nas páginas de *O Pão* vários textos que procuram exaltar a realidade cultural cearense, como é o caso de algumas produções de Xavier de Castro, Antônio Sales, Rodolfo Teófilo. *O Pão*, na sua edição de

15 de setembro de 1895, dá a seguinte notícia sobre o aparecimento dos *Cromos*, de Xavier de Castro, disposta na seção “Carteira”:

Este livro do nosso inolvidável Xavier de Castro, o idolatrado companheiro cuja perda nunca lamentaremos bastante, acaba de ser posto à venda e distribuído pelos assinantes. Dirigiu os trabalhos da edição o nosso chefe José Carlos Júnior, que não poupou esforços para que os *Cromos* tivessem o extraordinário sucesso que tiveram, esgotando-se em três ou quatro dias toda a edição e tornando-se por isso necessário tirar uma segunda, que já está começada. (Carteira. *O Pão*, n.º 24, 15 de setembro de 1895, p.7)

O sucesso obtido com os *Cromos* denota claramente a extrema simpatia e popularidade de que gozava Xavier de Castro no meio cearense. E nem podia deixar de ser, na medida em que o poeta, essencialmente popular, tinha como fonte predileta de inspiração a vida do grande público cearense, rica de episódios interessantes e de curiosas cenas. Referindo-se a essa disposição de Xavier de Castro para a poesia popular, comenta o artigo pertencente à seção “Carteira”, já mencionado anteriormente:

Olavo Bilac, um dos nossos maiores poetas, dizia há pouco que Juvenal Galeno é o único poeta verdadeiramente popular do Brasil. Quando tal disse Bilac, disse a verdade; hoje, porém, com a publicação dos *Cromos* temos certeza de que o nosso glorioso Juvenal terá em Xavier de Castro um êmulo digno de fama igual à sua. (Carteira. *O Pão*, n.º 24, 15 de setembro de 1895, p.7)

Em seus *Cromos*, Xavier de Castro, com uma singela emoção e uma expressão genuína, descreve o caboclo, a casinha de palha, o namoro ingênuo, as lavadeiras, enfim todos esses elementos e acontecimentos que dão um colorido próprio à

região cearense. Vale dizer que, no Ceará, Xavier de Castro foi o primeiro poeta a produzir os famosos cromos que, posteriormente, iriam ser praticados por tantos outros literatos, como é o caso de Antônio Sales, Francisco Silvério, Fernando Weyne e vários outros.

Nas colunas de *O Pão*, foram estampados 26 cromos do padeiro, nos quais há um grande predomínio do descritivismo, como é o caso do cromo n.º III:

#### Na chuva

Vem voltando do mercado,  
Range os dentes... franze a cara...  
Traz numa pequena vara  
Um peixinho pendurado.

Vem vermelho... vem... queimado...  
De dois em dois passos pára...  
E às gargalhadas dispara,  
Dançando à força um chorado!...

Sai-lhe da calça a camisa  
Cai-lhe o chapéu, ele o pisa,  
Forceja, em vão, p'ra o pegar;...

E diz: – Que diabo me empurra?!  
Não há vento... O mar não urra...  
Porque estou eu a dançar?!...

(Cromos. *O Pão*, n.º 7, 1.º de janeiro de 1895, p.3)

Em geral, os cromos de Xavier de Castro, compostos por versos de sete sílabas, redondilha maior, o metro de preferência popular, apresentam uma linguagem simples, que beira a oralidade, sem rebuscamento de vocabulário e deslumbramentos de imagens. Sendo assim, detêm-se em episódios simples do cotidiano dos cearenses.

Em alguns outros, apesar do descritivismo manter-se, o que se sobressai é a nota anedótica, encontrável, aliás, em vários cromos da época. É o caso do cromo n.º XXIII, que foi estampado n' *O Pão* n.º 15, de 1.º de maio de 1895:

A aleluia  
 Nos ares brada o foguete!  
 Repicam todos os sinos!  
 Rola o Judas no cacete!  
 Que algazarra entre os meninos!

Uns rasgam-lhe as calças finas  
 E vão-lhe o corpo arrastando:  
 Outros tiram-lhe as botinas,  
 E vão-lhe o fraque arrancando...

Uma mocinha da casa,  
 Vendo que tudo se arrasa,  
 Por acolá se desliza,

Gritando: – Mamãe, acuda!  
 Desta casaca do Juda  
 Papai diz qu'inda precisa!

(Cromos. *O Pão*, n.º 15, 1.º de maio de 1895, p.5)

A tradição de malhar o Judas no sábado de aleluia é apresentada de uma forma bem humorada “Rola o Judas no cacete” e festiva “Nos ares brada o foguete / Repicam todos os sinos!”. No cromo n.º XXVI, a anedota aparece novamente:

#### A sogra

Agora mesmo, onze e meia,  
 Bate o sino na capela;  
 Na sala apaga-se a vela,  
 Fica acesa uma candeia.

Sobre um banco saboreia  
 Mestre Luiz, cuja guéla  
 Do bom vinho encheu na ceia.

Depois se ergue tombando  
 E da sogra a rede embalando  
 Quebra a corda rija e forte!

Grita a velha, em tom irado:  
 – Sai d’aqui arrenegado!  
 – Te desconjuro, sem sorte!

(Cromos. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p.5)

O confrade dos padeiros, Manoel Lobato, do Rio de Janeiro, em carta aberta ao padeiro Sabino Batista, publicada em *O Pão*, assim se refere aos versos de Xavier de Castro:

Em todos os seus cromos, espontâneos, sem os apertões dos versos burilados até o doentio, há sempre um riso brincalhão e franco, saltitando em torno d’uma cena muito a cearense, apanhada ao natural. (Carta a Sabino Batista. *O Pão*, n.º 26, 15 de outubro de 1895, p.6)

As cenas produzidas pelo padeiro em seus cromos são resultado de contínuas descrições da vida no campo e na cidade provinciana, através das quais ele procura aproximar-se ao máximo da realidade da região cearense. Manoel Lobato, referindo-se a essa preocupação de Xavier de Castro com a descrição verossímil da realidade circundante, compara-o a um pintor. Diz ele:

Continuando direi que Castro por diversas circunstâncias se me afigura um pintor: em primeiro porque só descreve o que vê, servindo-se do local do acontecido, em segundo porque não perde as cores do que o impressiona e as traças como são, fazendo-nos palpitar as narinas, como se até o órgão do olfato tivesse inteiro conhecimento do que se

descreve. (Carta a Sabino Batista. *O Pão*, n.º 26, 15 de outubro de 1895, p.6)

Não obstante o realismo que o padeiro utiliza para pintar a realidade cearense, o que confere aos seus cromos objetividade e imparcialidade, nota-se, em certos momentos, alguns resquícios da corrente romântica, encontrados em certos traços subjetivos e singelos que ele utiliza para descrever algumas de suas cenas, como é o caso do cromo n.º IX:

Depois do banho

O sol há pouco surgira;  
Ela vinha do quintal...  
Assustou-me, mal o vira  
E ocultou-se no avental...

De rosa, de seda e neve  
Seu colo d'alvo frescor  
Molhadinho assim de leve...  
Era em neblinas a flor...

Ela lhe disse: – Que alvura...  
Nunca vi manhã mais pura...  
Tanto Amor... mais luz n'Aurora!

Ela, nas murtas pisando,  
Lhe disse, rindo e corando:  
– Não tem graça!... Vá-se embora!

(Cromos. *O Pão*, n.º 9, 1.º de fevereiro de 1895, p. 2)

Antônio Sales, assim como fez Xavier de Castro, publicou em *O Pão* vários textos com características regionais, como é o caso dos seus contos. Eis um fragmento:

Casinhas de folhas de palmeira apareciam imprevistamente ao fundo de túneis de verdura, esfumadas na penumbra crescente.

Já se debuxava na areia o contorno das frondes batidas no alto pela luz da lua. (Transpondo a serra. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p. 6)

Esse fragmento do conto “Transpondo a serra” descreve o ambiente cearense, mais especificamente, as regiões próximas ao mar. A descrição das “casinhas de folha de palmeira” e do solo arenoso denuncia o litoral cearense observado do alto de uma serra. Nesta época, Antônio Sales já não está mais preocupado, como nos seus primeiros contos publicados no jornal dos padeiros, em narrar histórias de amores platônicos e descrever personagens e paisagens universais, baseadas nos moldes europeus. Ele está preocupado em levar para as suas páginas um pouco da cor local. O sertão também é descrito nesse conto:

Para trás o sertão cavava-se, listrado de refrações solares e zebado de sombra que espreitava a camada ardente do sol. Refrescava a temperatura. Acidentava-se o solo. Vegetação mais vivente e mais alta emoldurava o risco estreito e fundo do caminho. (Transpondo a serra. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p. 6)

Já em um outro conto da série “Álbum de Estudos”, em que é narrada uma viagem de trem, Antônio Sales descreve o campo cearense:

Estava-se em pleno campo. Tabuleiros de areia branca, povoados pobremente de montanhas rasteiras, zonas de barro vermelho e quase estéril capoeiras de sabiás e marmeleiros viventes, grandes baixas de capim luxuriantes, tudo passava ao lado no movimento ilusório que lhe emprestava a marcha do trem. (Álbum de estudos II. *O Pão*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p. 03)

Há um certo realismo nessas produções, mas um realismo espontâneo. Nada tem ainda do Realismo/Naturalismo da segunda metade do século XIX, determinista e cientificista. Não se trata do Realismo como programa, como doutrina estético-literária, como será encontrado em suas produções posteriores. É um realismo que se esgota na fidelidade, na transcrição do real. Assim como ocorre com seus contos, muitos de seus poemas também apresentam como temática a simplicidade do campo cearense, retratando o namoro ingênuo, o trabalhos simples das donas de casa, as crendices, o folclore, a religiosidade, enfim, a cultura local, como é o caso dos seus cromos intitulados “Malacachetas”. Para quem conhece a vida cotidiana dos pequenos povoados do interior cearense, o cromo de n.º III, constitui um verdadeiro retrato fotográfico:

Volta o vigário da Igreja.  
São seis e meia. O povoado,  
Como um pombo desperto,  
Á luz solar se espaneja.

Pela praça, onde verdeja  
O matapasto orvalhado,  
Pastam vacas ao lado  
De um novilho, que esbraveja...

Pára o padre a uma janela  
Vendo uma sua afilhada,  
Que beija-lhe a mão, e ri...

Enquanto a irmãzinha dela,  
Correndo p’ra dentro, brada...  
Mamãe, seu pade stá aqui!

(Malacachetas. *O Pão*, n.º 2, 30 de outubro de 1892, p. 3)

Neste poema, o artista tenta lançar a atenção sobre o prosaico diário, inclusive nos seus aspectos julgados mais naturais, como a descrição das vacas que pastam e o novilho que esbraveja. Outro dado importante diz respeito à figura do padre, representação da religiosidade do povo cearense.

Mesmo nos seus sonetos, voltados para o culto da forma e a objetividade no trato dos temas, a cor local também aparece, como pode ser comprovado em “Meio dia”:

Carola o regato a riscar sobre a areia  
 Esguio traço azul que um rumo ignoto busca;  
 A mongubeira anciã, toda de aromas cheia,  
 Desdobra-lhe por cima a copa verde – fusca.

As vezes, quando o azul mais rutilo pompeia  
 O fulgurante sol de um resplendor que ofusca,  
 Uma nuvem, que o vento arrasta, se permeia,  
 E então a sua luz de súbito se embrusca.

Pios langues a encher de pávidos segredos  
 O quieto penetral dos virentes silvedos,  
 Vibram tristonhos no ar como as notas de um dobre...

Desce o gado a beber, enquanto a lavadeira  
 Poe a roupa a enxugar ao calor da soalheira  
 Que lhe morde inclemente o lombo cor de cobre.

(Meio dia. *O Pão*, n.º 34, 30 de setembro de 1896, p. 5)

Publicado em fins de 1896, o poema em questão, vazado em alexandrinos, prima pela descrição nítida, explorando ao máximo o jogo de cores oriundos do “regato azul”, a “copa verde da mongubeira”, a luz do sol que dá claridade ao ambiente e em alguns momentos se embrusca, e o lombo cor de cobre da lavadeira. Além de explorar as impressões visuais, através de figuras que apresentam um intenso jogo cromático, também explora as olfativas, oriundas dos aromas que são exalados pela mongubeira, e as sonoras

que nascem dos “pios lagues” que “vibram tristonhos no ar”. Nada falta ao seu poema para compor a paisagem do meio-dia do campo cearense.

Rodolfo Teófilo também não deixou de retratar em suas obras a cultura local, tendo produzido romances em que descreve diversas regiões da província cearense. Em *O Pão*, publicou alguns capítulos dos romances *Os Brilhantes* e *Maria Rita*, obras que se inserem na linha regionalista. Veja-se, por exemplo, a figura dos personagens de um dos textos:

Os cavalos acostumados àquele serviço mal avistaram a rês dispararam, sem precisar que as rédeas os avisassem ou que as esporas do cavaleiro tocassem-lhe as ilhargas. Em um instante desceram e subiram as rampas e quando o “Estrela” entrou em terreno plano e em franca caatinga entraram com ele os vaqueiros. (*Maria Rita. O Pão*, n.º 35, 15 de outubro de 1896, p. 6)

A descrição das personagens consegue representar a dura vida dos vaqueiros da caatinga que passam dias, mata adentro, em busca dos animais que fogem da boiada ou do curral. Seus cavalos estão tão condicionados a fazer tal tarefa que nem precisam ser orientados. Logo em seguida, outro trecho em que está presente a cor local, através das crendices da terra:

- E quem ainda duvida que haja coisa feita, Joaquim?
- Eu, e tanto duvido que dou licença que me botem feitiço.
- Parece que V. não ouviu contar o caso que sucedeu o ano passado com o José da Picada na farinha do João Moco.
- Aquela mentira?
- Mentira o que, Joaquim, um caso sucedido, que eu não vi, mas que muita gente viu e foi notório em toda esta ribeira. A Chica Piaba, uma velha de respeito, apanhou do

chão os mocotós do cachorro, que o empalamado comeu a noite quando corria o fado e lançou inteirinhos nos pés dela e a vista de todos.

- Então o José de Picada virou lobisomem e comeu um cachorro e lançou os mocotós do bicho?!... (*Maria Rita. O Pão*, n.º 35, 15 de outubro de 1896, p.6)

Embora estilizando a linguagem dos matutos, que seria incompreendida se aparecesse nos diálogos com todas as suas características regionais, emprega o autor, vez por outra, termos bem locais, como “toada”, “aguada”, “surrueia”, o que se pode constatar na seguinte passagem: “Feito isso passou uma cilha que abarcou a barriga do animal por baixo da **surrueia**.” (*Maria Rita. O Pão*, n.º 35, 15 de outubro de 1896, p.6)

No que toca à descrição do ambiente, há quadros verdadeiros, como o que retrata a vegetação da região cearense:

... o “Estrela” entrou em terreno plano e em franca caatinga entraram com ele os vaqueiros.

Os espinhos de urzais, compostos em sua maioria de unhas de gato, retalhavam a pele dos animais, que nem os sentiam se lhes enterrarem nas carnes o mesmo não acontecia aos homens porque as vestes de couro protegiam-lhes o corpo das arranhaduras daquelas aceradas garras. (*Maria Rita. O Pão*, n.º 35, 15 de outubro de 1896, p.6)

Além da vegetação típica da caatinga, como os urzais, também há referências constantes aos animais da região, no caso as raposas, os jacus, as aves de arribação, as corujas, os macacos, dentre outros:

A proporção que o dia alterava os rumores da lida na luta pela vida aumentavam. Os urros das feras e o canto das corujas haviam sido substituídos pelo gorjeio das sabiás, pelo grito nervoso das

arapongas e pelos assovios estridentes dos macacos. (*Os Brilhantes. O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p.4)

Os padeiros, preocupados com a afirmação de uma realidade nacional sem influências estrangeiras, elegeram a realidade popular brasileira como definidora do caráter nacional, em específico o modo de vida simples dos cearenses e os traços regionais, como apresentado nos textos citados, publicados em *O Pão*. Comportando traços de teor nacionalista-regionalista, os padeiros realizaram uma leitura da realidade local baseada no modo de vida dos cearenses mais simples, habitantes dos sertões ou dos arrabaldes da capital (remanescentes de indígenas, caboclos, retirantes, negros) que, a duras penas, resistiam à ideologia do progresso disseminada por grupos intelectuais como a Academia Francesa e o Centro Literário. De um lado, a diversidade das experiências culturais dos sujeitos que ao longo da história materializaram a sua realidade, desde os tempos remotos da antiga vila, com seus cultos religiosos, curandeirismos, festas, isto é, os produtos daquela experiência coletiva. De outro, a emergência por incorporar o projeto de uma nova ordem econômica e social, o capitalismo que, utilizando-se de um discurso racional, empenhou-se em destruir todas as alteridades culturais.

As contradições sociais, políticas e econômicas do contexto em que viviam eram duramente criticadas por esses escritores, o que acabava por lhes despertar uma grande preocupação para com as classes menos favorecidas e a influencia cultural que destruía os costumes locais. Ainda quando não se expressavam sobre os problemas sociais propriamente ditos, estavam quase sempre atentos ao que ocorria na sociedade e à possibilidade de, usando a imprensa e a literatura como instrumentos, descreverem, criticarem ou mesmo intervirem em suas transformações, fiéis à sua crença no poder da cultura.

Através dos jornais, escritores e críticos estabeleciam contato com toda a espécie de público leitor, instruindo-lhe e explicando-lhe as complexidades das transformações econômica, social e religiosa, ajudando-o a refletir. Na verdade, o leitor passava a ser moldado através do dogmatismo intelectual do escritor. A literatura desempenhava o papel de orientadora, ajudando a consolidar a sociedade em formação, emitindo normas políticas, religiosas e de comportamento moral, expressas em seus textos. Do mesmo modo, os periódicos foram fundamentais na influência sobre a sociedade, fomentando a formação da opinião pública.

Com a perspectiva ampliada pelo conhecimento do que ocorre e, sobretudo, do que se escreve, na Europa e no Brasil, o intelectual daquele momento sentia-se capaz de criticar, apontar direções e, algumas vezes, mesmo intervir nos rumos de seu país, de sua cidade. Compreender como esta postura de “mentores intelectuais” dos autores em foco influencia a sociedade é parte essencial deste trabalho.

Obviamente, as visões que os padeiros erigiram sobre Fortaleza e o Ceará e que se tentou apreender representam apenas uma das aproximações possíveis dentro da vastidão de interpretações que seus textos apresentam. Neste sentido, concorda-se plenamente com Tzvetan Todorov em que as obras literárias são “mais inteligentes do que seus autores e do que as interpretações a seu respeito” (1996, p.12). Cada época reatualiza sua leitura.

## **CAPÍTULO 3**

### ***O PÃO: A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR E A FORMAÇÃO DO PÚBLICO LEITOR***

### 3.1 A VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DAS LETRAS

Nicolau Sevcenko, ao analisar a posição do intelectual brasileiro no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, considera a atividade literária como forma de ascensão social, não deixando de destacar o grande espaço ocupado pela imprensa, veículo de grande penetração do período:

A imprensa, por sua vez, era monopolizada por três formas culturais competindo entre si: a literatura, a ciência e o jornalismo. A ciência tinha o inconveniente de restringir-se aos estreitíssimos meios de educação e instrução técnica mais apurada. O jornalista era ainda uma forma de brotamento, sua indefinição fica patente pelo esforço que faz para trazer ou manter a literatura dentro de si, na linguagem, nas crônicas, no folhetim e nas “matérias especiais”, invariavelmente de cunho literário. As revistas, por exemplo, definiam-se antes de mais nada como “literárias”. Não há dúvida, pois, de que a literatura, graças em grande parte ao carisma prodigioso herdado do romantismo do século XIX, gozava de um prestígio ímpar neste período, soando mesmo como um sinônimo da palavra cultura. Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar. A Belle Époque foi sem dúvida a época de ouro da instituição literária, tanto no Brasil como na Europa e em todo o mundo marcado pela influência cultural européia. ( SEVCENKO, 1989, p.226)

No Ceará não foi diferente. Em 1870, a fundação da Fênix Estudantil marca a conscientização dos intelectuais de classe média que buscavam afirmação social através do mundo das letras. Logo em seguida, em 1872, surge a Academia Francesa que, assim como a primeira, também reúne os mais bem preparados intelectuais da classe média como Tomás Pompeu, Rocha Lima, Capistrano de Abreu, João Lopes Ferreira Filho, Xilderico

Araripe, que acreditavam no aperfeiçoamento intelectual como forma de ascensão social. Algum tempo depois, surgiram outros grupos de intelectuais oriundos da classe média como Gabinete Cearense de Leitura, Centro Literário, Academia Cearense de Letras e a Padaria Espiritual. Para Tinhorão (1996), essa nova classe que se erguia, ou seja, a classe média, rompia com o dualismo que dominava Fortaleza: de um lado as famílias ricas, de outro a imensa população miserável.

Em Fortaleza, com o fim dos movimentos em prol da campanha abolicionista e as mudanças ocorridas na estrutura sócio-econômica, desaparece a possibilidade de associação de intelectuais em agremiações de status cultural-econômico que favorecessem a publicação de livros e revistas. Não dispendo de uma condição social mais estável que se equiparasse à dos intelectuais do império, os letrados encontravam-se como uma classe isolada em um meio cuja principal característica era a estagnação econômica. Anteriormente, no período monárquico, os intelectuais eram membros ou clientes da elite monárquica, sendo assim, além de legitimados pela sociedade, encontravam-se no topo da hierarquia social. Diferentemente, com o advento da República, ocorre o fim do mecenato e estes passam a uma categoria social isolada, disputando a sobrevivência no concorrido mercado urbano recém-ativado e em pequenas participações no espaço político. Pode-se dizer que a vida intelectual estaria circunscrita, em geral, a instituições oficiais. Isso explica a ida de muitos intelectuais para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, como é o caso de Adolfo Caminha, Antonio Sales, dentre outros. Diz Tinhorão:

(...) essa parada se dava no instante em que a divisão do trabalho fazia atingir o seu ponto máximo a diversificação entre as classes sociais, provocando o aparecimento – no seio das famílias de posses

médias – de novas gerações de jovens medianamente educados. A primeira consequência dessa freada no desenvolvimento se revelava, pois, na impossibilidade de absorver esses jovens em funções compatíveis com o seu grau de aperfeiçoamento intelectual. (TINHORÃO, 1966, p.68)

A partir de 1870, o universo cultural em Fortaleza alterou-se em decorrência da circulação desses estudantes da classe média que, além de difundirem diversas leituras voltadas para o cientificismo dominante, também organizaram várias associações culturais. Sendo a principal promotora de intelectuais que iriam proporcionar o surgimento de diversos movimentos intelectuais no Ceará, a classe média, formada por empregados de grandes firmas, estudantes, amanuenses, profissionais liberais e pequenos comerciantes, defendia o:

[...] aperfeiçoamento cultural como critério de ascensão social, passando a interessar-se pelos três temas que apaixonavam igualmente as camadas urbanas da Corte: a literatura, a libertação dos escravos e a República. (TINHORÃO, 1966, p.24)

Os espaços de formação intelectual neste período, as trajetórias dos estudantes e os repertórios de leituras aí constituídas definiram atitudes intelectuais que se deslocaram para as esferas sociais e para a atuação política a partir de 1880. Sabe-se que a década de 1880 foi extremamente rica em debates políticos e projetos reformuladores da estrutura social. O abolicionismo crescente revelou-se neste momento, as perspectivas políticas do movimento republicano encontraram seu cenário e as idéias evolucionistas e científicas marcaram estes e outros debates intelectuais do período. No que diz respeito à literatura, pode-se dizer que esteve atrelada a todos esses assuntos citados, em geral tematizando-os. Acrescenta Tinhorão que:

No fundo, o que os representantes das novas camadas da classe média criavam era o mito da cultura, que pretendiam erigir em condição para ascensão social, ao menos na nova estrutura que imaginavam todos – maçons, positivistas e republicanos – iria surgir da derrocada do regime monárquico. (TINHORÃO, 1966, p.33)

Desse modo, os padeiros, bem como muitos dos intelectuais do período, acabaram por enveredar pela carreira das letras na tentativa de conseguirem algum *status*, acreditando nos seus dotes literários como forma de ascensão social. Em sua maioria, os sócios da Padaria – originários das reuniões de um grupo de moços, que se encontravam, para conversar sobre literatura, nas mesas do Café Java, de Mane Coco, um homem simples que era amigo dos intelectuais cearenses e cuja única erudição consistia no conhecimento de “D. João”, de Guerra Junqueiro, que ele sabia de cor de ponta a ponta e do qual recitava trechos – eram caixeiros, funcionários da alfândega, escritores menores, oriundos dos setores médios e baixos de Fortaleza e do interior cearense que buscavam ascensão social. Enveredar pelo mundo das letras e destacar-se como um talentoso literato seria uma conquista digna de louvor em se tratando de rapazes que receberam as primeiras instruções educacionais no ambiente familiar ou nos gabinetes de leitura e que não possuíam nenhum tipo de apadrinhamento ou linhagem familiar. A restrita carreira de homem de letras, entre outras coisas, era vista como uma forma de ascensão social e, por conseqüência, de distanciamento das penosas jornadas de trabalho, em geral braçais.

Falando sobre o perfil do padeiro Antônio Sales, idealizador da Padaria Espiritual, diz Cardoso:

Ele fez parte daquela intelectualidade brasileira “oriunda dos aristocratas ou das baixas classes médias” (Bosi, 1994, p.263), que a partir de 1870 viu nas “letras” um campo promissor para ascensão pública, política e social, e nos anos de 1890 ajudou na estruturação do novo regime, compondo aquilo que se habituou chamar de República dos Bacharéis”. (CARDOSO, 2002, p.51)

Preocupados com a ascensão social através do mundo das letras, era natural também a preocupação com a formação de um público leitor por parte dos padeiros, algo constatado nos ideais dos primeiros grupos intelectuais que se formaram na província. Um dos primeiros jornais formado por estudantes do Liceu, *O livro*, apresenta um artigo em que, ao serem feitas referências irônicas ao jornal *Mocidade*, há uma crítica ao nível intelectual dos cidadãos:

A Providência parece que está disposta a conservar este grande gênio em nossa província para instruir e socratizar nossos concidadãos que jazem nas trevas da ignorância, e praza Deus que ele tenha longa existência, a fim de poder melhormente difundir seus vastos conhecimentos. (*O Livro*. Fortaleza, n.º 5, 29 de junho de 1876, p.03)

Na instalação do Gabinete Cearense de Leitura, o professor do Liceu e bacharel em Direito, Gonçalo de Almeida Souto, ao descrever os objetivos do novo grêmio, fala sobre a importante e difícil tarefa à qual o grupo se propunha: instruir a população, difundindo o conhecimento através da leitura bem como o gosto pela “cultura das letras”:

O nosso povo, em geral, tem fome e sede de instrução; mas debate-se na impossibilidade quase absoluta de alcançá-la. [...] Em vez da luz, o fumo do carvão de pedra; em vez da fé, o cepticismo, a descrença, a impiedade [...] Não há, porém que desanimar. Se por um lado somos assim tolhidos em nossas mais justas aspirações, aí está a iniciativa particular a tomar sobre si a gloriosa tarefa de animar e difundir a instrução, proporcionando a leitura dos bons

livros; aqui estais vós que, neste momento, lavrais um solene protesto contra essa indiferença que nos espinha, é verdade; mas que nunca será capaz de arrefecer em nós – os cearenses – as tendências para os grandes comedimentos. (STUDART, 1896, p.224)

Concluindo seu discurso, apresenta a função do Gabinete Cearense:

Sim, meus senhores, a inauguração deste estabelecimento literário é um fato que muito depõe em favor da nossa terra, onde ainda há homens que bem merecem dela, criando um foco de instrução para muitos dos seus filhos, e plantando o gosto pela cultura das letras. (STUDART, 1896, p.224)

No primeiro número do jornal *A Quinzena*, João Lopes também fala sobre a defesa das letras e o intuito de formar um público leitor no Ceará:

Não faltará quem considere arriscado, temerário mesmo, este empreendimento a que nos abalançamos. Se na capital do império, metrópole da civilização sul americana, o meio não é propício às letras e as publicações exclusivamente literárias mal podem, à custa de tenaz e mortificante sacrifício, romper a espessa crosta da indiferença pública para arrastar uma vida penosa e efêmera; na província, aqui por estes recantos do norte, parece desatino quebrar a homogeneidade beatificante rotineira da vida provinciana, para escrever sobre letras e artes e ciência. Vão assim objetar-nos os *homens práticos*, homens práticos que, por pouco que saibam, sabem belamente sentenciar ex-cátedra que o nosso público é infenso, senão hostil a isso de literatura “que não bota ninguém para adiante”. (Preliminares. *A Quinzena*, n.º 9, 15 de janeiro de 1887.)

Neste mesmo jornal, Manuel de Oliveira Paiva publica um artigo em julho de 1887 em que, após demonstrar que a superação da barbárie só ocorre através do conhecimento, comenta o estágio da atividade intelectual na província:

Primeiro de tudo, instrução é prenda que aqui não há; pelo que o estudo acurado, a aplicação científica do homem sobre a natureza para chegar à compreensão da sublimidade do coração humano, é geralmente impossível aqui. No campo da Arte, nem possuímos a majestade dos monumentos arquitetônicos, nem a vida silenciosa das estátuas, nem o despertar de uma natureza nova e melhor ao *fiat* do pintor, nem a transfiguração misteriosa que nos incute a alta música. Arte e ciência, portanto, não nos conduzirão ao sólio de homens civilizados. (*A Quinzena*. Fortaleza, n.º 11, 31 de julho de 1887, p.4)

Perante esse cenário artístico e científico desolador, Oliveira Paiva procura situar o papel da literatura:

Resta indagar se as Letras poderão servir de aias a este povo infante. Comece-se por encarar que, as Letras, cujos órgãos são a tribuna e a imprensa, hoje em dia por tal modo se interessam com a humanidade, que elas podem dar-se como a melhor síntese da civilização. Embora em tons gerais, podem elas despertar as sensações das outras manifestações da Arte [...] Nada é tão capaz de fomentar o patriotismo e acender os brios de uma nação como a Literatura. O livro acompanha o indivíduo onde quer ele vá. Custa-lhe barato. Que mais? Deve ser uma arma para o cearense. (*A Quinzena*. Fortaleza, n.º 11, 31 de julho de 1887, p.04)

As considerações do estudioso reafirmam a tese inicial de que a literatura é o único meio do povo cearense libertar-se da barbárie. Na medida em que a província não dispunha de bens artísticos na área da arquitetura, da pintura e da música, a literatura seria a forma de conhecimento que, conduzida pela tribuna e pela imprensa, proporcionaria a civilização e o progresso à população. A criação literária, racionalmente controlada, exprimiria e evidenciaria, segundo a visão desses intelectuais, a evolução social pretendida pelos grupos intelectuais que se formavam no período.

Outro colaborador desse mesmo jornal, Antônio Bezerra, descreve o universo intelectual pouco atuante na Capital cearense. Diz ele que os jovens intelectuais que retornavam à província optavam pela carreira pública e abandonavam a difusão de idéias, a fomentação intelectual:

[...] só um ou outro mais pertinaz dava de quando em quando sinal de vida na imprensa, mas sempre despercebidamente. Eu que do Rio e São Paulo trouxera um pouquinho desta ânsia de saber, comunicada pela convivência de talentosos condiscípulos, tive de ceder ante a indiferença geral, malgrado o desesperado esforço que empreguei para consagrar os poucos que liam, pode-se assim dizer. O mal era geral. ( *A Quinzena*, n.º 7, 04 de maio, 1888, p.05)

Durante as reuniões do Club Literário, grêmio responsável pela publicação de *A Quinzena*, os integrantes liam diversos livros, jornais e revistas, e apresentavam palestras sobre diversas áreas do pensamento. Promoviam também conferências públicas em que defendiam a leitura, a literatura e outros ramos do conhecimento. Tendo também como interesse principal a formação de um público leitor no Ceará, o Gabinete Cearense de Leitura, um centro de estudo com quase dois mil volumes, sendo algumas obras raras, criou um curso de conferências públicas, aulas de língua e ciências e um curso noturno de instrução primária tendo como intuito proporcionar um alargamento do domínio cultural dos cearenses bem como um aumento do interesse pelas questões literárias.

A falta de leitores que tanto assustava e irritava os intelectuais do período, não escapou a Sílvia Romero, que escreveu o seguinte nas páginas de sua *História da literatura brasileira*:

No meio de tudo isto, quem entre nós escreve e quem entre nós lê?  
Não são, de certo, os lavradores, os negociantes, os criadores, os

industriais, os políticos nem os administradores. Somente as classes acadêmicas e alguns empregados públicos saídos dessas classes. É a regra geral. (ROMERO, 1902, 96-97)

As considerações do intelectual sergipano aplicam-se inteiramente ao caso cearense. O padeiro Antônio Sales, em uma das crônicas intituladas “Os quinze dias”, ao desabafar sobre a desvalorização do ato de ler na província, o que havia favorecido a decadência de diversas revistas literárias, informa que *O Pão* ainda sobrevivia graças ao grande esforço de seus sócios:

Só uma força de vontade que chega às vezes ao sacrifício tem podido eximir nossa revista à ação dissolvente do utilitarismo iletrado e indiferente às manifestações do espírito.[...] O apoio público, na sua proverbial inércia só nos tem assistido à custa de requisições inclementes e nunca esmorecidas. (Os quinze dias. *O Pão*, n.º 30, 15 de dezembro de 1895, p.1)

Há, na colunas de *O Pão*, algumas anedotas que, de uma forma bem humorada, demonstram as dificuldades dos padeiros para venderem seu jornal:

Diálogo entre um Padeiro e uma moça:

- Qual o preço d’*O Pão*?

- 60 réis, minha senhora.

- Oh! É muito caro! Pois não vê logo que não dou meus três vinténs pel’*O Pão*? (*O Pão*, n.º 01, 10 de julho de 1892, p. 02)

Depois de registrar que não havia conseguido, no Ceará, uma solução para seus problemas de saúde, um dos motivos que o levaram à província, Raimundo Correia, em carta enviada ao padeiro Antônio Sales, comenta a dificuldade de se editar livros no Ceará: “Ora, confessemos que editar livros na província, e mormente livros de literatura, que não têm cotação no mercado local, é o que se pode chamar verdadeiramente uma

proeza de loucos” (*O Pãõ*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p.06). Para o literato, as províncias não passam de estados sem autonomia, sem vida própria em que “o meio social é neles o mais deprimente possível para as letras e para as artes, que aí não encontram mais incentivos de espécie alguma” (*O Pãõ*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p.06). Também afirma que a carreira de jornalista “é ingrata e desdenhada pela gente séria, cujos proventos, além de minguados, têm um ligeiro ar de ganhos ilícitos” (*O Pãõ*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p.6). Sendo assim:

Por parte dos moços da Padaria espiritual, que se abalançam a tanto, é preciso de certo essa rara coragem que só uma forte fé será capaz de sustentar, um nobre desinteresse e ao mesmo tempo uma grande confiança no futuro, que só o coração da própria mocidade será capaz de nutrir. (*O Pãõ*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p.6)

Adolfo Caminha, em uma de suas crônicas “Sabatina”, ao criticar a cidade de Fortaleza, argumenta que:

A capital do Ceará, encantadora como uma pérola do Oriente, bela como a concheceis, é, entretanto, uma cidadezinha sofrivelmente atrasada com laivos de civilização. Se temos duas livrarias, em compensação não lemos livros que prestem. Para matar o tédio que nos mina e consome a existência, somos obrigados a ir, às quintas-feiras e aos domingos, ali ao Passeio Público exibir a melhor de nossas fatiotas e o mais hipócrita e imbecil de nossos sorrisos. Não vivemos – vegetamos. (Sabatina. *O Pãõ*, n.º 2, 17 de julho de 1892, p. 1)

Caminha, que sempre enfatizou o fato de que a crônica não deveria ser vista como um texto leve, descompromissado, e sim uma forma de retratar e denunciar as mazelas da sociedade cearense, não só do ponto de vista econômico e político, mas também

cultural, no fragmento acima, critica a inexistência de bons leitores (intelectuais) e a falta de lazer em Fortaleza. Para ele, a literatura e as outras artes, consideradas os melhores tônicos para o espírito, são as únicas coisas boas que existem na cidade. Daí a importância dada à *Padaria Espiritual*, uma sociedade de letras e artes que fornecia “pão de espírito” aos cearenses em particular e aos brasileiros em geral.

Para Caminha e os outros padeiros, a literatura não seria uma mera experiência do devaneio, uma atitude singularmente escapista, mas um campo possível de redescoberta do humano, através do qual os escritores teriam a missão de regenerar comportamentos e valores daquela época. Cabe afirmar que a idéia de “pão do espírito” teria um papel quase pedagógico de ensinar aos leitores a não serem tomados pela falsa realização material causada pela febre de consumir produtos industrializados.

Em uma outra crônica, Caminha apresenta inicialmente uma crítica aos burgueses cearenses, considerados “dissecadores de vísceras sociais” que caluniam e perseguem os padeiros. Responsabilizando o seguimento burguês por todo o sofrimento da humanidade que, segundo ele, é resultado do interesse individual e do preconceito, afirma:

Se a humanidade ainda sofre e geme, a culpa é dela, da Burguesia, esse flagelo de todas as grandes virtudes, esse algoz da estética e do bom gosto, cujas aspirações, em suma, resumem-se n'este preceito ignóbil – encher a pança e ganhar dinheiro. (Sabatina. *O Pão*, n.º 3, 6 de novembro de 1892, p. 3)

Talvez esse burguês tão atacado pelo cronista como pela agremiação em geral, em alguns momentos, não fosse bem o burguês no sentido verdadeiro do termo, ou seja, um grupo restrito de pouca visão, apegado a hábitos convencionais e rentáveis. Mas sim todos os componentes de sua própria classe e de grupos de políticos e dirigentes saídos

das famílias mais ricas da província, que se referiam depreciativamente às preocupações literárias dizendo ter “mais em que pensar”. Em outras palavras, esse ódio poderia ser resultado do desespero de autores numa sociedade sem leitores como era o Ceará na época. Basta lembrar que, na crônica anterior, Caminha refere-se à inexistência de bons leitores na cidade de Fortaleza.

Os inúmeros conflitos políticos, econômicos e sociais pelos quais a Província passou, aliados ao primitivo desenvolvimento dos centros urbanos, devido à força do campo na economia, atrasaram o surgimento de manifestações significativas no campo intelectual, não permitindo uma maior expansão cultural e a formação de leitores bem como autores e editores. Soma-se a isso a inércia cultural: a falta de escolas e instrutores adequados, o que favorecia a falta de um público leitor.

O universo cultural de Fortaleza na primeira metade do século XIX não favoreceu a formação de instituições educacionais sólidas que se ocupassem da constituição da intelectualidade. O ensino secundário não se diferenciava do existente em outras províncias do Império. Em geral apresentava poucos colégios particulares, algumas iniciativas públicas e o ensino dirigia-se fundamentalmente aos filhos das famílias mais ricas que, algum tempo depois, poderiam continuar seus estudos nas consagradas academias do país. Sendo assim, o ensino ministrado por professores particulares era predominante e as carreiras acadêmicas eram realizadas integralmente fora da província.

As primeiras propostas para o ensino secundário no Império nascem com os debates relativos à constituição de 1823. Na abertura da assembléia, o imperador salienta: “Tenho promovido os estudos públicos quando é possível porém necessita-se para isso uma legislação particular” (MOACYR, 1936, p.71). O deputado cearense Costa Barros discorre sobre a importância de se discutir o assunto:

Não há muito tempo ou não há muitos dias, que nós com lágrimas nos olhos pedíamos aulas de primeiras letras para algumas províncias, de onde se pode coligir o estado em que nos achamos; e como procuramos já de presente estabelecer universidades, onde não há mestres de primeiras letras? (Apud MOACYR, 1936, p.100)

A questão do ensino será regulamentada apenas em 1827, com a Lei de 15 de outubro, que atribuiu aos presidentes das províncias o direito de estruturarem as primeiras escolas locais, escolhendo métodos de ensino e o corpo docente. Maria de Lourdes M. Haidar comenta que:

[...] o quadro geral da instrução pública no império, enriquecido com a criação dos cursos superiores, não se alterou significativamente, entretanto, quanto aos estudos primários e médios: algumas escolas de primeiras letras e um punhado de aulas avulsas, no estilo de aulas régias, constituíram todo o saldo positivo do período que sucede à Independência e que precedeu à reforma constitucional de 1834. (HAIDAR, 1971, p.82)

A formação de Thomás Pompeu é um bom exemplo do tipo de ensino ministrado na província cearense. Pertencente a uma das famílias mais renomadas do Ceará, Pompeu não cursou nenhuma escola pública tendo sido alfabetizado por um tio advogado e professor de latim, até sua ida para o Seminário de Olinda e, posteriormente, sua entrada para a Academia de Direito de Recife.

Raimundo Girão descreve os primeiros rumores a cerca da criação da primeira escola pública secundária no Ceará “apesar de idéias renovadoras e muitos relatórios eruditos, ainda se conseguiu, assim, de melhor em relação ao ensino e à educação até 1845, quando instalaram o Liceu” (GIRÃO, 1956, p.04). A criação de uma escola pública de ensino secundário em 1845, o Liceu do Ceará, efetivou a organização do

primeiro espaço formador de uma intelectualidade local, abrindo espaço para a formação de uma elite letrada, bem como o estabelecimento de parâmetros intelectuais para uma possível atuação crítica local, fosse ela literária, política ou social. Entretanto concorria com outros colégios mais tradicionais fora da província, notadamente em Pernambuco, sendo limitada a sua atuação nos primeiros anos após a criação. Além disso, sua estrutura curricular seriada e a impossibilidade de conferir o título de bacharel em letras dificultou a expansão de seus quadros.

Demoraria ainda um certo tempo para o Liceu tornar-se referência no contexto de formação intelectual na região, além disso, alguns obstáculos iriam impedi-lo de se efetivar concretamente até a reforma de ensino de 1870. Entretanto, ele favoreceu a primeira possibilidade de desenvolvimento intelectual na província, como afirma Raimundo Girão “começa aqui – afirma-se sem exagero – a sistematização da cultura mental cearense” (GIRÃO, 1956, p.04).

Este universo ainda manteve a expansão do ensino secundário particular. Mais maleáveis no sentido dos tempos empregados pelos estudantes para preparação dos Exames Gerais, os estabelecimentos particulares atraíram grande parte dos alunos. A criação do colégio Atheneu Cearense em 1863 reorientou o ensino secundário na província ao estabelecer o regime de internato e ao implementar inovações pedagógicas, além de classes não seriadas. Assim, influenciou a formação da elite letrada em Fortaleza propiciando, através de seus mecanismos de socialização e aprendizagem, a constituição da elite intelectual local, bem como o encaminhamento dos seus alunos aos cursos superiores e, posteriormente, à política e burocracias locais.

Em sua obra *Conceito de literatura brasileira*, Afrânio Coutinho comenta a importância dos colégios de Fortaleza para a formação da geração de 1870 na província, diz

ele que “é assunto que requer investigação o papel e possíveis influências intelectuais, naquele tempo do Liceu e Atheneu Cearense e de outros colégios locais, como o Colégio dos Educandos” (COUTINHO, 1976, p.104).

Esta formação intelectual privilegiou modelos importados e reforçou elementos básicos como obediência, disciplina, hierarquia social e europeização de práticas culturais. Falando sobre essa rigidez do ensino apresentado no período, diz Needell que:

[...] isso não ocorria apenas porque essas crianças recebiam educação formal em determinada escola, [...] nem simplesmente por serem segregadas e socializadas seguindo linhas hierárquicas. Esses aspectos eram amplificados pelos efeitos de um ensino e de uma vivência por princípios eurocêntricos. Elas não eram apenas educadas, e sim europeizadas em maior ou menor grau. (NEEDELL, 1993, p.84)

No interior desses colégios formaram-se as primeiras interações intelectuais e as primeiras referências de leituras. Essas interações favoreceriam, mais tarde, movimentos intelectuais, e mesmo políticos que iriam interferir nos rumos tomados pela província. Essa interação entre os estudantes pode ser comprovada pelas associações e jornais criados por eles, como é o caso dos jornais *Estrela*, que circulou entre 1857 e 1860 e cujos redatores eram Bezerra de Meneses e José de Barcelos; *Mocidade*, de 1870; *O Livro*, de 1876. Esses dois últimos realizaram debates sobre o pensamento cientificista que se difundia entre os estudantes do período.

A estrutura do ensino secundário na província propiciou uma circulação dos estudantes pelos principais centros culturais do império, possibilitou um amplo contato com universos culturais distintos, beneficiando a formação de uma rede de influências e contatos com outros movimentos culturais. Esta circulação de estudantes não cindiu os laços

estabelecidos entre eles quando estudantes em Fortaleza, pois apenas reforçou os vínculos intra-classe. Durante a década de 1870, diversos estudantes cearenses circularam por colégios em Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e no exterior.

No início da década de 1870, o universo cultural de Fortaleza se alterou em decorrência desta circulação de estudantes. Retornando ao Ceará, organizaram associações culturais e criaram um ambiente de difusão e intercâmbio de novas leituras. A associação mais expressiva foi a Academia Francesa. Esta associação promoveu a organização e difusão de um repertório de leituras voltadas para um cientificismo dominante, a partir do qual se agregaram as tendências de determinismo biológico e climáticos, spencerianismo e comtismo, valorizando a produção de um conhecimento baseado na objetividade científica em detrimento das especulações filosóficas.

Desde a criação da “Fênix Estudantil” em 1870 pelos estudantes de Fortaleza que procuravam ampliar os seus universos ideológicos, que a intelectualidade da cidade vinha reunindo-se ininterruptamente, ou com pequenos intervalos, em associações ou academias de cunho cultural. Entre 1872 e 1875, a movimentação filosófica e literária do pensamento social cearense esteve ligada às atividades da “Academia Francesa”.

A Academia Francesa irradiou, através de suas ações, um novo sistema de valores no universo cultural de Fortaleza, fortalecendo vínculos e afinidades entre a camada letrada. O materialismo cientificista propalado pelos seus integrantes deslocou-se para a sociedade e encontrou a sua primeira forma combativa na crítica ao espiritualismo e à Igreja Católica. As intervenções dos intelectuais em Fortaleza na década de 1880, bem como suas trajetórias nos movimentos sociais, podem ser compreendidas a partir da base de leituras científicas constituídas na década anterior. O movimento abolicionista confirma esta perspectiva. O repertório de leituras constituído pela Academia Francesa foi

incorporado nas abordagens sociais abolicionistas, como a visão evolutiva da esfera social e as relações homem-meio-natureza, desenvolvidas por Buckle.

A abolição da escravidão foi entendida dentro da ótica da evolução social, significando uma reelaboração social e uma nova forma de progresso. Na verdade, o movimento abolicionista revelou leituras sociais de base científicista, converteu-se em diferentes posturas intelectuais e inaugurou uma intervenção do pensamento social na vida pública da província, antecedendo inclusive as manifestações abolicionistas dos intelectuais de outras regiões do império. Através de sua imprensa militante, também contribuiu para a formação de novos intelectuais e foi responsável pelo surgimento de novas modalidades de estrutura, como os poemas científicistas e os poemas que narraram a própria epopéia literária. Antônio Sales exemplifica na trajetória do abolicionista e poeta Justiniano de Serpa esta consideração. Segundo ele, Justiniano “orador e jornalista, (...) teve na campanha abolicionista uma excelente escola da palavra e da escrita.” (SALES, 1995, p.61) Antônio Bezerra também chama a atenção para o papel desempenhado pela imprensa abolicionista na formação intelectual de muitos letrados:

[...] os autores das excelentes publicações que possuímos, tiveram aí a sua aprendizagem, pois que quase todos os que se aplicam hoje com afinco a trabalhos de literatura ou a investigações científicas aperfeiçoaram-se nesta escola ou se orientaram estimulados por hábeis companheiros. (O nosso progresso. *A Quinzena*, n.º7, 4 de maio de 1888, p.6)

Entre 1875 e 1886 o “Gabinete Cearense de Leitura” deu continuidade às manifestações culturais anteriores. Assim, ampliou-se e, ao mesmo tempo, reforçou-se o universo de formação letrada na província, gerando um novo campo de atuação intelectual para a cidade de Fortaleza.

Antônio Bezerra, em um artigo que escreveu em 1888 sobre a trajetória dos movimentos intelectuais na província a partir do final da década de 1860 afirma que “ricos frutos desse tempo foram a fundação do Gabinete de Literatura e a reforma da instrução pública, que atiraram incontestavelmente para além a mira das aspirações.” (*A Quinzena*. Fortaleza, n.º 7, 4 de maio de 1888). Além de elencar o Gabinete de Leitura e a reforma do ensino como os primeiros fatores a serem destacados para a ampliação dos espaços de formação na província, Bezerra observa que o papel do jornal *O Libertador* também deve ser destacado, pois foi no seu interior que ocorreram os debates doutrinários entre católicos e maçons, que marcaram a Questão Religiosa em Fortaleza. Além disso, ele tornou-se, com o tempo, uma escola de patriotismo e instrução e favoreceu o surgimento de um considerável número de escritores. Diz ele que “abundaram aí os bons escritos literários, como retemperou-se o ardor dos lutadores de encontro a enraizados preconceitos e artilharia do governo. Quem tinha aptidão, era logo convidado para vir auxiliar a obra da nobilitação da província, já com o seu denodo, já com os encantos da sua inteligência.” (*A Quinzena*. Fortaleza, n.º 7, 4 de maio de 1888). E acrescenta: “os autores das excelentes publicações que possuímos, tiveram aí a sua aprendizagem, pois que quase todos os que se aplicam hoje com afinco a trabalhos de literatura ou a investigações científicas aperfeiçoaram-se nesta escola ou se orientaram estimulados por hábeis companheiros.” (*A Quinzena*. Fortaleza, n.º 7, 4 de maio de 1888)

### **3.2 A PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE UM PÚBLICO LEITOR**

Apesar do surgimento de um número considerável de intelectuais no Ceará, um grande problema ainda persistia: o restrito público leitor. Sendo assim, sabendo da inexistência de leitores na província, a Padaria Espiritual lançou mão dos mais variados recursos que despertassem o interesse dos cearenses pela leitura: apoiavam, através de artigos publicados em *O Pão*, todas as iniciativas relacionadas direta ou indiretamente ao ato de ler, à construção de bibliotecas, escolas, como é o caso, por exemplo, da nota publicada pelos padeiros na seção “Carteira”, notificando a realização de uma quermesse, pelo Partido Operário, em benefício de um curso noturno:

O partido operário desta capital, por intermédio de sua diretoria, pede nosso auxílio para a quermesse que pretende realizar no dia 24 de Dezembro próximo em benefício das aulas noturnas que funcionaram no salão das sessões do mesmo Partido.

Pois não: fique certo o Partido Operário de que a Padaria achará um meio de concorrer para o êxito de tão generoso designo. (Carteira. *O Pão*, n.º 3, 6 de novembro de 1892, p. 7)

Algumas ações eram mais ousadas, como a petição que os padeiros enviaram ao Governador do Estado a respeito do horário de funcionamento da Biblioteca Pública. O estabelecimento, como as outras repartições públicas do período, abria às dez da manhã e fechava seu expediente às três da tarde. A petição exigia maior tempo de funcionamento, como demonstra um artigo publicado em *O Pão*:

Vamos, cidadão Governador, seja razoável, faça isto: mande abrir a Biblioteca das 7 às 9 da manhã e das 6 às 9 da noite, e garantiremos que ela será freqüentada por muita gente que, à falta

de ocupação melhor, vai jogar bilhar na Maison e dominó no Java. (*O Pão*, n.º 3, 6 de novembro de 1892, p. 7)

Outras duas ações dos padeiros em prol da construção de um público leitor na província também são dignadas de nota. A primeira delas relaciona-se à construção de uma biblioteca que, resultado de doações diversas, seria, com o tempo, aberta à população. Os padeiros receberam doações de livros de várias regiões do país e, inclusive, de Portugal. Os literatos portugueses Joaquim de Araújo e Abel Botelho tornaram-se colaboradores da agremiação em Portugal e enriqueceram a biblioteca dos padeiros com vários de seus livros. O intercâmbio realizado entre o jornal *O Pão* e várias revistas portuguesas como *Revista de Hoje* (dirigida por Júlio e Raul Brandão), *Revista Portuguesa* (sob direção de Joaquim Araújo), *A Madrugada* (dirigida por Oscar Leal), *Mala da Europa* (do Conselheiro Thomaz Ribeiro) e *A Arte* (revista artística do Porto) também ampliou a biblioteca da agremiação. Havia no jornal uma seção intitulada “Imprensa literária”, que informava os leitores sobre jornais e revistas (nacionais e internacionais) da época, como é o caso das revistas lusas. Mas não se deve esquecer que, como informa uma pequena nota inicial encontrada no primeiro número da seção, só eram dadas informações sobre revistas que tinham seus números enviados aos padeiros que, por conseguinte, também lhes remetiam *O Pão*.

A segunda ação dos padeiros diz respeito à organização de um almanaque cearense que:

[...] dará o retrato e traços biográficos de algumas notabilidades cearenses e trará prosa e verso, descrições de curiosidades naturais do Estado, lendas, superstições, episódios, anedotas, enfim o diabo a quatro, tudo com a maior soma de espírito possível. Temos a

esperança de que o almanaque será uma coisa no mesmo tempo útil e desopilante. (*O Pão*, n.º 1, 10 de julho de 1892, p.3)

Apesar das dificuldades, a contribuição da Padaria Espiritual para a literatura cearense foi grande, pois além de publicar os trinta e seis números de *O Pão*, também foi a responsável pela publicação de um considerável número de livros. Essa contribuição se torna ainda mais meritória, quando levadas em conta as dificuldades para a publicação de um livro naquela época. Alguns desses livros são os seguintes: *Versos*, de Antônio de Castro (1894); *Flocos*, de Sabino Batista (1894); *Contos do Ceará*, de Eduardo Sabóia (1894); *Cromos*, de Xavier de Castro (1895); *Trovas do Norte*, de Antônio Sales (1895); *Dolentes*, de Lívio Barreto (1897); *Marinhas*, de Antônio de Castro (1897); *Maria Rita*, de Rodolfo Teófilo (1897); *Perfis sertanejos*, de José Carvalho (1897); e *Violação*, de Rodolfo Teófilo (1898). Foi, portanto, muito audaciosa a agremiação, publicando tantas obras em tão curto espaço de tempo.

Cientes das limitações do meio e da necessidade de cativar os leitores aos poucos, suavemente, os padeiros procuraram lançar mão de textos simples, de uma linguagem sedutora e digestiva que despertasse o interesse do leitor tanto pela leitura do texto ficcional como do de crítica publicado nas páginas de *O Pão*. Dentre os recursos mais utilizados estão a crônica e o noticiário literário. No primeiro gênero, ironia, polêmica, crônica ligeira misturavam-se a pequenas considerações de ordem literária, desse modo, transmitindo, indiretamente, informações literárias aos leitores. O segundo caracteriza-se por informar o público sobre a existência de autores e obras literárias, procurando despertar sua curiosidade para a leitura das mesmas, ao mesmo tempo em que aumentava seu restrito conhecimento literário.

Em um ensaio crítico sobre o escritor espanhol Campoamor, o padreiro José Carlos Júnior, primeiramente, informa sobre a vida do artista:

Don Ramon de Campoamor nasceu na cidade de Návía (Astúrias) a 21 de setembro de 1817.

Quando, entre os 25 e os 30 anos, publicou seus primeiros volumes de poesias (*Ternezas y flores*, *Ayes del alma*) já ele tinha feito estudo acurado e seguro dos mestres da poesia espanhola, e, dotado dessa rara aptidão para comparar, discernir e julgar com rapidez e segurança, que é o grande privilégio dos homens verdadeiramente superiores, tinha já as suas opiniões formadas e uma boa orientação para os seus trabalhos literários.

É ele, pois, um dos raros talentos que desde os primeiros ensaios obedecem a uma impulsão consciente, bem encaminhada e segura. (Poetas Contemporâneos. *O Pão*, n.º 7, 1 de janeiro de 1895, p. 4)

O crítico, além de informar sobre a vida do escritor e seus primeiros trabalhos, se preocupava, principalmente, em formar o seu perfil psicológico, considerando-o um homem superior que segue uma “impulsão consciente e segura”. O meio em que se formou também é muito importante, pois, para o crítico, muito da formação literária de Campoamor deve-se ao estudo “acurado” e “seguro” dos mestres da poesia espanhola. Trata-se aqui, naturalmente, de um caso extremado de desvio do âmbito literário. Mas é este, em geral, o perfil dos textos críticos da época, em geral noticiários: informação biográfica, situando nos primeiros parágrafos o autor – com seu caráter, seus hábitos peculiares – e mais algumas linhas buscando encontrar analogias entre traços da obra e da personalidade. Esses dados biográficos iniciais, além de darem segurança ao crítico para o enfrentamento com a obra e serem essenciais para um estudo que se preocupa com o psicológico, privilegiando a tríade de Taine, também ajudam a montar o perfil de um escritor que não é conhecido pelos leitores cearenses.

Ao referir-se a uma das últimas obras de Campoamor tratadas no ensaio, *Los buenos y los sábios*, o crítico diz o seguinte:

[...] é o título do mais realista e pungente da coleção: é a história de...

Mas eu estou cometendo um grosseiro crime, de que soem ser vítimas contistas, narradores e... leitores – antecipando-me a destruir a impressão artisticamente preparada pelo escritor na expressão de sua idéia. (Poetas Contemporâneos. *O Pão*, Fortaleza, n.º 8, 15 de janeiro de 1895, p. 4)

Negando-se a apresentar o resumo da obra, diferentemente do que fez com as anteriores, o ensaísta procura aguçar o interesse do leitor, tendo como intuito levá-lo a ler o livro. Vale lembrar que a Padaria Espiritual tinha como intuito a implementação do processo de circulação literária em Fortaleza, onde existia um incipiente público de leitores, a fim de dar, como eles mesmos diziam, “pão de espírito” ao povo.

Num segundo ensaio, o crítico volta a falar da biografia de Campoamor:

Enquanto ia espalhando pela imprensa em pequenos volumes as Doloras, D. Ramon de Campoamor, de versatilidade e talento admirável, não se descuidava de dar a sua atividade outras aplicações, que revelaram a pujança de seu múltiplo talento.

Com efeito o deleitoso poeta-filósofo é também um médico distinto, político militante, historiador, e tem um tirocínio brilhante na administração.

Assim, ao mesmo tempo que desempenhava os cargos de prefeito de Castellon, governador das províncias de Alicante e Valência, sub-secretário no ministério da fazenda e deputado às Cortes, ele publica a sua História crítica das Cortes reformadoras, um livro sobre o Espírito das Leis e os dois grandes poemas Colombo e o Drama universal. (Poetas Contemporâneos. *O Pão*, Fortaleza, n.º 8, 15 de janeiro de 1895, p. 4)

Há uma grande preocupação em informar o leitor sobre a vida do escritor. O recurso biográfico, influência de Sainte-Beuve, facilita o contato com a obra, um contato que é sempre indireto, pois o crítico detêm-se mais em dados extratextuais do que intratextuais. Também não se pode esquecer o fato de que o crítico está interessado em montar o perfil de um escritor que não é conhecido pelos leitores. E mostrando ser Campoamor um literato que já exerceu várias funções, escritor, governador, prefeito e sub-secretário do ministério da Fazenda e ainda ter uma formação literária baseada nos mestres do passado, José Carlos Júnior procura dar maior credibilidade à obra do escritor, na tentativa de persuadir o leitor para a sua leitura.

Assim como ocorreu com José Carlos Júnior, o poeta de *Versos diversos* e o romancista de *Aves de arribação*, o padeiro Antônio Sales situou-se logo, e muito bem, no meio cearense onde então se praticava a crítica literária nos jornais. Sua palavra fácil, seu estilo eloqüente, o pendor para o humor facilitaram a sua entrada no jornalismo literário. Nos seus artigos publicados em *O Pão*, o aspecto mais flagrante é a presença do noticiário, em geral textos curtos, informando sobre a obra de um escritor, ressaltando suas características principais ou comentando fatos de sua vida. Em geral, as obras analisadas eram enviadas à biblioteca da agremiação pelos seus autores que, de antemão, já sabiam que seus livros receberiam uma apreciação do padeiro. A seção em que seus textos eram publicados, intitulada “Bibliografia”, aparece na segunda fase do jornal e apresenta-se da seguinte maneira: primeiramente aparece o nome da seção, em seguida o nome da obra, do autor, em alguns casos da editora e o ano de publicação. Vejamos um exemplo: “O Coração, poemeto de Rodrigues de Carvalho. – Editor Centro Literário – Fortaleza, 1894.” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 9, 1 de fevereiro de 1895, p. 5)

Posteriormente a esta referência bibliográfica, seguiam-se as apreciações das obras. Em geral, seus primeiros textos apresentam-se em forma de noticiário literário, assim como ocorria com os textos de outros padeiros. Antes de fazer o exame crítico da obra em apreciação ou mesmo das idéias de seu autor, Sales procurava informar o público de que tratava o livro, que tipo de pessoa era o autor, quais eram as suas opiniões e atitudes, ou seja, prendia-se mais em dados extraliterários do que literários. No artigo dedicado à obra *Um invejado*, de Afonso Celso, que havia sido dedicada à Padaria Espiritual, as informações sobre a pessoa do escritor ocupam a maior parte do artigo. Eis um fragmento:

A vida literária de Afonso Celso tem sido até hoje uma marcha ascencional (sic) em rumo da glória. Aliviado das preocupações políticas, envolvido pelo ambiente vivificante do lar, ele envolveu pela estrada suave da literatura, que sem demora se lhe juncou de flores. A sua pujante fantasia, ao serviço de um estilo firme e elegante, tem explorado diversos veios das letras e em todos faz pingues colheitas de finas gemas. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 12, 15 de março de 1895, p. 5)

Em outros casos, as informações sobre a biografia misturavam-se às da obra, como ocorre com o poema *Os pescadores da Taíba*, do padeiro Álvaro Martins:

Foi com verdadeira ansiedade que folheamos este livro de Álvaro Martins, conhecido poeta cearense. Nele encontramos as qualidades predominantes do autor – espontaneidade e sentimento – qualidades apreciáveis e que são as colunas da sua reputação literária. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 19, 1 de julho de 1895, p. 5)

Geralmente, no final do artigo, após vários parágrafos falando sobre a biografia do escritor, é que o crítico resolvia referir-se à obra. Em geral, as informações

recaíam na paráfrase, no resumo da trama do livro examinado, como é o caso da obra *As abelhas*, do português Luiz Trigueiros:

O enredo é muito simples: D. João de Melo, moço fidalgo e titular, procura entre as filhas de Eva, abelhas traiçoeiras, uma que o ajude a fabricar o mel do amor. Encontra Beatriz, a quem procura fazer a corte; mas esta se mostra muito arisca, muito esquiva aos seus galanteios (...) (Bibliografia. *O Pão*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p. 08)

Ou então o crítico procurava caracterizá-la através de uma enxurrada de adjetivos genéricos que evitavam tocá-la e que serviam apenas para envolver os leitores mais ingênuos:

Foi boa a impressão que nos causou a leitura d' *O Coração*, onde há formosos alexandrinos e brilhantes imagens. Notamos, entretanto, que o poemeto não tem plano definido, ressentindo-se de uma certa heterogeneidade de concepção. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 9, 1 de fevereiro de 1895, p. 5)

Apontar falhas textuais também era um recurso muito utilizado pelo padeiro, que passava boa parte de alguns de seus artigos indicando, segundo ele, “expressões incorretas” e “erros de concordância”:

Há aqui e ali expressões que nos parecem incorretas, como sejam – “embriagar-se ao vinho desta dor”, “louca como o sol”, “embriagar-me em vinho” e outras equivalentes. (...) Na poesia – “O coração de um monge” há o seguinte verso com um palpável erro de concordância – “Agora é meu cilício os cravos do mandeiró.” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 9, 1 de fevereiro de 1895, p. 5)

Já escritores consagrados, conhecidos pela linguagem elegante e rebuscada, como é o caso de Coelho Neto, recebiam elogios em tom apoteótico:

Este Brinde é um primor de fina eloquência, com períodos em que a língua portuguesa vibra sonoridades de cristal e despe brilhos radiosos de manhãs rosais e balsâmicas. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 33, 15 de setembro de 1896, p. 5)

Outra técnica utilizada era abordar uma obra ou seu autor através de analogias. No artigo sobre a obra *kermesses*, de Artur Lobo, por exemplo, as informações trazidas pelo crítico são transmitidas através de uma referência a Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia:

As reminiscências da forma de Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia ainda são bastante perceptíveis no verso de Artur Lobo, que, em compensação, metrifica corretissimamente, rima com facilidade e elegância e possui um vocabulário rico... (Bibliografia. *O Pão*, n.º 31, 15 de agosto de 1896, p. 4)

Sua intenção é afirmar que não se trata simplesmente de um poeta, mas de um poeta que apresenta semelhanças de forma com escritores renomados do mundo das letras. Ora, os escritores citados, bastante conhecidos pelo público, estavam no auge da fama, seus nomes eram constantemente mencionados em jornais e revistas. Sales, ao estabelecer uma relação de contigüidade entre eles e Artur Lobo, além de valorizar a obra do escritor, também facilita a percepção da mesma por parte dos leitores. A técnica de abordar um assunto através de analogias facilita a percepção da mensagem, na medida em que aproxima conteúdos já sabidos, formas reconhecidas ao novo, que ainda não é conhecido e causa desconfiança por parte dos leitores.

Pelo fato da seção em que publicava seus textos ter como função registrar e comentar todos os livros que eram enviados à biblioteca da agremiação, Antônio Sales não podia dar-se ao luxo de escolher as obras a serem analisadas, à exceção de poucos títulos que foram apreciados por outros padeiros. Desse modo, foi obrigado a escrever sobre tudo e todos, indiscriminadamente, e a falta de seleção leva-o a falar de figuras e obras que em breve desapareceriam totalmente do panorama literário. É considerável o número de escritores hoje desconhecidos, de quem se ocupou, e nem sempre para fustigá-los, mas levando-os muitas vezes a sério. Nomes que atualmente nada dizem, nada significam, mas que sua atenção de colunista literário deixou registrados nas páginas de *O Pão*.

Além de informarem sobre diversos romances, crônicas e poesias, os padeiros também noticiavam a publicação de inúmeras revistas. O padeiro Sabino Batista, cujo pseudônimo era Sátiro Alegrete, além de ter sido gerente de *O Pão*, e ter publicado um número considerável de poemas nas colunas do jornal, também foi o responsável por uma seção intitulada “Imprensa literária”, que informava os leitores sobre outros jornais e revistas (não só brasileiras, mas também estrangeiras). Em geral, os artigos, formados por conjuntos de pequenas notas, cujo título era o nome das respectivas revistas, informava aos leitores o local da publicação, quais eram os colaboradores, os artigos mais interessantes. Eis uma dessas notas, sobre a revista *A Semana*:

Os números 74, 75, 76 e 77 que temos à vista estão como sempre – magníficos. Colaboram neles Machado de Assis, Araripe Júnior, Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Max Fleiuss, João Ribeiro, José Vicente Sobrinho, Escragnolle Doria e outros literatos de primeiro plano, o que equivale dizer há muito que ler e apreciar na bela revista fluminense. Seria injustiça de nossa parte deixarmos de externar a nossa admiração pelos primorosos tercetos de Machado de Assis – Uma criatura, e pelos bem lançados artigos de crítica de

Araripe Júnior sobre D. Martin Garcia Merou. (Imprensa literária. *O Pão*, n.º 14, 15 de abril de 1895, p. 5)

Certos artigos da seção “Imprensa literária” chegaram a informar sobre doze revistas, o que ocupava mais de uma página, algo considerável em se tratando de um jornal que apresentava, no máximo, oito páginas. O intercâmbio realizado entre o jornal cearense e esses jornais, e que era chefiado pelos padeiros foi, incontestavelmente, muito proveitoso, pois além de manter os leitores cearenses informados sobre os assuntos discutidos em várias revistas, também servia como um veículo de propagação do jornal da agremiação.

Sabino Batista também publicou dois artigos numa seção intitulada “Arquivo”, cuja função era informar aos leitores os livros, folhetos, revistas e jornais enviados à biblioteca da Padaria Espiritual. Além disso, o padeiro também tecia alguns comentários sobre os volumes, procurando despertar no público o gosto pela leitura. No seu primeiro artigo, informa que foram enviadas as seguintes obras: *Arminhos*, contos de Garcia Redondo; *Ritmos*, versos de Carlos Porto Carreiro; *Virou-se o feitiço*, comédia em folheto de Amâncio Pereira; *Estatutos e relatório*, folheto do Instituto Beneficente do Maranhão; *Calendário Pará 1895*, feito pela agência dos Srs. Weinmann & Comp.<sup>a</sup>, de Santos; dois fascículos da *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*; um folheto enviado por Bento Ernesto Júnior sobre a história d’ *A imprensa em Minas Gerais*.

Em geral, o padeiro tecia algumas considerações sobre a pessoa do autor e, em seguida, passava a descrever a obra através de adjetivos genéricos como “interessantíssima”, “original”. Também havia informações sobre o número de páginas, capítulos, contos, versos, e assim por diante.

Muitas vezes observações críticas mais pertinentes surgiam em meio ao palavrório com que se enchiam os seus textos dos padeiros em forma de noticiário.

Aparecem juízos corretos sobre a composição de um romance ou sobre a ideologia de um determinado movimento literário. Mas são observações que, afinal, afloram quase que naturalmente e de modo que se pode dizer até inevitável, tratando-se de homens que se ocupavam diariamente – quase que como profissionais inclusive – da literatura.

Como formadores de juízos, os padeiros não obtiveram tanto sucesso, mas como mediadores culturais foram extremamente importantes. Deparando-se com um incipiente público de leitores, algo que preocupava e muito os integrantes da agremiação (a falta de “pão para o espírito”), estes críticos, dando continuidade a uma tradição que já se encontra em vários críticos da época, procuraram despertar, através de seus textos, o interesse do leitor por várias revistas, livros, folhetos, dentre outros, utilizando-se de recursos como o noticiário. Sendo assim, fazendo pequenos comentários sobre as publicações mais recentes, aproximando fatos da vida do autor à sua obra, discutindo a posição do escritor frente aos movimentos literários, divulgando a arte literária em geral, os redatores de *O Pão*, além de alertarem os leitores para a existência de várias obras literárias, também os preparavam para a fruição das mesmas, exercendo o papel indispensável de mediadores culturais.

A partir da leitura dos textos de crítica literária impressos no jornal *O Pão*, verifica-se que estes tinham o intuito de renovar o pensamento da sociedade leitora à qual se dirigiam, com a intenção de fazê-la perceber a importância do escritor e dos estudos em geral, para o desenvolvimento e crescimento intelectual da região. É possível observar, também, o comprometimento cultural e social que a crítica, bem como a literatura e as artes, mantinham com a sociedade, no final do século XIX.

A teoria determinista de Taine é também abordada pelos padeiros, ao explicar a criação literária partindo da atitude do meio social em que se insere. O conjunto

de doutrinas vinculado ao naturalismo cientificista, predominante no final do século XIX, é responsável pelo surgimento de uma linhagem crítica a que se pode chamar de sociológica. Dessa forma, a crítica literária agia, de forma doutrinária para com o leitor, a fim de moldar a sociedade que seria a condição determinante à sua existência, conforme Taine. A tarefa da crítica, com relação à sociedade, tornava-se mais moral que intelectual, visto ser a maioria dos leitores quase incapaz de decodificar as palavras e, portanto, de compreender um texto no seu sentido literário.

O crítico literário naturalista assemelha-se ao romântico no seu comportamento frente à sociedade. No entanto, distingue-se, no tocante à postura antiidealista, baseada nas teorias científicas em voga no fim do século XIX, à introdução de um novo conceito literário, como representativo de parte da realidade social focalizada. Soma-se a essas diferenças a função que assume de difundir o cientificismo, representado pelo Positivismo de Comte, pelo Determinismo de Taine e pelo Evolucionismo de Darwin.

Não havia, naquela época, o que hoje se entende por crítica literária. Tinham-se, então, princípios visando a orientar o pensamento do leitor em todo e qualquer campo, fosse ele político, científico ou artístico. A crítica literária foi, durante muito tempo, vista como aliada dos poderes políticos, econômicos e, por conseguinte, sociais. Com a literatura voltada à consolidação de uma sociedade, a crítica não podia agir diferentemente das obras literárias; portanto, houve, não uma crítica literária, mas social, que estava diretamente ligada à reflexão moral, cultural e religiosa da sociedade.

## **CAPÍTULO 4**

### ***O PÃO E A ESTÉTICA SIMBOLISTA***

Correspondendo aos públicos pequenos e singelos a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal (...) A constituição do patriotismo como pretexto, e a conseqüente adoração pelo escritor do papel didático de quem contribuiu para a coletividade, deve ter favorecido a legibilidade das obras. Tornar-se legível pelo conformismo aos padrões correntes; exprimir os anseios de todos, dar testemunho sobre o país; exprimir ou reproduzir sua realidade.

Antonio Candido

É que, contrariando as polarizações fáceis dos manuais, não só o Simbolismo estava longe de ser uma corrente predominante em 1894 (na verdade jamais chegaria a sê-lo) como, ainda, e talvez por isso mesmo, havia um anti-Simbolismo ao lado do Simbolismo.

Wilson Martins

O artigo nº 38 do Programa de Instalação da Padaria Espiritual dizia que: “A Padaria terá correspondentes em todas as capitais dos países civilizados, escolhendo-se para isso literatos de primeira água.” ( “Programa de Instalação”. *O Pão*, Fortaleza , n.º 2, 30 de outubro de 1892). Apesar dos padeiros serem firmes em seus propósitos e procurarem cumprir fielmente o Programa, houve alguns artigos, como era natural em se tratando da sua amplitude, que não puderam ser cumpridos, como é o caso do 38. A idéia de ter correspondentes em todos os países, segundo eles “civilizados”, no caso europeus, não foi posta em prática efetivamente. A única tentativa de contato ocorreu com Portugal, como é descrito por Adolfo Caminha num trabalho incluído nas *Cartas Literárias*, em que conta como veio fazer parte da *Padaria Espiritual*, e como se deu a instalação do grêmio:

Aos tantos de maio de 1892, foram ao escritório do Diário, jornal em que eu trabalhava, dois rapazes (lembra-me bem que um deles trazia pince-nez) convidar-me para fundar uma sociedade literária, cujo nome fosse Padaria Espiritual.

- Qual o programa? Inquiri depois de estranhar o título.
- Isso veremos. A primeira sessão preparatória realizar-se-á no Café Java, ali na praça do Ferreira... Você está designado para escrever uma carta a Guerra Junqueiro.
- Como uma carta a Guerra Junqueiro?
- O Sales vai se dirigir a Ramalho Ortigão, o Tibúrcio a Eça de Queiroz, o Lopes Filho a Antônio Nobre. A você, coube-lhe Guerra Junqueiro.
- Mas... expliquem-se!
- Não é nada: uma ousadia, um escândalo, o que você quiser! Trate de fazer a correspondência para ser lida no “forno”. Ri-me, embaraçado, com um ar tolo.

- Que devo escrever, então?
- Fale ao Guerra sobre a Padaria e diga-lhe que queremos um exemplar da Morte de D. João, outro da Musa em férias, outro da Velhice... enfim, um exemplar de cada obra dele para nossa futura biblioteca. Uma coisa assim...

Todos nós tínhamos entusiasmo pela gloriosa constelação portuguesa; recolhemo-nos para meditar frases a Eça, ao Nobre, ao Ramalho, ao Guerra Junqueiro...

Reunimo-nos à porta do Café Java, um quiosquezinho de madeira, cujo proprietário, bom homem, pernóstico e folgazão, habituava-se àquelas ingênuas conferências ao ar livre.

No dia marcado, ali pelas sete da noite, inaugurou-se publicamente a Padaria. Antônio Sales desenrolou o Programa, que fez rir muito a burguesia curiosa, e leu a carta a Ramalho Ortigão, verdadeira Carta de Holanda, no estilo fresco e sadio do autor de John Bull.

Tocou-me a vez de ler a carta ao poeta da Velhice... Falei nas águas históricas do Douro e do Tejo; evoquei o passado, as grandezas da Índia, a batalha de Aljubarrota; gabei os alexandrinos da Morte de D. João e da Seca do Ceará; lembrei “a moleirinha branca, toc, toc, toc...”, o “castanheiro morto”, e... deram-me palmas!

Só depois, em outra reunião, foram lidas as correspondências ao Nobre e ao Eça.

Estava, enfim, criada a Padaria Espiritual, essa padaria de que hoje se fala até na Rua do Ouvidor e a quem o Sr. Afonso Celso dedicou seu livro *Um invejado*. (CAMINHA, 1999, p. 127-9)

Através do depoimento do autor de *A Normalista*, nota-se o espírito de originalidade e de independência que movia a Padaria Espiritual, bem como seu grande interesse pelos literatos portugueses. Fica também evidenciada a familiaridade dos escritores cearenses com a obra de Guerra Junqueiro, inclusive o livro simbolista *Os Simples*, no qual se encontram os poemas “Préstimo fúnebre”, que faz referência ao castanheiro morto, e “A moleirinha”. Outro dado importante é o fato de Lopes Filho haver-se encarregado de escrever a Antônio Nobre, poeta português que exercerá poderosa influência sobre seus livros.

A Padaria, inicialmente, não alcançou os correspondentes portugueses que tanto almejava. Entretanto, ao longo do tempo, conseguiu contato com dois eminentes literatos portugueses, Joaquim de Araújo e Abel Botelho. Ao contrário dos seus confrades, que não tomaram conhecimento das cartas dos padeiros, os dois literatos tornaram-se colaboradores e consócios da agremiação em Portugal, além de enriquecerem a biblioteca dos padeiros com vários de seus livros.

Outro dado importante que intensifica a relação Portugal/Brasil foi o intercâmbio realizado entre o jornal *O Pão* e várias revistas portuguesas como *Revista de Hoje* (dirigida por Júlio e Raul Brandão), *Revista Portuguesa* (sob direção de Joaquim Araújo), *A Madrugada* (dirigida por Oscar Leal), *Mala da Europa* (do Conselheiro Thomaz Ribeiro) e *A Arte* (revista artística do Porto). Havia no jornal uma seção intitulada “Imprensa literária”, que informava os leitores sobre jornais e revistas (nacionais e internacionais) da época, como é o caso das revistas lusas. Mas não se deve esquecer que, como informa uma pequena nota inicial encontrada no primeiro número da seção, só eram dadas informações sobre revistas que tinham seus números enviados aos padeiros que, por conseguinte, também lhes remetiam *O Pão*. O intercâmbio realizado entre o jornal cearense

e as revistas portuguesas, incontestavelmente, foi muito proveitoso, pois além de manter os leitores informados sobre os assuntos discutidos em Portugal, também servia como um veículo de propagação do jornal da agremiação no Velho Mundo.

Além da “Imprensa Literária”, o jornal *O Pão* também apresentava outras seções como é o caso da “Bibliografia”, “Arquivo”, “A nossa correspondência”, nas quais foram publicados alguns artigos sobre literatos portugueses, como é o caso de Eça de Queirós, Antero de Quental, Joaquim de Araújo, Abel Botelho e Oscar Leal.

O crítico e memorialista Pedro Nava, ao fazer referência à Padaria Espiritual em seu livro *Baú de ossos*, apresenta a seguinte observação:

Interessante é o fato da Padaria Espiritual só ter procurado contato estrangeiro com o velho Portugal... Um grupo revolucionário e entretanto ainda tão preso, umbilicalmente, à metrópole, como a nossa Arcádia Mineira. (NAVA, 1972, p.89)

Portugal é exaltado constantemente pelos padeiros. Em alguns momentos, nota-se que os valores portugueses, principalmente os artísticos, são extremamente exaltados pelos escritores da agremiação. Estes não vêem Portugal como uma ameaça à cultura nacional, exemplo da França e Inglaterra, considerados os responsáveis pela imposição do sistema capitalista e, por consequência, do modo de vida burguês que aumentou as diferenças sociais na província, mas como uma nação amiga, com a qual poderiam dialogar, trocar experiências. Daí as exaltações e louvores entre os correspondentes portugueses e os padeiros.

Falando sobre este momento, diz Antonio Candido: “Todo o nosso século XIX, apesar da imitação francesa e inglesa, depende literariamente de Portugal, através de onde recebíamos não raro o exemplo e o tom da referida imitação.” (CANDIDO, 1985,

p.111). Prova disso é o fato da decisiva contribuição dada ao Simbolismo cearense vir de Antônio Nobre, mais especificamente de seu livro *Só*. Talvez cause estranheza o fato do livro de Nobre ter sido publicado em 1892 e logo no mesmo ano ou, quando muito, no ano seguinte, ter influenciado os poetas cearenses, quando o movimento do sul do país, tomando vulto por volta de 1891, demoraria a alcançar a Província, que já encontraria praticando a nova estética.

Mesmo falando apenas da influência do livro de Nobre, sem levar em conta que a fundação da escola em Portugal data de 1890, com os *Oaristos*, de Eugênio de Castro, deve-se lembrar que, já ao tempo da Academia Francesa, ainda na década de 70 do século XIX, os jovens positivistas do grêmio, como Rocha Lima, Araripe Júnior, dentre outros, liam os filósofos europeus ao mesmo tempo em que estes eram lidos e discutidos em diversos pontos do país, bem como na Europa.

Falando justamente desse fenômeno, Afrânio Coutinho, com base em informações do Barão de Studart e de Raimundo Girão, alude ao intenso intercâmbio entre o Ceará e o Velho Mundo, no século XIX, por ser mais fácil o contato com a Europa do que com o resto do Brasil. O que resultaria em novidades oriundas do velho continente, como afirma o estudioso:

De modo que o Ceará, de há muito, estava aberto à influência européia, pois atrás das utilidades vinham os livros e as idéias de fonte francesa e inglesa, direta e indiretamente. (COUTINHO, 1976, p.128)

A partir de 1850, assim como ocorre com outros estados brasileiros, como é o caso do Rio, a província cearense entra num processo de modernização: difusão do ensino, construção de estradas de ferro, chegada do telégrafo, bem como o estabelecimento

da navegação direta e freqüente com os mercados europeus, o que favorecia os contatos literários.

Referindo-se ao livro *Só*, de Antônio Nobre, diz Adolfo Caminha (1867-1897), em suas *Cartas literárias*:

O único volume do *Só*, que aparecera misteriosamente na província, andava de mão em mão, era lido e relido, e entrava-nos pela alma como uma onda quente de vida nova. O *Só* era nossa bíblia, o nosso encanto, o nosso livro amado. (CAMINHA, 1999, p.131)

Em *O Pão* n.º 26 de 15 de outubro de 1895, todo dedicado à memória de Lívio Barreto, há um artigo de Artur Teófilo em que, ao render homenagens ao padeiro simbolista, descreve uma noite em que juntos leram o livro *Só*, de Nobre:

Eu não conheci ninguém que tivesse como o Lívio, em tão elevado grau, o talento de assimilação e da Forma; uma noite estivemos lendo o *Só* do Antônio Nobre e no dia seguinte mandou-me ele um soneto, de uma concepção estranha e de uma forma torturada e vesga, moldado pelo escopo do decadismo e perfeitamente semelhante aos versos do poeta português. (Lívio Barreto. *O Pão*, n.º 26, 15 de outubro de 1895, p.2)

A influência do livro *Só*, de Antônio Nobre, publicado em 1892, ano de fundação da Padaria Espiritual, irá pesar mais do que qualquer outra, mesmo a do livro de Junqueiro, no caráter simbolista dos padeiros Lopes Filho e Lívio Barreto. Esses poetas surgiram no Ceará, nos primeiros anos da década de 1890, ou seja, começaram a escrever e a publicar suas produções, dentro do cânone da nova estética, antes mesmo de tomar conhecimento do movimento no Sul ou na Capital do país. O livro de Lopes Filho é anterior à obra que inicia oficialmente a poesia simbolista brasileira, uma vez que os

*Broquéis* foram publicados em 28 de agosto e os *Fantos* já estavam à venda desde o dia 24 de julho de 1893, como afirma Sânzio de Azevedo (1982). Contudo, a importância maior do livro de Lopes Filho não é essa, visto que já existiam outros livros simbolistas no Brasil antes dos *Broqueis*. Sua importância é a de haver fundado o Simbolismo cearense, cuja influência veio diretamente de Portugal, mais precisamente da leitura do livro *Só*, de Antônio Nobre.

A literatura portuguesa sempre teve profunda repercussão entre os poetas, seja através do Romantismo, do Realismo, Parnasianismo e, principalmente, do Simbolismo como é o caso de Guerra Junqueiro d'*Os Simples* e inegavelmente Antônio Nobre, cujo livro *Só* teve, segundo o depoimento de Adolfo Caminha, profunda repercussão entre os poetas, daí advindo certamente o tom romântico e certa irregularidade formal de alguns passos da poesia de Lopes Filho e sobretudo a de Lívio Barreto. Quanto a Cabral de Alencar e Tibúrcio de Freitas, outros dois poetas, seu Simbolismo viria mais tarde, o primeiro ainda no Ceará, consolidando-se no Rio de Janeiro, e o segundo, somente sob o influxo do grupo de Cruz e Sousa, de que fez parte.

Uma leitura dos contos de Cabral de Alencar, publicados em *O Pão*, não deixa dúvida de que ele já segue a corrente simbolista, antes do seu ingresso no grupo da revista *Rosa-Cruz*, no Rio de Janeiro. É forçoso reconhecer, portanto, que seu nome deva figurar ao lado dos de Lopes Filho e Lívio Barreto, escritores simbolistas da primeira fase da agremiação da *Padaria Espiritual*, herdeiros do movimento lusitano, pois desconheciam a produção dos simbolistas brasileiros. A prosa simbolista de Cabral de Alencar, diferente da dos dois outros poetas, parece ter sofrido influência de Cruz e Sousa, e nem poderia ser diferente, já que pertence à segunda fase da agremiação cearense, época em que os escritores simbolistas brasileiros já haviam publicado suas obras.

#### 4.1 LOPES FILHO

No dia 6 de novembro de 1892, o periódico *O Pão* estampava em suas colunas o primeiro poema da série “Musa nefelibata”, assinada por Anatólio Gerval, pseudônimo de Lopes Filho<sup>1</sup>, ou “nome de guerra” da *Padaria Espiritual*. Tais poemas seriam posteriormente incluídos nos *Fantos*. Eis o primeiro:

Argonauta, onde está teu ideal tesouro,  
A nova Colchida – esse encantado País,  
Onde teu gênio vai numa galera de ouro  
Tendo por mareantes Colombos juvenis?

Ilha de ouro e coral, de pássaros contentes,  
Onde cantam mil ninfas em festivo coro.  
E ao luar rios gemem ais cavos e dolentes  
Beijando a escada branca a algum castelo mouro.

Terra que vejo em sonho desde criancinha,  
Pra onde ala-se-me o pensamento – essa andorinha  
Q’anda buscando eternamente a primavera

Terra do ideal, oh’ meu Novo-Mundo sonhado!  
Abre-me o seio, ouve ao ente desesperado  
Ao doido, ao sonhador, ao filho da Quimera.

(Musa nefelibata. *O Pão*, n.º 3, 6 de novembro de 1892, p. 6)

Datado de 1892, o soneto em questão, um alexandrino em que os quartetos e os tercetos rimam segundo o esquema ababcaca/dde/ffe, apresenta traços decadentistas

---

<sup>1</sup> Nasceu em Fortaleza no dia 07 de abril de 1868 e faleceu em 19 de julho de 1900. Pertenceu ao *Centro Literário* e trabalhou na Alfândega e na Estrada de Ferro de Baturité. Publicou *Fantos* em 1893.

como, por exemplo, o seu sonho de Nirvana, que veio tanto influenciar a mundividência simbolista, através da filosofia de Schopenhauer: a busca de um paraíso que se opõe à vida neste mundo que, para a concepção decadentista, é triste e ingrata. O Nirvana irá surgir em vários poetas ligados à corrente, como Medeiros e Albuquerque, Cruz e Sousa e Augusto dos Anjos. Ainda como característica simbolista, deve-se ressaltar a absolutização de palavras por meio de iniciais maiúsculas: “Colchida”, “Colombos”, “Novo-Mundo” e “Quimera”, assim como a presença do vocabulário religioso “rezemos nossa prece” e a rima “astros/rastros”, clichê durante o movimento.

Araripe Júnior, crítico predominantemente realista, foi um dos poucos na sua época a refletir sobre a corrente simbolista. Descrevendo o modo como este crítico leu a corrente novista, Luiz Roberto Cairo registrou:

De início, via o movimento com bastante preconceito, encarando-o como uma manifestação chauvinista, incapaz de transcender as fronteiras parisienses. À medida que foi tendo maior contato com o novo cânone, este preconceito foi sendo amainado pela forte atração despertada pelas idéias de alguns de seus seguidores que, entretanto, nunca o levaram a assumir a postura de crítico simbolista. (CAIRO, 1996, p. 187)

Num interessante ensaio sobre o simbolismo, Araripe Júnior refere-se ao fato de Lopes Filho ser cristão, e acredita que nisto está o fato de ser ele um pouco moderado perante os exageros decadentistas: “Lopes Filho, que é um cristão, não pensa uma só vez em suicídio, nem por instantes a sua poesia verte amargores. Se a poesia nessa criança é uma doença, é com certeza uma doença atenuada” (ARARIPE JUNIOR, 1963, p. 152). Em seguida complementa:

[...] a sua tristeza, resultante da percepção da contingência humana, não se engolfa nesse terrível Nirvana schopenhaueriano, que tem envenenado tantas naturezas de eleiões; o Nirvana dos *Fantos* dilui-se na saudade da infância, dos prazeres inocentes da vida campestre, dos retiros amenos, das alegrias da família e da pureza dos sentimentos primitivos. (ARARIPE JUNIOR, 1963, p. 152)

Para Araripe Júnior, a poesia de Lopes Filho não apresenta o Nirvana Schopenhaueriano, pois o Nirvana dos *Fantos* “dilui-se na saudade”, nos prazeres campestres. Todavia, pelo menos no soneto em causa isso não acontece: a evasão que se patenteia aqui é para outro mundo, como fica claro na segunda estrofe: “Ilha de ouro e coral...”, “Onde cantam ninfas”, “Ao luar rios gemem”. A fuga não é para o passado e nem para qualquer região da terra, e sim para um ambiente ideal, uma abstração que representa possivelmente o Nirvana Búdico. Em consonância com o pensamento Schopenhaueriano, para o qual a arte é a única redenção do homem, o poeta parece apelar para a arte como libertação do mundo real, em busca do transcendentalismo.

O outro tipo de evasão a que se referiu Araripe Júnior, a busca da infância perdida, apresenta-se em alguns passos da poesia de Lopes filho, como em “O Passado”, dedicado aos seus pais:

O Passado! eis o Campo-Santo aonde  
Nosso espírito vai, de vez em quando,  
Beijar a cinza fria em que se esconde  
A ilusão que nos vai abandonando;

Aquilo que fugiu, que não responde  
Ao nosso apelo ansiado e miserando;  
Toda a lembrança que a distância esconde  
E que nos deixa o coração chorando...

Sonho... miragem... paraíso inculto...  
Templo do nosso religioso culto...  
Arca de Noé da última ilusão...

Ama-te o velho, adora-te a criança,  
 Pois és o bem que nunca mais se alcança  
 És a imagem mais fiel do coração!

(O passado. *O Pão*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p. 5)

Precipitação desastrosa da vida, “taedium vitae”, angústia do tempo, são temas que podem ser encontrados no soneto em questão, de 1894. O passado, no qual está subtendida a infância “adora-te a criança”, é a época bela da vida.. Além da evasão rumo ao passado, ao mundo da infância, há também a presença de termos do vocabulário religioso: “Campo-Santo”, “Templo do nosso religioso culto”, “Arca de Noé”. Uma presença não só do vocabulário, mas da própria religiosidade, encontrar-se no soneto “Ante um quadro’, de 1895 e dedicado a Rodolfo Teófilo:

As mãos erguidas para o céu levanta  
 Em beatificação religiosa;  
 De seus lábios a prece sacro-santa  
 Sobe do céu à esfera luminosa...

Não sei que graça simples e bondosa  
 Quem a contempla experimenta-tanta,  
 Que nos sugere a Mater Dolorosa  
 Essa imagem puríssima de santa.

Prece? suspiro do íntimo arrancado?  
 O que paira em seu lábio? O ansiado  
 Ideal da Carne, que alma humana agita?

Tudo resume a mística figura...  
 A crença nela com certeza habita,  
 E nela o amor habita por ventura!...

(Ante um quadro. *O Pão*, n.º 24, 15 de setembro de 1895, p. 7)

Repudiando aquilo que é concreto, material, o artista simbolista apela para o oposto, isto é, para a espiritualidade que, em muitos casos, culmina na crença religiosa. No poema em questão, nota-se a presença da fé religiosa na figura mística que é descrita. Tal figura é identificada com uma santa, o que resulta em uma divinização da mulher. A contingência física pouco importa: em vez da mulher-matéria, interessa a mulher-espírito. Assim se explica a ausência total de erotismo, mesmo subjacente à espiritualização. Essa divinização da mulher opera-se em moldes não-clássicos, ou melhor, desdenha os padrões mitográficos e pagãos vigentes durante a Antiguidade greco-latina ou a Renascença. Ao contrário, a mulher é elaborada em moldes medievais, mediante os quais se despoja de sua relatividade carnal e aparece diante do poeta como puro espírito, e espírito participante do plano das transcendências cristãs.

No poema “Boas-Noites”, mais precisamente na primeira estrofe, também ocorre essa divinização da mulher:

Todas as noites; vou te ver, querida,  
Ó santa, ver te ver todas as noites...  
Só nessas almeçadas – Boas-noites!  
Hoje consiste a minha negra vida!

(Boas-noites. *O Pão*, n.º 33, 15 de setembro de 1896, p. 2)

Faltou a Lopes Filho racionalizar o sentimento e o objeto, a mulher, para torná-los universais à maneira dos clássicos. Ele transcendentaliza e essencializa a mulher amada quando a vê como símbolo da mulher, mas a sua tendência meramente especulativa, contemplativa, impediu-o de chegar a uma plena universalização do objeto amado. Por isso, ao encarná-lo numa santa, apenas lhe confere o tributo de plenitude espiritual válido

no contexto católico. Assim, quando muito, a mulher universaliza-se somente dentro dos padrões de sua crença.

Em alguns de seus poemas, Lopes Filho apresenta a mulher como uma divindade, mas existem outros, como “Stephana Aliane”, em que a mulher assume uma postura exorbitante, carnal, lasciva:

Às vezes vejo essa gentil Senhora.  
O seu lábio vermelho, e o azul profundo  
Do seu olhar, onde a volúpia mora...  
- Não há mulher mais linda neste Mundo!

Seu riso, suas frases são picantes  
Com um estilete que entra até o cabo  
No coração dos míseros amantes:  
- Tanta volúpia só possui o Diabo!

Flor de mulher! A estranha criatura,  
A branca e formosíssima Aliane  
Tem n'alma as trevas duma noite escura!  
- Seu todo exprime: Mundo, Diabo e Carne!

(Stephana Aliane. *O Pão*, n.º 29, 1 de dezembro de 1895, p. 5)

As características apontadas “lábio vermelho”, “azul profundo do seu olhar”, “frases picantes”, “branca e formosíssima”, denunciam uma mulher carnal, desejável no plano existencial. Além disso, a menção ao olhar voluptuoso e a tendência a ter amantes levam a crer que, além de carnal, a mulher descrita é uma criatura lasciva e dada aos prazeres da carne, o que a difere, e muito, das mulheres divinizadas. Na figura da mulher também se encontra a presença do satanismo, tema típico das obras simbolistas: “Tanta volúpia só possui o diabo”, “tem n'alma as trevas duma noite escura !”, “Seu todo exprime: Mundo, Diabo e Carne!”. No que se refere à parte formal, o poema, composto predominantemente em decassílabos, apresenta regularidade métrica, requisito constante

na maioria dos textos simbolistas, mas não é um soneto, como ocorre com a maior parte da produção de Lopes Filho.

Os seguidores da escola simbolista, que sempre primaram pela condensação de idéias, qualquer assunto deveria caber em um soneto. De acordo com o princípio de que a Arte não tem por intuito nobilitar, dignificar ou pedagogizar, o que para os seguidores do movimento era obrigação das escolas e pedagogos, o artista decadente procura ser breve, sintético, sem descrições ou explicações.

Isso resulta do fato de que a literatura decadente supõe tudo conhecido por parte dos seus receptores (elite intelectual); sendo assim, dá apenas uma impressão do objeto por meio dos símbolos, evocando idéias com maior intensidade pela comparação. Quanto às razões para essa concisão, deve-se ressaltar que ela constitui uma tendência muito acentuada do espírito moderno. Para os críticos decadentistas, dos quais se pode ressaltar Anatole Baju, com a marcha vertiginosa dos tempos modernos há uma necessidade de se fazer muito em pouco tempo. Ninguém pode mais ler os longos romances de aventuras com descrições infundáveis. Segundo eles, os escritores devem ser breves, condensar as idéias, estreitando-as dentro de um soneto.

Além dos poemas simbolistas publicados em *O Pão*, dos quais boa parte encontra-se nos *Fantos*, Lopes Filho também estampou nas colunas do jornal um poema romântico intitulado “Órfão”; duas pequenas trovas, ambas datadas de 1895; dois poemas dedicados respectivamente à memória de Xavier de Castro – padeiro que morreu em maio de 1895 e teve em sua homenagem todo o número 17 – e Pardal Mallet; e um poema humorístico intitulado “Mais um”. Este último, publicado na seção “Recados” de *O Pão* n.º 12, sobre o poderio de Antônio Sales, pois Lopes Filho já não era mais padeiro, demonstra um veio humorístico do autor, que crítica a produção poética de um dos colaboradores do

jornal *A República*, nomeado R. B. G. S. Abaixo, o texto e também a nota inicial escrita por Antônio Sales:

A propósito de R. B. G. S., poeta que publica diariamente na *Tribuna do Povo d'A República* uma embiricica (sic) de sonetos, enviou-me o meu colega Anatólio o seguinte espirituoso soneto:

#### MAIS UM

Mais um poeta: - o R. B. G. S.,  
Que apareceu depois do carnaval,  
Tangendo a lira de maneira tal,  
Que, quem o ler, de certo se ensurdece.

É fogo o poeta e é marcial  
O modo com que fala, pois parece  
Trazer em rimas variada messe  
De mil conceitos, e etc. e tal...

Fala do amor, do céu, do ar, dos mares,  
Dos seus achaques, de íntimos pezares,  
Numa auto-biografia nua e pública.

Si o bardo não se cobre de lauréis  
É ótimo freguês para “A República”.  
Pois deixa por soneto 2\$000.

(Recados. *O Pão*, n.º 12, 15 de março de 1895, p. 5)

Na mesma página em que Antônio Sales publicou esse soneto humorístico, aparece um outro poema do escritor simbolista com pinceladas do seu pessimismo, na medida em que ele se compara a um mendigo: “D’ele, fugindo sempre a Caridade, / De mim, sempre fugindo um coração!”.

Lopes Filho foi realmente um padeiro simbolista e embora mais tarde fizesse ataques aos chamados nefelibatas ao fazer um comentário elogioso ao livro *Mármore*s, de Francisca Júlia, a verdade é que sua poesia jamais se libertaria totalmente do

subjetivismo da corrente. E, mesmo que ele se tivesse afastado da estética simbolista, ainda assim o *Fantos* aí estaria para provar a sua participação na manifestação surgida no Ceará.

## 4.2 LÍVIO BARRETO

O livro *Dolentes*, de Lívio Barreto<sup>2</sup>, obra de caráter simbolista, da qual fazem parte muito dos poemas publicados em *O Pão*, é considerado por muitos o livro máximo do Simbolismo cearense. Apesar de sua importância e mesmo de seu valor literário, a produção de Lívio Barreto, segundo Sânzio de Azevedo (1982), peca, até certo ponto, pela falta de unidade estilística, pois ao lado de poemas tipicamente simbolistas, existem outros de matiz romântico e ainda outros que apresentam o descritivismo parnasiano.

O poema “Náufrago!”, publicado em *O Pão*, em junho de 1892, é um exemplo de produção romântica, como pode ser visto nas duas estrofes abaixo:

Eis-me náufrago e só, triste, cansado,  
 Meditativo absorto!  
 Meu coração no peito angustiado  
 Precisa de carinho e conforto!

.....

Eis-me náufrago e só! Oh! minha irmã,

---

<sup>2</sup> Nasceu em Iboaçú (Ceará), no dia 18 de fevereiro de 1870 e veio a falecer em Camocim no dia 29 de setembro de 1895. Seu livro *Dolentes* foi publicado em 1897 pela *Padaria*.

Meu derradeiro altar imaculado!  
 Choro por ti à luz dessa manhã;  
 E o pranto quente, doloso, brando  
 É o mar que da alma me rebenta quando  
 O coração estorce-se magoado!

(Náufrago. *O Pão*, n.º 1, 10 de julho de 1892, p. 4)

Já o poema “Ester”, também pertencente ao ano de 1892, apresenta notas do descritivismo parnasiano que veio da influência de Gonçalves Crespo, e que seria responsável por uma das vertentes do Parnasianismo brasileiro:

Pela janela aberta a aragem fria  
 Entra trazendo o aroma das rosas.  
 E o sol, abrindo as pálpebras reais,  
 Setas e setas d’ouro fosco envia.

No entanto, Esther, a pálida Judia  
 Sob as brancas cortinas virginais  
 Sonha com as claras noites orientais,  
 Cheias de luz e de melancolia.

Úmido o lábio, trêmulo, rosado  
 Suplica um beijo... O seio delicado  
 Arfa de leve entre os albetes folhos...

Sonha e sorri, os cílios apertando,  
 - Negras franjas de seda resguardando  
 As duas negras pérolas dos olhos.

(Ester. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p. 2)

Lívio Barreto apresenta poemas com características românticas e parnasianas, porém há uma predominância do Simbolismo em toda sua produção. O soneto “Lágrimas”, pertencente ao n.º22 de *O Pão*, de 15 de agosto de 1895, é considerado por

Rodrigues de Carvalho a obra prima do poeta, sendo um dos mais bem acabados tecnicamente. Em tal poema, encontra-se o puro matiz simbolista:

Lágrimas tristes, lágrimas doridas,  
Podem rolar desconsoladamente!  
Vindes da ruína dolosa e ardente  
Das minhas torres de luar vestidas.

Órfãs trementes, órfãs desvalidas,  
Não tenho um seio carinhoso e quente,  
- Frouxel de ninho, cálix recendente,  
Onde abrigar-vos, pérolas sentidas.

Vindes da noite, vindes da amargura,  
Desabrochastes sobre a dura frágua  
Do coração, ao sol da desventura!

Vindes de um seio, vindes de uma mágoa  
E não achastes uma urna pura  
Para abrigar-vos frias gotas d'água!

(Lágrimas. *O Pão*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p. 3)

A atmosfera subjetiva que permeia o poema é tipicamente simbolista, assim como a referência à ruína, resultado da precipitação desastrosa da vida. Em geral, o poeta simbolista concebe o mundo, em particular a vida, como um palco de dores contínuas. Essa desalentada visão da existência, de certo modo, coincide com a filosofia de Schopenhauer, na medida em que esta, negando a vida real, prima pelo culto de paraísos artificiais.

Além da musicalidade típica da estética simbolista, o poema também apresenta certas figuras de linguagem muito recorrentes durante o movimento, como é o caso da anáfora, presente no primeiro verso de cada estrofe: “Lágrimas tristes, lágrimas doridas”; “Órfãs trementes, órfãs desvalidas”; “Vindes da noite, vindes da amargura”; “Vindes de um seio, vindes de uma mágoa”.

No que se refere à parte formal, o requinte do soneto, muito elogiado por Rodrigues de Carvalho, proíbe qualquer pessoa dizer que o autor desconhecia a lei do verso. Essa preocupação formal por parte dos simbolistas resulta do fato destes não se libertarem completamente da preocupação parnasiana da forma lapidada, a começar pelo culto que renderam ao soneto. Longe estiveram, porém, de se render ao formalismo por si próprio e acabaram por atribuir-lhe características novas, a fim de adaptá-lo aos propósitos que desejavam realizar, como é o caso da musicalidade e da desarticulação da rigidez alexandrina. O fato dos simbolistas desarticularem de vários modos o alexandrino, faz cair por terra a seguinte afirmação de Araripe Júnior:

[...] o decadismo nasceu de uma reação; mas essa reação, não encontrando dentro de si uma alma forte, uma conjunção poderosa com o mundo ambiente, foi obrigada a estreitar-se no alexandrino e a fechar-se em lojas franco-maçônicas. (ARARIPE JUNIOR, 1963, p. 145)

Os simbolistas não se estreitaram no “logos alexandrino”, muito pelo contrário, através da musicalidade e das mudanças que conferiram à rigidez alexandrina, livraram-se da consciência formalista que o Parnasianismo lhes oferecia e que, de certa forma, punha freio à sua ânsia de total libertação. Em “Lágrimas”, Lívio Barreto consegue adoçar a rigidez parnasiana através da leveza musical conferida principalmente pelas anáforas, ao mesmo tempo em que expressa seu sentimento de tristeza e dor perante o mundo.

Clima de dor ainda mais intenso, encontra-se em “Mal íntimo”, um soneto decassílabo de rimas enlaçadas nos quartetos e alternadas nos tercetos, que figurou nas páginas de *O Pão* de 1º de setembro de 1895:

Esta amargura funda, esta inclemência  
 Atra e brutal que me persegue, e mata,  
 Como um veneno, as flores cor de prata  
 Da minha entristecida adolescência;

Este ambiente de corrupta essência  
 Onde o Tédio os seus flóculos desata;  
 Este vento de dor que me arrebatava  
 Os sonhos de fulgor e transparência;

Toda esta amarga e triste decepção,  
 Esta da vida cética ironia,  
 Esta contínua e trágica aflição,

Este simoun (*sic*) do mal veio-me um dia,  
 Por não possuir teu peito um coração  
 Quando no meu um coração batia!

(Mal íntimo. *O Pão*, n.º 23, 1 de setembro de 1895, p. 3)

Apesar dos dois versos finais do último quarteto reunirem mais características românticas que simbolistas, o poema possui um clima decadentista com essa “amargura funda”, essa “inclemência atra e brutal”, essa “corrupta essência”, esse “Tédio” com letra maiúscula e esse “vento de dor”.

Em “Doente”, um soneto em versos alexandrinos publicado nas colunas de *O Pão* em 1893, assim como em “Mal íntimo”, também há algumas pinceladas românticas. Em alguns trechos, ocorre a morbidez e a tragicidade típicas dos escritores da segunda geração romântica:

Dores, angústia, insônia, ansiedade, frio!...  
 E é meio dia, ó sol, ó mocidade exausta!  
 Tal como o vento arranca ao lago um arpejo,  
 Arranca o acaso o pranto à tua estrela infausta!

Luar dos mortos, morto ao frio como o gelo,

Ó lágrima do sol suspensa da amplidão!  
 Eu te abomino, luar! Meu Deus, custa-me vê-lo  
 Como um círio a pingar cera sobre o caixão!

(Doente. *O Pão* n.º 15, 1 de maio de 1895, p. 4)

Não se deve esquecer, todavia, a herança que o chamado Ultra-romantismo logrou aos simbolistas, isto é, a feição mórbida e fúnebre que vai eclodir no decadentismo. No trecho disposto acima, a morbidez e o tom fúnebre vêm acompanhados pelo fascínio de um luar trágico. Essa atmosfera doentia, notas do puro decadentismo, lembra as flores baudelairianas, assim como a menção ao luar leva a uma reflexão sobre o fascínio exercido pelo astro da noite sobre os poetas simbolistas, como é o caso de Antônio Nobre que escreveu “Da influência da lua”.

Outro ponto que chama a atenção no poema é a presença da morte, “morto ao frio como o gelo”, “Meu Deus, custa-me vê-lo”, vista como meio de transfiguração. Ao lado do tema da morte, encontra-se o delírio, explícito nas seguintes estrofes:

Ó fantasmas! Visões, horror das horas mestras,  
 Tenho-vos ódio, ó vis quimeras dos doentes!  
 Eu não vos quero aos pés de mim sombras funestas.  
 Quero lábios a rir risos bons, estridentes!

E a febre e angústia aumentam! Eu a tremer de frio!  
 Frio d’alma que esmaia aos repelões da Dor...  
 Ó névoas, entreabre vosso capuz sombrio  
 Deixai que eu goze ainda a mocidade e o amor!

(Doente. *O Pão* n.º 15, 1 de maio de 1895, p. 4)

Penumbrismo mais contido e suave que o existente em “Doente”, vamos encontrar em “Sombra e luar”, de 1894:

Ai, santa! quantos pesares!  
Ai, anjo! quanta amargura!

(E a sombra baila nos ares  
E a lua cisma na altura)

Se te amo? Pergunta à lua  
Pergunta à noite que desce.

(E o luar ao céu flutua  
E a sombra desaparece)

Se sofro? Interroga o mar  
D'água que os olhos me ensombra!

(E a sombra cobre o luar  
E o luar chora na sombra.)

Vês o vento?... Arranca a flor,  
Deflora-a ... A magoa é o vento...

(O luar é resplendor  
Do Deus-menino, ao relento.)

Crês? Eu creio... A noite sonha  
Minh'alma com o teu olhar...

(Já não há sombra que ponha  
Prantos na face do luar)

Minh'alma abraça-se à tua...  
E a onda abraçando a espuma!

(Os anjos bailam na lua  
E a sombra chora na bruma...)

Cismas?... Camélia gelada,  
Tua fronte empalidece...

(A lua, - hóstia sagrada  
Eleva a sombra uma prece)

Amas?... Vê: meu coração  
Procura um seio... Tem pena!

(Semelha o luar na amplidão  
O cálice de uma açucena.)

Mas tu não falas, senhora?!...  
Se tu amasses, talvez...  
Em minh' alma brilha a aurora  
Nas chagas que a dor lhe fez!...  
E o meu amor vive e chora  
Por ti! Que importa, não vês!...

Pelo frio azul afora  
Vai o luar... que palidez!

Sombra e luar vão-se embora...  
Só fica a tua mudez!...

(Sombra e luar. *O Pão*, n.º 16, 15 de maio de 1895, p. 2)

Além do penumbrismo e da amargura existentes no poema, deve-se ressaltar o uso do vocabulário litúrgico, típico da corrente: "Deus-menino", "hóstia sagrada", "prece", "cálice" e "chagas". A estruturação do poema é diversa dos vistos até aqui, na medida em que é intercalado ao texto poético principal um outro secundário que fica entre parêntese, resultando em uma construção dialógica. O texto secundário parece manter-se em um segundo plano, podendo, numa declamação, ficar a cargo de um coro.

Em "Sombra e luar", a lua é novamente mencionada por Lívio Barreto. Como em Nobre, este astro exercia extraordinário fascínio sobre o padeiro, e assim é que ela, dotada de um halo místico, aparece em vários de seus poemas, "Lágrimas", "Ao luar", "Dolentes" e outros mais, inclusive "O sono do coração". Este último, não incluído em os *Dolentes* e datado de 1893, foi publicado em *O Pão* n.º30, de 15 de dezembro de 1895:

Silêncio na rua. Que longa tristeza  
Paira no ar frio e pesado:  
Oh, lua de Junho, que incutes tristeza  
Como um castelo abandonado;

Como a visão de um mal passado,  
Como uma vela ao dia acesa!

Nas telhas das casas distantes, cintilas  
Pólen de prata do infinito!  
Oh, lua de Junho, das tuas pupilas,  
Silenciosa, sem um grito  
Deixas rolar o pranto aflito  
Em ondas claras e tranqüilas.

O vento tardio da noite murmura  
No campanário abandonado.  
Oh, lua de Junho, tão triste tão pura  
No teu roupão auri-lavrado,  
E's como um cravo desbrochado  
No azul monótono da altura.

As aves noturnas, piando, na Igreja  
Roçam co'as asas nos altares.  
Oh, lua de Junho, no alto sobeja  
A luz que a deixas, pelos ares,  
Em flocos, ir cair nos mares  
Onde as espumas têm inveja.

Naquela janela sonhando ao relento  
Deixei ficar meu coração,  
Oh, lua de Junho, zombando do vento  
Cantando a mística canção  
Do seu amor, cheia de unção  
E de pesar como, como um lamento!

De tarde, que ainda não era o sol posto  
Fui deixar n'essa janela  
Oh, lua de Junho, vieste, e no posto  
Como uma boa sentinela  
Achaste-o ainda, que hora aquela!  
Inda a velar ao frio exposto.

Faz frio. Que importa que gele a neblina  
Quando se dorme e sonha e esquece?  
Oh, lua de Junho, si a morto fulmina,  
O sono as dores adormece!  
Oh, coração, dorme...  
Parece  
Que uma mulher o afaga e nina!

(O sono do coração. *O Pão*, n.º 31, 15 de agosto de 1896, p. 7)

A mistura de versos de oito e de onze sílabas confere ao poema uma impressionante musicalidade que, aliada ao fascínio lunar, já mencionado, e à repetição, em todas as instâncias, da interjeição “Oh, lua de Junho”, contribui para a beleza dessa composição e para sua magia encantatória. As rimas seguem o padrão ababba, sendo que na primeira estrofe há uma repetição curiosa do vocábulo “tristeza” no 1.º e 3.º verso. Essa repetição, de certa forma, serve para destacar a tristeza oriunda da lua “Oh, lua de Junho, que incutes tristeza”.

Os traços simbolistas desse poema, que nada fica a dever aos outros que figuraram em os *Dolentes*, podem ser detectados na ambientação decadentista formada pelo “ar frio, e pesado”, os cintilantes “Pólen de prata do infinito!”, “o vento murmurante”, “As aves noturnas, piando, na Igreja / Roçando co’as asas nos altares” somada à tristeza que resulta do aparecimento da “lua de Junho”, comparada a um cravo que, aos poucos, vai desabrochando “no azul monótono da altura”.

Embora fosse um poeta de notas melancólicas, amarguradas e, em muitos casos, fúnebre, Lívio Barreto vez por outra abandonava a tristeza e a penumbra para compor páginas alegres, como é o caso de alguns versos humorísticos publicados em *O Pão* n.º5. Antes dos versos, aparece uma nota intitulada “Um pote de doce” através da qual os padeiros informam que Lucas Bizarro, pseudônimo de Lívio Barreto, estando exilado em Granja, resolveu enviar, “pelo último vapor”, um doce de caju acompanhado de trovas tão doces que, segundo ele, farão com que os “padeiros” pensem que ele mandou “um punhado de cajus rimados e um pote de versos em calda de açúcar”. Em tal poema, em que Lívio Barreto cita seus companheiros de agremiação pelos nomes de guerra, isto é, pelos

pseudônimos: “Tupiniquim” (Jovino Guedes), “Moacir” (Antônio Sales), “Jaguar” (Tibúrcio de Freitas), “Estouro” (Álvaro Martins) “Sátiro” (Sabino Batista), “Felix Guanabarino” (Adolfo Caminha), “Sarazat” (Henrique Jorge), “Correggio” (Luís Sá), há referências a várias questões e fatos que nortearam a vida da agremiação: a crítica ao burguês; o tom brincalhão de muitos textos publicados por Jovino Guedes e Álvaro Martins; o dom musical de Henrique Jorge e seu violino, figuras indispensáveis nas “fornadas”; as pinturas de Luís Sá; os folguedos “foguete” e a “bomba”, animadores das festas organizadas pelos padeiros; e as crônicas apimentadas de Adolfo Caminha que causaram tantas polêmicas dentro e fora do grêmio.

## I

Desse potinho de barro  
Vão o miolo comendo,  
Qual se estivesse mordendo  
O próprio Lucas Bizarro.

Tupiniquim que presida  
E o Moacir que reparta  
De forma que fiques farta  
Vossa pança... *cajúcida*.

O glorioso Jaguar  
E o terramotal Estouro,  
Cubram com pilhérias doiro  
A nudez do meu *jantar*.

Que trocem a burguesia  
O Satiro e o Frivolino,  
E dê *ondias* de harmonia  
O Sarazat no violino.

O bom e grave Correggio  
Não seja de tinta avaro:

Pinte um medonho ignaro  
Com ar do professor régio....

Eu lembro que tomem nota  
Para que haja o que agrada:  
- O foguete de anedota  
E a bomba de gargalhada.

E para que isso saia  
Que passe do riso ao choro  
Chamem um que faça coro  
Com o Paulo Kandalaskaia.

Ó Felix Guanabarino,  
Para que tu não me escapes,  
Traça uma crônica a lápis  
Desse banquete genuíno.

## II

Vamos, come-me esse doce  
Gulosa, sofregante!  
Modestíssimo presente  
Dum padeiro que lembrou-se

Dessa boêmia alegria,  
Desse aconchego divino  
Que fazem da Padaria  
O nosso Bairro Latino.

Pois creio que até Jesus  
De tédio cansado e morno  
Às vezes desce da Cruz  
E vai flunar pelo Forno...

Concluo. Não me agradeçam  
Por quem são não se incomodem  
Vá! as pilhérias que desçam  
E os cumprimentos que rodem!

Que eu em nome da Alegria,  
Dos alvos risos guerreiros  
Lego o meu doce aos Padeiros,  
E o meu pote à Padaria...

(Um pote de doce. *O Pão*, n.º 5, 24 de dezembro de 1892, p. 7)

O livro *Dolentes*, de Lívio Barreto, do qual fazem parte muitos dos poemas publicados nas colunas de *O Pão*, foi editado postumamente, em 1897, pela *Padaria Espiritual*, tendo como prefácio um texto do padeiro Valdomiro Cavalcante. Assim como o n.º 17 de *O Pão* fora dedicado à memória de Xavier de Castro, o n.º 26, de 15 de outubro de 1895, é povoado de textos em prosa e verso, falando de Lívio Barreto que morrera em Camocim, no dia 29 de setembro. Merece destaque especial, dentre esses textos, uma página escrita por Artur Teófilo, seu amigo de infância, página que seria transcrita, na íntegra, no prefácio que Valdomiro Cavalcante escreveu para os *Dolentes*.

O padeiro Lívio Barreto morreu cedo, em 29 de setembro de 1895, sendo assim seu livro reúne produções de apenas quatro anos, escritas entre 1892 e 1895. Apesar de ter produzido seus poemas em tão pouco tempo, o que resultou apenas em um livro, ainda que póstumo, Lívio Barreto foi um dos maiores poetas de seu tempo no Ceará. Referindo-se ao padeiro, diz Wilson Martins, em sua *História da inteligência brasileira*: “A expansão simbolista havia alcançado o norte do país, com as *Dolentes*, de Lívio Barreto (1870 – 1895), publicadas postumamente em 1897. Será, como já se disse, “o livro máximo do Simbolismo cearense”. (MARTINS, 1978, p.7)

#### 4.3 CABRAL DE ALENCAR

Andrade Muricy, tratando de Cabral de Alencar<sup>3</sup> na obra *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, diz que o padreiro entrou para o movimento simbolista quando passou a fazer parte, no Rio, da revista *Rosa-Cruz* (1901-1904). Afirma ele:

No seu último ano de faculdade, no Rio, tomou parte no movimento simbolista, ligado ao grupo de Saturnino de Meireles, Maurício Jubim, Castro Meneses, C. Tavares Bastos, Gonçalo Jácome, Carlos D. Fernandes e Pereira da Silva. Colaborou, então, na revista *Rosa-Cruz*, dirigida por Saturnino de Meireles. (MURICY, 1987, p.104)

Segundo Sânzio de Azevedo (1983), a sua participação na revista carioca é de 1901, devendo ser este o último ano do seu curso, pois defendeu tese de doutoramento na Faculdade de Medicina em 1902. Os traços simbolistas em seus textos, entretanto, já vêm desde a *Padaria Espiritual*, em específico da segunda fase, uma vez que entrou para o grêmio no fim do ano de 1894. Transferindo-se para a Bahia em abril de 1895, ainda publicou seus contos até o último número do jornal. No número 7, Cabral de Alencar publica o conto “A neurose do Cláudio”:

Seu riso, riso galvanizado numa expressão voltaireana, duma dolência quente e desoladora de aragem tropical, nevrótico, cintilante como um brandir de punhal, desenhando sobre a cor de seus lábios cóleras e sarcasmos, evolvendo-se subtilmente como uma quintessência de tormento, traduzia ironicamente a luta do seu ser contra a natureza e contra a humanidade, deixava entrever a sua sombria existência, iluminada pela aurora boreal de um amor que ia melodiosamente morrendo como um canto de cisne.

---

<sup>3</sup> Nasceu em Baturité, (CE), em 14 de fevereiro de 1877, vindo a falecer no Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 1915. Em Fortaleza, fez parte *Padaria Espiritual*. Em abril de 1895 viajou para a Bahia, indo depois para o Rio de Janeiro, onde se formaria em medicina em 1901. Publicou apenas um livro, *Aspectos da guerra européia* (1915). Colaborou, também no Rio, na revista *Rosa-Cruz*. Ficou inédito seu livro *Mas...*

Novos amores nasciam e outros que emigraram, que tinham ido, voltavam ao seu coração, em busca do recolhimento de outra hora.

Ah! Seus amores... Seus amores tinham o ascético dos monges medievais; repelidos pelo Impossível e pela dúvida da aventura sonhada, esfarrapados de ilusões, lívidos como peregrinos exaustos, viviam encerrados numa resignação claustal, entregues a místicas adorações, torturados por um anseio infinito de aniquilamento búdico. (A neurose de Cláudio. In: *O Pão*, n.º 7, 1 de janeiro de 1895, p. 3)

Neste conto, o narrador onisciente vai descrevendo o mundo de devaneios e fantasias que vive a personagem Cláudio que luta contra a natureza e contra a humanidade, impregnado de um sentimentalismo que lhe envenena a alma. Tal sentimentalismo o faz sonhar com paixões eróticas em lugares longínquos, em aposentos luxuosos de mulheres belas e ardentes. Algumas vezes, Cláudio se transporta para frias regiões de neve e lagos, regiões de “luares pálidos”. Outras vezes vai para paisagens escandinavas, onde realizava grandes cenas de amor com mulheres exóticas. Porém, quando se despede dessas fantasiosas aventuras, quando abandona esses fugitivos sonhos e retorna à realidade, é violentado por ela e passa a sentir-se como se houvesse sofrido uma “queda sobre um monte de ruínas”. Cláudio tem dificuldades para viver no mundo real, objetivista. Esse mundo o leva a negar uma postura racional, substituindo-a por um desejo de transcendência, só alcançado através de um mundo metafísico, místico, inconsciente, como é o seu.

A “neurose”, o “riso galvanizado” que “cintila como o brandir de um punhal”, o “Impossível” ( com letra maiúscula), as “místicas adorações” e sobretudo o “aniquilamento búdico” remetem claramente para o Decadentismo e para o Simbolismo, assim como o vocabulário exótico e sonoro.

No número 11, aparece “Mística”, um conto publicado no jornal da agremiação quando Cabral de Alencar viaja para a Bahia. Na seção “Carteira”, os padeiros informam sobre a partida do escritor, que é chamado de “o autor da Mística”:

Embarcou no dia 11 do corrente para a Bahia, onde vai continuar seus estudos este nosso talentoso consócio, um dos mais brilhantes talentos da moderna geração literária do Ceará. Boa viagem e muitos louros desejamos ao autor da “Mística”. (Carteira. *O Pão*, n.º 14, 15 de abril de 1895, p. 6)

No temperamento da estranha personagem de que se ocupa o conto “Mística”, havia “a languidez deslumbradora e ardente do meio dia”. Sua alma era “como uma balada oriental diluída numa nostalgia do crepúsculo”. E mais:

Sensual e nervosa o seu organismo franzino escravizado pela veemência brutal de seus nervos desequilibrados, tinha vibrações de lâmina eletrizada.

A histeria rugia nele como uma leoa fulva, sedenta, num deserto africano.

Vagavam no seu sangue ânsias rubras, anelantes de sensações desconhecidas.

Percebia-se no seu semblante pálido, doentio a revolta da carne torturada, a assolação dos jejuns e das penitências.

Por entre as sombras violáceas do misticismo, se desdobravam na sua existência, as asas lívidas de um afeto espiritual aconchegando resignações para um amor que morava ignorado, desiludido em seu ser.

Visitavam-na religiosos êxtases em que ela via escancarar-se uma porta colossal de ouro e o céu lhe aparecer resplandecente, infinito, forrado de cristal e de diamante, mobiliado de astros, povoado de cânticos de visões translúcidas a voar, cortinado de sóis, e no meio de uma nuvem, oureolado de anjos, S. Luiz Gonzaga, o santo de sua adoração sorrindo... (Mística. *O Pão*, n.º11, 1 de março de 1895, p.4)

Utilizando-se de uma linguagem totalmente metafórica e um vocabulário exótico, esse conto faz uma descrição extravagante e mística de uma mulher devorada por devaneios e desejos alucinantes. O narrador vai penetrando nos seus devaneios para poder descrevê-los e assim o leitor tem acesso a um mundo totalmente conturbado, onde as coisas mais estranhas acontecem. A vida é apresentada através de uma concepção mística, na tentativa de procurar um afastamento da realidade, uma transfiguração do real. Desse modo, a personagem foi apresentada em um momento incomum, e se tentou, para escrever o texto, selecionar elementos que contribuíssem para a fantasia ou que apresentassem a essência em vez da realidade.

No que se refere à linguagem, o vocabulário é rebuscado e as sinestésias são marcantes, “sonoridades trêmulas”, “sonolência do ar veludoso”. Além disso, há uma absolutização das palavras, isto é, o uso de letras maiúsculas no início das palavras “Histeria”, “Homem”, “Virgem”, típica dos textos simbolistas. Não há evidentemente necessidade de assinalar todas as características simbolistas deste texto, onde se tem a presença do misticismo, da desintegração espiritual e mental (neurose) e da morbidez, e em que só o clima doentio já é responsável pela presença decadentista.

Morbidez decadentista ainda mais marcante encontra-se em “Lúcia”, publicado no n.º 14 do jornal dos padeiros. Neste texto, também de linguagem rebuscada e sinestésica, o narrador apaixonado descreve sua musa. Diferente das musas clássicas e românticas, apresentadas de uma forma angelical e platônica, a sua é sensual e fatal, pois tem “tragédia na sua beleza”.

O seu semblante e a suas ações são demoníacos, oriundos de um demônio feminino, sensual, hipnotizante, dominador e envenenador, que utiliza seus poderes para

escravizar seus amantes, no caso o narrador. E o nome Lúcia enfatiza ainda mais essa idéia de demônio, ser oriundo das trevas, na medida em que apresenta semelhanças com o nome Lúcifer, um dos nomes do demônio. Lúcia é uma figura sobrenatural, diferente de qualquer coisa que se possa encontrar no mundo real. É um misto de fatalidade, delírio, veneno, fantasia e alucinação:

Há tragédias nessa tua beleza.

Aureolaram-te faiscações fatais, recortadas de carícias vingativas, que, delineando invisivelmente traidoras tentações, me penetram, provocando-me estremecimentos, de anseios e de gozos, anseios que se estorcem açoutados pela neve implacável. Mortal de teu desdém supremo.

Dramatiza e mascara o teu semblante uma fascinação sombria, assassina, estranha que me sonambuliza, fazendo-me entrever numa transparência aveludada de mistérios, quintos atos de Romeu e Julieta, procissões de desespero, cenas de loucuras e de suicídios.

.....  
Sinto relâmpagos de febre e de alucinação, quando me atinge a linha de esplendor que o teu corpo traça no espaço ao caminhar.

Tens uma formosura irônica e imolada. Essa harmonia impecável, essa magnífica correção helênica de teus traços tiram-te alguma coisa de humano.

És bela e fatal.

Amo-te e odeio-te porque me fizeste amar-te. (Lúcia. *O Pão*, n.º 14, 15 de abril de 1895, p. 3)

Além dessas “faiscações fatais”, dessa “fascinação sombria”, dessa “correlação helênica”, dentre outras expressões que remetem claramente para o decadentismo, há a presença do verbo “sonambulizar”, formado, como vários outros presentes nas obras simbolistas, com a aposição do sufixo “izar” a um substantivo ou a um adjetivo. A criação de neologismos exóticos, de expressões inusitadas, resultantes do

interesse dos simbolistas em exprimir o até então inexprimível, tornou-se algo corriqueiro durante o movimento.

Outro conto interessante de Cabral de Alencar é “No campo”, onde há um predomínio de imagens neblinosas, diáfanas, em que a noção de vago e de mistério contracena com o branco e cognatos:

Manhã esfumada de vaporizações brancas, nevoenta como uma Fantasia alemã.  
 Uma névoa fina, delicada, como pulverização de neblina, alvejava as coisas, cortinava o campo.  
 Pela planície se desenrolavam brancuras que me faziam idealizar paisagens suíças. Cantava, triunfantemente, nas serranias, que se esbatiam, ao longe, uma diluição de azul e de neve. (No campo. *O Pão*, n.º 8, 15 de janeiro de 1895, p.2)

Tais imagens não carregam em si nenhum complexo de cor, como alguns críticos afirmavam. Muito ao contrário, traduzem o encontro e o emprego de uma das conquistas preferidas da estética simbolista em geral, o branco difuso nas atmosferas ao ar livre, coerente com as novidades contidas na pintura impressionista. A menção à cor branca e seus cognatos acabou por se fazer corriqueira durante o Simbolismo. Aliás, a cor branca constitui-se numa verdadeira obsessão para os seguidores da corrente, pois traduzia de modo preciso tudo quanto preconizavam como ideal de arte: a vaguidão, o mistério, a languidez, a espiritualidade, a pureza, o etéreo, o oculto.

Pelos temas, pelos personagens e principalmente pelos ambientes, os contos de Cabral de Alencar parecem sempre respirar uma atmosfera abstrata, alheia ao contexto sócio-cultural em que se desenvolveram. Essa característica não pertence somente à obra do padeiro, mas ao movimento simbolista em geral, pois ele não foi nacionalista, nem

nativista, como foi o Romantismo e mesmo o Parnasianismo em alguns de seus aspectos. Ao contrário, o exílio da realidade e o conseqüente culto de torres de marfins e de quimeras, são os principais temas da corrente, o que levou muitos críticos a considerarem o Simbolismo um movimento alienado, como foi o caso de vários textos críticos publicados pelos padeiros sobre a corrente novista.

Contudo, vale lembrar que toda estética literária contém uma dose de alienação que, de certa forma, a ausenta da realidade: o Romantismo com seu sentimentalismo exagerado, o Parnasianismo helênico e formalista ao extremo, o Realismo com sua exagerada visão mimética. Com mais razão seria o Simbolismo, sobretudo porque convivia com a exagerada visão fotográfica dos realistas, fruto da visão racionalista e cientificista, que fatalmente iria desencadear um movimento literário de sinal contrário: o exagero realista desencadeou o exagero irrealista dos simbolistas.

#### 4.4 TIBÚRCIO DE FREITAS

No primeiro volume da obra *Panorama do movimento simbolista brasileiro*, Andrade Muricy transcreve duas páginas que Tibúrcio de Freitas<sup>4</sup> publicou no jornal *Progresso*, de Itajaí (SC), em 1899, uma sobre o falecimento de Cruz e Sousa (18 de março) e outra intitulada “Impressionismos” (20 de maio), na qual há o seguinte trecho :

---

<sup>4</sup> Nasceu em Baturité (Ceará) e faleceu em 1918 no Rio de Janeiro. Sua produção literária é escassa.

Meu peito é um tabernáculo (*sic*) onde, com uma pureza religiosa, guardo, entre as tochas acesas de uma imortal afeição, a hóstia inviolável de minhas dedicações.

No meio deste deserto sem água da vida, sê para mim a palmeira simbólica, cuja sombra meu coração árabe errante e desolado, tão ansiosamente procura.

Vem. Eu te arrebaterei bem alto nas asas da minha paixão, guardar-te-ei, pelo afora dos tempos, incontaminada e impoluta na torre de marfim do meu amor soberano. (Apud MURICY, 1987 , p. 579)

É clara, neste fragmento, a presença da corrente simbolista. Basta atentar para a presença do vocábulo religioso “hóstia inviolável”, da desalentada visão da existência “no meio desse deserto sem água de vida”, da “torre de marfim”, vista como uma das maneiras de se isolar da mediocridade do mundo. Isso sem falar na divinização da mulher e na presença do amor platônico que os simbolistas herdaram dos românticos.

Em uma informação biográfica sobre Tibúrcio de Freitas, diz Andrade Muricy tratando da *Padaria Espiritual*: “Do grupo, acrescido de outros, três interferiram no movimento simbolista: Cabral de Alencar, Lívio Barreto e Tibúrcio de Freitas.” (MURICY, 1987 , p. 572). O crítico, além de ignorar a existência da produção poética simbolista de Lopes Filho, ainda considera Tibúrcio de Freitas um simbolista aos tempos da *Padaria Espiritual*. Todavia, na época em que participou da agremiação, ele não publicou nada que se possa aproximar da corrente simbolista. Suas publicações no jornal dos padeiros são raras.

Em *O Pão* n.3, utilizando seu pseudônimo Lúcio Jaguar, Tibúrcio de Freitas publicou dois textos. Um deles, “O Parque da Liberdade”, é uma crítica ao abandono em que se encontrava o logradouro público. O outro é um artigo que trata de uma obra naturalista, *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Em um certo momento de seu artigo, diz o

escritor: “A impressão deixada pela leitura do primeiro capítulo d’*A Normalista* na Padaria foi a melhor possível a favor do talento de Adolfo Caminha.” (*A Normalista. O Pão*, n.º 2, 30 de outubro de 1892, p. 5)

Além de não ter publicado nenhum texto com notas da corrente simbolista, o padeiro ainda elogia, neste artigo, uma obra naturalista cujos traços de objetividade e legibilidade do real são totalmente contrários ao ideal de arte, baseado na subjetividade e na transfiguração da realidade, defendido pelos simbolistas. Também conhecemos do padeiro algumas pequenas notas cheias de humor, com as quais se referiu aos aniversários de Sílvio Batalha e Frivolino Catavento. Nada há nos textos de Tibúrcio de Freitas que prenuncie o simbolista que viria mais tarde. Seu Simbolismo só teve lugar, e muito raramente, no Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1893.

## 5.5 OS ATAQUES À ESTÉTICA SIMBOLISTA

Como ficou demonstrado, foi nas colunas do jornal *O Pão*, onde ecleticamente conviviam diversas tendências estéticas, que os poetas Lopes Filho, autor de *Fantos* (1893), e Lívio Barreto, autor de *Dolentes* (1897), e o contista Cabral de Alencar, publicaram seus primeiros textos simbolistas. Entretanto, alguns padeiros atacam impiedosamente, também pelas colunas de *O Pão*, o Simbolismo nacional. Vale ressaltar que tal ação é uma resposta a ataques vindos de fora, mas a nova escola é que passa a ser alvo das censuras dos padeiros.

Antônio Sales, dentre todos os integrantes do grêmio, foi o que mais censurou a corrente simbolista. Diferente de José Carlos Júnior e Sabino Batista que ao defenderem a Padaria Espiritual dos ataques da revista *Tebaida*, órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro, acabaram por atacar o movimento como um todo, Sales já fazia, havia algum tempo, severas críticas à corrente novista. Em uma apreciação crítica da obra *Carícias*, de Garcia Redondo, publicada na seção “Bibliografia”, em meio aos comentários elogiosos à obra, surgem críticas gratuitas à estética simbolista. Afirma ele que “nos tempos que correm, assolados de pessimismo e de crua positividade”, ler um livro como *Carícias* “é passar horas de emoções dulcíssimas”, livrando o espírito da “leitura dos doentes produtos do espírito moderno”. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 13, 1 de abril de 1895, p. 5)

Apesar da referência ao positivismo, o verdadeiro alvo de suas críticas é o pessimismo, o teor decadentista das obras da época, oriundo do movimento simbolista. Para ele, o tédio e a “desesperança” são as notas dominantes das produções do momento. Depois afirma que: “Alguns abriram-se a um misticismo bizarro e refalsado, a esbravejar preces enquanto baixinho cochicham imprecações, como Verlaine, na sua vesga compunção de quem procura crer à viva força.” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 13, 1 de abril de 1895, p. 5)

Após a referência pejorativa e estereotipada à figura de Verlaine, o crítico afirma que as mudanças pelas quais passa a intelectualidade européia estão-se refletindo no Brasil, não deixando de salientar, entretanto, que os contextos são diferentes. Para ele, os intelectuais brasileiros começam a “macaquear” como se estivessem nas mesmas “desgraçadas condições psicológicas e sociais a que chegaram povos gastos pelo atrito de tantos anos de civilização crescente e devoradora” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 13, 1 de abril de 1895, p. 5). Considerando a literatura um reflexo do social, um documento que o revela, conclui que o contexto europeu em que se desenvolveu a literatura pessimista é diverso do

brasileiro que, desse modo, é inóspito para a corrente novista. Segundo ele, a estética decadentista, “a moléstia do século” que começa a minar a intelectualidade brasileira, não apareceu espontaneamente, assim como ocorreu na Europa, mas foi importada como se fosse um objeto da moda.

Alguns meses após a publicação do artigo citado anteriormente, Antônio Sales publica um texto intitulado “Uma agressão”, em que sai em defesa da Padaria Espiritual, que havia sido atacada por Alves de Faria, redator da revista carioca *Tebaida*, órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro. Alves de Faria, que já havia criticado vários escritores de todo o Brasil, inclusive outros cearenses, além de desvalorizar as *Trovas do Norte*, livro de Antônio Sales, também se refere depreciativamente à Padaria Espiritual, alegando que ela deveria ser banida ou esmagada. O mais curioso é que o caluniador colocou em um envelope uma cópia do artigo publicado nas páginas da *Tebaida* e a enviou a Antônio Sales.

Primeiramente, o padeiro diz que a carta que Alves de Faria lhe remeteu é um atestado do seu desequilíbrio mental, pois há muito tempo ele “não via tanta asneira junta”. Diz ele que “aquilo é uma maionese de sandice com molho verde de bílis”. Como o caluniador também havia censurado, no mesmo artigo, Olavo Bilac, Afonso Celso, Artur Azevedo, Carlos Dias e Coelho Neto, dentre outros, Antônio Sales comenta que “é um regalo a gente ser sovado em tão boa companhia!”. Em seguida, defendendo a sua agremiação, diz que:

Estes rapazes (padeiros) de quem s.s. fala tão desdenhosamente são artistas de finos nervos, tendo na Arte uma orientação segura e nítida, emoldurando a idéia simples e sã na estrofe ou no período singelo e claro, sem esses atavios supérfluos e requintados que alguns nevrotados inventaram com o fim de ocultar a compleição

raquítica das suas produções. (Uma agressão. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p. 2)

A afirmação do crítico é genérica demais, pois não corresponde aos estilos seguidos por todo o grupo, que não era tão homogêneo assim. Basta lembrar que Lopes Filho e Lívio Barreto, dois poetas indubitavelmente simbolistas, logo nos primeiros números do jornal do grêmio, já aparecem com seus poemas repletos de pessimismo e misticismo, cuja linguagem nada tinha de nitidez e muito menos de idéia “simples e sã”.

Ao interrogar sobre o que consistia a “estética literária dos nevrotados reformadores da Arte de escrever no Brasil”, responde o seguinte:

Nisto simplesmente: sobre um fundo de lirismo doentio e incongruente tecer composições de formas arrevesada, de vocabulário exótico e rebuscado, com grandes gastos de maiúsculas e tudo besuntado de um misticismo piegas e de um fatalismo incoerente. (Uma agressão. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p.2)

O “lirismo doentio e incongruente”, o “vocabulário exótico e rebuscado”, o “misticismo” e o “fatalismo incoerente” da estética simbolista, iam contra o ideal de arte defendido pelo crítico, cujas raízes eram calcadas na objetividade dos temas e na clareza da linguagem. No final do texto, conclui que a Padaria Espiritual não deve ser “banida” como afirma Alves de Faria, mas sim essa “igrejinha simbolista” (a *Tebaida*), “a bem do bom senso e do bom gosto”. Neste fragmento, ocorre uma referência à famosa Questão Coimbrã, polêmica travada entre românticos e realista, em Portugal, durante a segunda metade o século XIX. Os românticos, representados por Feliciano de Castilho, criticaram um grupo de jovens da Universidade de Coimbra, que defendiam novas idéias, diga-se, realistas. Antero de Quental, um desses jovens, rebate as críticas dos românticos com uma carta

aberta conhecida por *Bom Senso e Bom Gosto*. Essa polêmica só se definiria mais tarde com as Conferências do Cassino Lisbonense, proferidas por Antero de Quental, Eça de Queirós e outros. Tal acontecimento entrou para a história de Portugal com o nome de Questão Coimbrã e marca oficialmente o início do Realismo na Península Ibérica. Assim como os portugueses, os membros de *O Pão* e da *Tebaida* também realizaram inúmeras trocas de ofensas através de seus respectivos jornais.

Depois desse artigo, as críticas à nova corrente são constantes. É comum a existência de artigos que, em meio a discussões sobre os mais diversos assuntos, surjam comentários, diretos ou indiretos, à estética simbolista. Em um artigo publicado na seção “Recados”, cujo tema é a revista *Mala da Europa* n.º 52, que apresenta uma biografia de Adolfo Caminha, há novas referências à corrente simbolista. O autor da biografia, Magalhães Lima, referindo-se acidentalmente à Padaria Espiritual, da qual Adolfo Caminha fez parte, afirma que o grêmio está “numa época de decadência“. Defendendo a agremiação, Antônio Sales salienta que:

A Padaria Espiritual é ainda bastante jovem para já ter chegado à fase da decadência e, a despeito das perdas que tem sofrido por morte de alguns dos seus obreiros, continuará a trilhar corajosamente a senda que traçou no dia de sua fundação. (Recados. *O Pão*, n.º 31, 15 de agosto de 1895, p. 5)

No final do artigo, após apontar como era incongruente a afirmação de Magalhães Lima, Antônio Sales afirma o seguinte, fazendo nova crítica ao decadentismo:

Terminado este cavaco, aconselhamos Magalhães Lima a pôr-se em guarda contra esses boatos de decadência – originários talvez da cabeça de um decadista – casta de gente com a qual é preciso ter o

mesmo cuidado que se tem com os macacos e malucos. (Recados. *O Pão*, n.º 31, 15 de agosto de 1895, p. 5)

No penúltimo número de *O Pão*, o n.º 35, Antônio Sales, publica um artigo na seção “Bibliografia” sobre a obra *Giovannina*, de Afonso Celso, no qual faz novos comentários sobre a corrente novista. Referindo-se ao fato do autor classificá-la como “ensaio simbolista”, salienta que tal classificação “não explica coisa nenhuma”, pois para ele o Simbolismo é “um incidente mórbido da mentalidade deste fim do século”.

A seção “Carteira”, no mesmo número em que Antônio Sales responde às críticas de Alves de Faria, tratando de Carlos Dias, que teria também atacado a *Tebaida*, informa haver este pintado “a debandada que vai por aquele viveiro de gênios, do qual já se desligaram Cruz e Sousa, B. Lopes e outros” (Carteira. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p. 2). E, aludindo à união existente entre os padeiros, diz a seção: “Desunidos, eles não podem ver com bons olhos a união dos outros” (Carteira. *O Pão*, n.º 18, 15 de junho de 1895, p. 2). A mesma seção, no número seguinte, o 19, volta a falar da revista *Tebaida* que certamente continuava insultando a Padaria Espiritual. Diz ela: “[...] esses decadentistas de meia tigela sempre que discutem arrepanham(sic) sua túnica de romeiros e deixam ver o paletó sovado e gorduroso de capadóciós. ( Carteira. *O Pão*, n.º 19, 1 de julho de 1895, p.2)

Os ataques continuam no n.º 20, Bruno Jaci, isto é, José Carlos Júnior, publica um artigo muito expressivo intitulado “Com a Tebaida” respondendo às ofensas que um dos integrantes da revista *Tebaida* (órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro), cujo pseudônimo era “Pedro, o eremita”, lançara sobre a Padaria Espiritual. O padeiro inicia seu texto comentando que em um hospital “de doidos” na Inglaterra, estava sendo publicado um jornal redigido pelos próprios pacientes e quando recebeu o primeiro número do jornal

A *Tebaida*, descobriu que estava diante do mesmo tipo de jornal. Para ele, a única diferença existente entre ambos é que os redatores de um estão recolhidos em um hospício, enquanto que os do outro andam soltos. Depois diz que: “Excetuadas duas ou três composições em que na *Tebaida* há senso comum, o mais é tudo coisa de nefelibatas, simbolistas, estradeiros de Santiago, etc.” (Com a *Tebaida*. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p. 2)

Ao atacar os integrantes da *Tebaida* que haviam denegrido a imagem da Padaria Espiritual na imprensa carioca, o crítico acaba por insultar o movimento simbolista, na medida em que menciona, pejorativamente, os vocábulos “nefelibata”, “simbolista” e “estradeiros de santiago”. O alvo dos ataques passa a ser o movimento como um todo. A terminologia utilizada para referir-se ao movimento, estrutura-se através do emprego pejorativo de termos que têm um significado de provocação, de conotação moralista, sarcástica e pejorativa. O crítico, não se libertando dos clichês tão em voga no momento entre os ensaístas que se referiram ao Simbolismo, não consegue apreender as inovações da nova estética. Ao ler o movimento, fez uso dos clichês que a crítica da época tanto apresentava nas suas apreciações dedicadas às obras simbolistas.

O intenso uso de clichês, de estereótipos por parte de muitos dos críticos que se referiram à corrente novista talvez possa ser resultado do fato de que a promoção do Simbolismo na literatura brasileira ocorre através de uma inquietação cultural que inseriu notícias e informações divulgando as últimas transformações operadas na literatura européia ligadas ao esgotamento das tendências estéticas orientadas pela concepção cientificista do mundo. São informações nem sempre esclarecedoras sobre o movimento na França, obtidos através do acesso a revistas e jornais ou da leitura de algumas poucas obras que dificilmente poderiam permitir uma visão satisfatória das novas posições. Daí a

existência de clichês, de estereótipos, de informações genéricas nos textos críticos que comentavam a chegada da nova estética.

Discutindo o artigo em que a Padaria Espiritual é atacada pelo escritor da revista carioca, cujo título é “Bárbaros”, o crítico comenta que, desde o seu surgimento, a agremiação convive com os mais diversos tipos de ofensas, dos quais sempre se defende gloriosamente. E é por isso que o integrante da revista carioca deve tomar cuidado. Em seguida, afirma que faltam muitos requisitos ao redator da *Tebaida* para que ele possa derrotar a Padaria Espiritual.

Depois de apontar alguns erros de conteúdo encontrados no início do artigo, o crítico diz que o “Pedro” procura nos livros que critica “uma nova sensação”, algo original. Mas não consegue produzir uma sensação nova nem no seu próprio artigo, pois, em um certo momento, fala do tédio, que é “tão velho quanto o mundo”. Em seguida, passa a apontar, de uma maneira irônica e impiedosa, vários erros encontrados no artigo do redator da *Tebaida*: informações históricas sobre os povos bárbaros, sobre as praias e os ventos cearenses, dentre outros. José Carlos Júnior também não deixa de criticar o modo cômico e depreciativo com que o “Pedro” retratou a figura de Antônio Sales, usando “avental, cafurinha branca na cabeça, e empunhando uma pá”:

Errado o seu retrato. Decentemente vestidos e de flor no peito é que os da Padaria Espiritual se apresentam às suas sessões, que são quase sempre deliciosas soirées literárias e musicais, enriquecidas com a presença de senhoras elegantes, instruídas e espirituosas, ante as quais só uns porcalhões como esses da *Tebaida* ousariam se exhibir n’aqueles trajes. (Com a *Tebaida*. *O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p. 2)

Também responde uma crítica feita a Lopes Filho, dizendo:

Mais adiante diz ainda Pedro... malazarte que o Lopes Filho agarrou-se ao badalo colossal dos Fantos, e dobra-o e redobra-o ... Que Hércules, o Lopes Filho!... Dobrar e redobrar um badalo colossal! E por falar em dobrar o eremita vai dobrando o l de badalo, talvez no intuito de encompridar ainda mais o badalo do Lopes Filho. Sempre gostam assim de coisas compridas esses nefelibatas. (Com a *Tebaida. O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p.2)

Ao falar das novas sensações que “Pedro” almeja, como “ver as caretas do som”, menciona que os médicos alienistas acreditam que “é um fenômeno freqüente nos doidos a confusão na percepção dos sentidos – querer pegar a luz, ver o som, ouvir a lua...”. Ele ironiza as figuras sinestésicas empregadas pelos simbolistas, contrárias às imagens objetivas, tão em voga no momento, resultado da incessante busca dos realistas/naturalistas pela objetividade, imparcialidade na arte literária. Depois de responder mais algumas críticas, o ensaísta termina seu texto com uma apóstrofe que ficou famosa na província cearense, sendo comentada por vários intelectuais:

Houve duas Tebas na antiguidade célebres: uma, egípcia, na Tebaida, preferida dos anacoretas; outra grega na Beócia, de que era capital.  
É desta última sem dúvida que se originaram os jornalistas da Tebaida-papel.  
Beócios!... (Com a *Tebaida. O Pão*, n.º 20, 15 de julho de 1895, p.2)

Em *O Pão* n.º 25, há um artigo severo, intitulado “A Tebaida”, através do qual Sabino Batista também comenta as críticas feitas por Alves de Faria e “Pedro Celeste”, redatores da revista *Tebaida*, à Padaria Espiritual. Sabino Batista sai em defesa de seu grêmio, dizendo que:

Agridem-nos os malandros gratuita e virulentamente, e quando respondemos apontando-lhes os deploráveis erros em que caem a cada passo, replicam-nos com uns ares de mártires circunscritos à letra do Evangelho. Já é ser tartufos! (A Tebaida. *O Pão*, n.º 25, 1 de outubro de 1895, p.6)

Nem todos os escritores que publicavam seus textos na referida revista eram tidos como inimigos pelos padeiros. Sabino Batista afirma que é uma pena que bons escritores publiquem seus textos no mesmo jornal em que Alves de Faria. Em seguida diz que os padeiros poderiam tolerar os simbolistas da *Tebaida* se eles não “assumissem esses ares de privilegiados, de eleitos, de predestinados”(A Tebaida. *O Pão*, n.º 25, 1 de outubro de 1895, p.6). Segundo ele, os redatores da revista carioca nem ao menos conhecem a corrente, estão muito longe do movimento francês. Menosprezando Alves de Faria, diz que ele comenta *Pelerin Passioné*, de Jean Moréas, como se fosse uma novidade, sendo que esta obra, de 1893, já fazia um ano que pertencia à biblioteca da Padaria Espiritual, e um dos padeiros já traduzira alguns poemas da mesma, muito embora, afirma ele que “não rezemos pelo credo simbolista”. Sabino Batista, assim como Antônio Sales e José Carlos Júnior, deixa passar por despercebidas as notas simbolistas existentes na obra de Lopes Filho e Lívio Barreto, fiéis seguidores da corrente novista na província cearense. Isso talvez possa ser resultado do fato da corrente ainda não ser de todo conhecida não só na província, mas no país como um todo, ou por causa do simbolismo desses dois escritores, herdeiros da corrente portuguesa, ser diferente daqueles da maioria dos poetas brasileiros cuja influência é francesa.

Ainda sobre a falta de originalidade da “gente da *Tebaida*”, comenta que eles continuam a fazer “literatura personalística” ignorando que seu pretense pontífice, isto é,

Verlaine, já fez seu *Adièu á la litterature personnelle*. Em seguida, após afirmar que os integrantes da revista carioca conheciam muito pouco de Verlaine, apesar de mencionarem seu nome constantemente, diz o seguinte:

E é ignorando assim as ordens do dia dos seus chefes que os trôpegos soldados do decadismo no Brasil nos atordoam os ouvidos com o retintim de uma terminologia macabra obrigada a maiúsculas e arrumada com uma sintaxe de arrepiar os cabelos. (A Tebaida. *O Pão*, n.º 25, 01 de outubro de 1895, p.6)

Comentando a linguagem utilizada pelos simbolistas, apesar da exagerada visão caricatural e estereotipada com que o crítico a descreve, algo característico entre os críticos brasileiros que escreveram na época sobre a estética simbolista, ele consegue apreender suas características mais relevantes: o vocabulário, segundo ele “macabro”, que buscava trazer para a arte os estados mórbidos e pessimistas da alma humana, numa constante busca pela subjetividade, pelo transcendentalismo, em oposição à arte objetiva; a absolutização de palavras por meio de iniciais maiúsculas; e a estruturação de frases por meio de uma sintaxe invertida “de arrepiar os cabelos”, cuja função era criar uma arte menos acessível, menos legível. Para complicar ainda mais essa sintaxe e, por conseqüência, a linguagem, somam-se a ela as metáforas audazes, as sinestésias inusitadas e a utilização de um vocabulário exótico, muito inovador, diferente de tudo que existia até então.

Essas mudanças no nível da linguagem, que procuram distanciá-la da objetividade, são resultado do fato do Simbolismo, de origem européia, iniciar um movimento de construção de um discurso não representativo. Pode-se dizer que a linguagem simbolista nasceu da tomada de consciência dos limites, da impotência da

linguagem representativa. Ora, essa posição implicava, na sua origem, um conjunto de fatores que questionavam não só a possibilidade de reprodução realista que era patente na literatura brasileira da época, como do próprio real a ser reproduzido, visto, nessa ótica, como objeto carente de sentido e não apreensível racionalmente.

Entretanto, no contexto brasileiro, diferentemente do europeu, o momento procurava favorecer modelos de linguagem que estabelecessem a legibilidade do real (do nacional), modelos que reassegurassem uma linguagem estabelecida (ou melhor, que tentava estabelecer-se), e nunca uma vivência de crise desses modelos. Em outras palavras, existia no Brasil uma certa repressão em relação à obra de invenção, menos representativa, como era a simbolista, pois esta não respondia adequadamente à função que o modelo de linguagem legível e verossímil (romântica, realista/naturalista) vinha preenchendo em relação à formação de uma “visão do real” (do país) e de uma consciência do nacional. E Sabino Batista consegue captar isso, como mostra o seguinte trecho:

Ora, saibam os nossos verlaine-mirins que nós conhecemos o decadentismo, suas causas e seus efeitos – e sabemos também que ele não tem razão de existir em uma literatura embrionária como a nossa, que ainda não percorreu o ciclo de suas manifestações vitais, ao fim do qual terá de chegar, como a francesa, à decadência, à degenerescência, à fase mórbida e determinante da obra de Verlaine e outros. (A Tebaida. *O Pão*, n.º 25, 1 de outubro de 1895, p.6)

Os dados dispostos no fragmento tornam mais evidentes os obstáculos a serem transpostos na penetração do Simbolismo no Brasil, cujas limitações de aceitação e entendimento não ficam situados apenas no plano da limitação pessoal, mas do literário. O padreiro entende que o contexto literário brasileiro, diferente do europeu, não está preparado para abrigar um movimento como o simbolista. Afirma que a literatura brasileira está em

um ciclo diferente do da européia, pois enquanto esta procurava liberar a linguagem do seu compromisso reprodutivo, referencial, aquela, dominada pelos pressupostos naturalistas e positivistas, sentia a necessidade de buscar uma linguagem referencial que representasse a nossa realidade, necessária para a formação da consciência nacional.

Pode parecer estranho o fato de a Padaria Espiritual lançar tão terríveis ataques aos cultores da nova seita, tendo em seu seio pelo menos dois poetas indubitavelmente simbolistas: Lopes Filho e Lívio Barreto. E parece mais estranho ainda a inclusão, no n.º 22 de *O Pão*, de um texto em que o próprio Lopes Filho, autor do primeiro livro simbolista cearense, justamente ao elogiar os *Mármore*s, de Francisca Júlia – um dos raros frutos do verdadeiro parnasianismo no Brasil – faz censura aos simbolistas do Sul do país. Depois de exaltar na jovem escritora os seus “versos corretos”, diz o poeta dos *Fantos*:

Cruz e Sousa e outros, ultimamente, no Rio de Janeiro, têm-se constituído os arautos do decadismo; mas em quase todos esses moços – excetuando B. Lopes, Afonso Guimarães e Emílio de Meneses – reina a mais bem acabada vocação artística para... para copiarem servilmente os novos de Portugal e França. ( *Mármore*s. *O Pão*, n.º 22, 15 de agosto de 1895, p. 4)

Deve-se advertir, entretanto, que já iam bem longe os tempos em que, sem conhecimento do que faziam os primeiros simbolistas do Paraná ou do Rio de Janeiro, Lopes Filho compunha os versos de seu livro ao influxo do Simbolismo português. Com o tempo, o padeiro foi, aos poucos, fugindo da ortodoxia da escola, apesar de nunca ter perdido os tons crepusculares do Simbolismo ou o pessimismo do Decadentismo. Junta-se

a isso o fato do Pedro, da *Tebaida*, havê-lo atacado, a ele e a seu livro, o *Fantos*, duramente, como se pode ver no fragmento abaixo:

A Padaria Espiritual e o Centro do mesmo nome são fábricas de rosas colossais, manejadas no grande forno do espírito Cearense pela pá do Sr. Antônio Sales, um padeiro de avental e cafurinha branca na cabeça, muito suado pelo calor do seu talento, enquanto o Sr. Lopes Filho agarra-se ao badalo colossal dos *Fantos* e dobra-o e redobra-o pavorosamente, de tal modo que o som se espalha pelo Norte até a extrema latitude setentrional do Brasil e desce Sul abaixo até as fronteiras com o Rio da Prata, como se fosse um Quasímodo das Letras, disforme, anguloso, corcunda, endemasiado (*sic*), cheio da grimace fantástica do Som. (Apud CAROLLO, 1981, p. 397)

Tudo isso leva a crer que os seguidores da mesma corrente estética não se entendiam muito bem, o que aliás não é de se estranhar entre literatos. No final dessa série de artigos em que há referência ao Simbolismo, conclui-se que os padeiros não aceitaram a manifestação decadentista no Brasil, que preferiram considerar uma estética decadente e um objeto da moda francesa. A polêmica com Alves de Faria, redator da *Tebaida*, apesar do tom anacrônico e da situação das idéias no nível puramente pessoal, foi o movimento simbolista que acabou, no final, sendo o alvo das críticas. O artificialismo, tomado como verdadeira cosmovisão anti-naturalista, o gosto pelas imagens indefinidas e vagas, a linguagem poética que rejeitava a objetividade, iam totalmente contra as bases artísticas da maioria dos padeiros, escritores e críticos de formação realista e defensores da arte parnasiana. Os padeiros eram formados sob o princípio da unidade como índice de organização estética da obra e sob o princípio de arte como imitação, como cópia da realidade. Prova disso é um artigo que Antônio Sales publicou em *O Pão* sobre Edmond de Goncourt, no qual procura definir o que seria o efeito na arte:

O efeito é o escopo raramente atingido na Arte. Que de esforços depende às vezes o artista para produzir na página, na tela, no mármore ou na pauta, a frase, o traço, o contorno ou a nota que produz esse arrepió, essa surpresa, esse choque que se experimenta quando a obra de Arte nos dá a impressão exata e forte da **verdade**<sup>5</sup>! (Edmond de Goncourt. *O Pãó*, n.º 32, 31 de agosto de 1896, p.2)

De acordo com esse tipo de visão artística, o texto literário aparece como fruto de uma relação direta e explícita com o referente, o que leva os leitores a considerarem, portanto, como significativa a leitura que correspondia a determinados modelos de veracidade, de representação da realidade e não aquela encarada como produção criativa da linguagem. Tais colocações ficam ainda mais explícitas com a leitura da apreciação feita por Rodolfo Teófilo sobre *A Normalista*, de Adolfo Caminha. Dominado pelas teorias naturalistas, Teófilo critica a falta de fidelidade ao real na caracterização dos ambientes e dos personagens, e alguns erros científicos que, segundo ele, existem no romance de Caminha. Inicia seus ensaios dizendo que Caminha, cujo romance deveria ser baseado nos moldes do naturalismo moderno, desprezou os conselhos de Balzac, pois foi infiel ao descrever a realidade local, ferindo a veracidade da obra:

Um casebre de porta e janela na rua do Trilho, coberto de fungem (sic) e com um piano na sala de visitas! O pincel do Sr. Caminha foi infiel logo no primeiro traço. Como historiador de costumes sacrificara a verdade a arranjos dramáticos e romanescos. O instrumento de música era-lhe necessário lá para uma passagem do romance e pô-lo na sala de um pobre amanuense, retirante e que nos diz viver mal a custa de seus setenta e cinco mil reis mensais! (*A Normalista. O Pãó*, Fortaleza, n.º 19, 1 de junho de 1895, p. 3)

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

A fidelidade ao real, defendida pelo ensaísta, era uma das principais características dos textos realistas/naturalistas, considerados cópias da realidade. Para Émile Zola (1967), um dos principais representantes do Naturalismo, o compromisso do escritor era resgatar a verdade, fotografando a realidade com todas as suas minúcias.

Um outro sinal de falta de veracidade na obra, que, segundo Teófilo, seria resultado do sacrifício da verdade em prol do amor ao romanesco, diz respeito aos personagens:

Mendonça assiste ao aniquilamento de sua fortuna pastoril, luta no sertão até estrebuchar a última ré; perde tudo, e depois imigra para Fortaleza com a família, não a pé, confundindo-se com os famintos no préstito da fome, mas todos montados e com os alforjes cheios de carne salgada e farinha.

Onde há naturalidade de tal fato? Emigrar em fins de Dezembro de 1877 a cavalo e com provisões de boca!! (A Normalista. *O Pão*, Fortaleza, n.º 19, 1 de junho de 1895, p. 3)

Para ele, seria mais natural que Mendonça lutasse pela salvação de seus bens até perder a carne do corpo e a paz do espírito, como fazem os cearenses. E, depois, desiludido e sem mais recursos, emigrasse, como seus conterrâneos, a pé, com a trouxa na cabeça e sem alimentos. Referindo-se a uma outra personagem, Maria do Carmo (a normalista), o ensaísta afirma que não há naturalidade na sua caracterização, pois é incrível que uma moça inteligente e apaixonada por um rapaz bonito, com o qual tem encontros diários, deixe-se levar por um velho bêbado e nojento, e, além de tudo, seu pai de criação, que acaba por violentá-la sexualmente:

Maria do Carmo, como uma palerma, bestificada, uma negação completa de suas qualidades psíquicas, tão bem desenvolvidas, no meio de uma luta tremenda em que sua honra corre o mais sério risco, estupidamente, fecha as pálpebras pesadas de sono, respira com calma, numa espécie de inconsciência muda, como hipnotizada (...). (A Normalista. *O Pão*, Fortaleza, n.º 19, 1 de junho de 1895, p. 3)

Rodolfo Teófilo acredita que falta a Caminha “penetração e faro de romancista”. Acrescenta ele que o autor de *A Normalista* não estuda os tipos e não os descreve com uma visão nítida e verdadeira. Ele não fotografa, com “aquela precisão de escritor psicológico, as personagens no momento real da vida com seus verdadeiros tons”. Tais considerações fazem lembrar das seguintes palavras de Zola sobre a personagem do romance: “O grande cuidado é pôr de pé criaturas vivas, a representar diante dos leitores a comédia da vida com a maior naturalidade possível”. (ZOLA, 1967, p. 134)

Em um artigo sobre o livro *Prismas*, de Rodrigues de Carvalho, Antônio Sales, depois de apontar os problemas de metrificação, as rimas pobres, a pobreza de vocabulário, faz as seguintes considerações sobre as imagens, as expressões e os conceitos:

Entrando neste terreno, notamos logo aqui e acolá lamentável falta de clareza nas expressões, imperfeições de imagens, e nebulosidade imperscrutável de conceitos, assim como uma falta de conexão entre as partes da mesma estrofe e a de seqüência entre as estrofes da mesma poesia. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 36, 31 de outubro de 1896, p. 6)

Os seus comentários sobre esses três aspectos da obra de Rodrigues de Carvalho são calcados nas teorias parnasianas de impassibilidade na arte, de descrição nítida, objetiva da realidade, contrárias ao subjetivismo romântico, que os seguidores da corrente compartilhavam com os realistas da época. Veja o seguinte trecho: “Luto cor de

rosa e palmeiras azuis... Em que estranho país se darão estas aberrações do colorido? Ou está o poeta sofrendo de daltonismo?” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 36, 31 de outubro de 1896, p. 6). O crítico zomba do realismo impressionista que resulta das imagens subjetivas utilizadas pelo poeta. Nesse momento de sua carreira poética, primando, acima de tudo, pelas imagens objetivas e nítidas, era natural que Antônio Sales condenasse a falta de referencialidade das imagens de Rodrigues de Carvalho. Não é à toa que ele interroga sobre a localização do “estranho” país onde existe “luto cor de rosa” e “palmeiras azuis”. Em um certo momento, diz ele: “Estranha serpente, que se enrosca na chama e em vez de se extinguir chiando como carne assada se extingue em canto de sereia!” (Bibliografia. *O Pão*, n.º 36, 31 de outubro de 1896, p. 6) Tal comentário, nada mais é do que uma outra crítica às imagens subjetivas, anti-representativas utilizadas pelo poeta, igual a inúmeras outras que serão citadas durante o artigo. No final da apreciação, há algumas referências ao Simbolismo, chamado pejorativamente de “nefelibatismo”:

Numa nota explicativa em prosa diz o poeta haver – destroços sobre a gula glauca(sic) das ondas! Bem se vê que andam aqui veleidades nefelibatas. (...) Há em uma nota explicativa uma safira eterizante(sic), também cheirando a nefelibatismo, e umas sombras lunares arvoradas em eterno dilema dos telescópios. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 36, 31 de outubro de 1896, p. 6)

Diferentemente, quando se tratavam de comentários sobre o movimento naturalista, as considerações de Antônio Sales eram laudatórias. Em um artigo publicado na seção “Bibliografia” sobre a obra *Giovannina*, de Afonso Celso, diz o padeiro:

Está ainda por se criar a escola que há de substituir o Naturalismo e talvez que nem se crie, porque a Arte, perfeitamente emancipada,

venha a ser feita de hoje em diante à imagem e semelhança de cada temperamento e de acordo com as influências do meio em que se produzir. (Bibliografia. *O Pãõ*, n.º , 35 de outubro de 1896, p. 8)

Essa preocupação com a veracidade do texto literário por parte dos padeiros está relacionada ao conceito da época, que se ligava à concepção extraída de Taine, segundo o qual a literatura era um “produto” da vida social – da moral, da raça, do meio geográfico, da religião, da vida econômica e social – e, portanto, devia ser lida como um documento que a revelava. A leitura de um texto de outro crítico da época, Araripe Júnior, não deixa dúvida quanto a esse fato, como pode ser constatado no fragmento a seguir:

Como era inevitável, dada essa insurreição do espírito dispersivo de seitas e filosofias, a literatura apropriou-se logo delas, refletindo com todas as cambiantes da imaginação os mais arrojados paradoxos e transformando em sensações todos os aspectos fisiológicos e teratológicos dessas diversas correntes mentais. (ARARIPE JUNIOR, 1963, p. 144)

Falando do surgimento do Simbolismo, Araripe conclui que a literatura simbolista é um reflexo do contexto (seitas e filosofias) da época, mais precisamente do momento de decadência que, segundo ele, vivia a Europa Ocidental.

No caso da crítica literária, a ciência que impera, em especial, é a biologia, e, por meio dela, outras ciências, como é o caso da história, da filologia e da sociologia que preparam terreno para a economia e a psicologia. Para os críticos, mediante o espírito positivo da ciência, a crítica poderia adquirir um instrumental de análise até então desconhecido. Tendo como líder o francês Hippolyte Taine, seguido por Hennequin, Bourget, Brunetière e vários outros oriundos de diferentes horizontes, os cientistas da crítica, negando o intuitivismo e o subjetivismo dos românticos, optaram por uma atitude

científica, uma mentalidade objetiva, contrária a uma simples leitura do texto literário e a análise da biografia do autor, pois, para eles, mais importante que julgar, era explicar e estabelecer uma ligação da obra com as condições ou fatores que influenciaram sua produção.

Para os padeiros, que viam a literatura como uma das maneiras de servir na “formação da consciência do país”, qualquer discurso crítico biológico de cunho positivista é “bem vindo”, pois este ajuda a engrossar as fileiras do discurso nacionalista, melhor dizendo regionalista-nacionalista que eles tanto defendiam. Naquele tempo de violenta imposição da cultura européia, que destruía os costumes locais, era necessário valorizar a diversidade cultural cearense e, por conseqüência, a cultura nacional. Levando em conta tais considerações, o modo retrógrado dos padeiros verem o Simbolismo, como uma simples importação francesa, assim como ocorria com os costumes parisienses que chegavam a vapor na província e que nada tinham a ver com a cultura brasileira, é até compreensível, embora não justificável, pois houve críticos naquele momento que, submetidos ao mesmo impasse, puderam matizar mais ricamente sua visão literária, como é o caso de Araripe Júnior. O que não se justifica, embora se possa compreender, é a generalização, como regra, dos enfoques decadentistas, que impediram uma visão qualitativa da corrente novista.

As suas considerações que ignoravam a invenção Simbolista, em função de um preconceito literário, contribuíram para um processo de repressão, que se acentuaria posteriormente, ao movimento. Esse impasse deriva do contexto em que viviam os padeiros: o texto como linguagem de criação, encarado como produção criativa da linguagem; ou como linguagem de representação, que tinha como intuito estabelecer uma

representação da realidade brasileira, necessária para a formação de uma consciência nacional.

Perante as duas opções, no fim das contas, optaram pela segunda em detrimento de uma visão do fenômeno literário como fenômeno de linguagem. Neste sentido, acabaram por difundir uma concepção de literatura e de arte – tendo na base a idéia de arte como representação da realidade – que ajudava a conservar a crença na legibilidade do real. O discurso dos padeiros era de origem positivista, sendo assim buscava aquilo que a obra deveria apresentar para cumprir um papel já predeterminado, o que acaba sendo uma visão ideológica rasa. Essa era a visão possível para intelectuais formados sob a égide do Parnasiansimo e do Realismo/Naturalismo, duas correntes literárias que apresentavam um modelo de linguagem viável para uma representação da realidade e, conseqüentemente, para a necessidade de afirmação da nacionalidade.

Em geral, uma revolução poética longe de ser resultado de um processo de sucessão amigável, supõe uma longa fase de lutas, polêmicas e debates, decorrentes da reação natural de um sistema até então dominante. E o movimento simbolista não fugiu a essa regra. Todavia, paralelamente a essa reação natural, o movimento simbolista conviveu com outros problemas de adaptação. O peso ideológico que marca desde cedo a literatura brasileira acaba sendo talvez o dado fundamental para compreendermos a chegada da nova estética.

Era preciso “criar” uma realidade nacional, e a literatura ocupava um lugar privilegiado no campo da produção de bens simbólicos. A ideologia romântica do “nacionalismo artístico” acabou por levar a criação artística a ser entendida como prova da capacidade nacional. Sendo assim, as correntes que, desde o início do século XIX, orientam a produção literária brasileira são nacionalismo e nativismo.

No âmbito literário, a necessidade de afirmação e participação do/no contexto nacional só eram possíveis mediante a utilização de uma linguagem que oferecesse alto grau de legibilidade calcada no pretexto patriótico e no papel didático que o literato deveria assumir, como afirma Antonio Candido::

Correspondendo aos públicos pequenos e singelos a nossa literatura foi geralmente acessível como poucas, pois até o Modernismo não houve aqui escritor realmente difícil, a não ser a dificuldade fácil do rebuscamento verbal (...) A constituição do patriotismo como pretexto, e a conseqüente adoração pelo escritor do papel didático de quem contribuiu para a coletividade, deve ter favorecido a legibilidade das obras. Tornar-se legível pelo conformismo aos padrões correntes; exprimir os anseios de todos, dar testemunho sobre o país; exprimir ou reproduzir sua realidade.(CANDIDO, 1965, p. 102)

Desse modo, ao mesmo tempo em que se favoreciam as obras literárias que estabelecessem a legibilidade do real, no fundo o ideal de nacionalidade, reprimiam-se as obras de invenção, pois estas não correspondiam adequadamente à função que o modelo de linguagem legível e verossímil, oriunda do Romantismo, Realismo/Naturalismo e Parnasianismo, vinham preenchendo no que diz respeito a uma visão do real, do nacional. Ainda segundo Antônio Candido:

Não espanta que os autores brasileiros tenham pouco de gratuidade que dá asas às obras de arte; e, ao contrário, muito da fidelidade documentária ou sentimental, que vincula à experiência bruta.(CANDIDO, 1965, p. 103)

Neste contexto, cujas linhas mestras giravam em torno da referencialidade e da legibilidade do objeto literário, o artificialismo, tomado como verdadeira cosmovisão anti-naturalista, a sensibilidade “*névrosée*”, o gosto pelo vago e pelo indefinido, o

esteticismo e sobretudo a linguagem poética rejeitando a objetividade e os padrões de estruturação lógica, associados ao gosto pelo mistério e hermetismo, próprios da corrente simbolista, - que aparece em grande parte como o começo do movimento de construção de uma linguagem não representativa – não poderiam ser facilmente adequados à realidade da literatura brasileira (CARA, 1983). O modelo simbolista representava a tomada de consciência dos limites da linguagem representativa. Ora, essa posição implicava um questionamento não só da possibilidade da reprodução realista, mas do próprio real, visto como algo não apreensível racionalmente. Ao passo que, no caso da literatura brasileira, o momento era o de estabelecer modelos de linguagem que favorecessem a legibilidade do real, do nacional, que assegurassem uma linguagem nacional e não uma crise desses modelos. Wilson Martins, ao tratar da literatura brasileira no final do século XIX, esclarece:

É que, contrariando as polarizações fáceis dos manuais, não só o Simbolismo estava longe de ser uma corrente predominante em 1894 (na verdade jamais chegaria a sê-lo) como, ainda, e talvez por isso mesmo, havia um anti-Simbolismo ao lado do Simbolismo. (MARTINS, 1978, p. 450)

Esse “anti-Simbolismo” a que se refere o escritor seria formado, em sua maioria, pelos críticos naturalistas e positivistas que dominaram grande parte do século XIX e tiveram seus pressupostos colocados em questão pelo aparecimento das obras simbolistas que, além de não se ajustarem as suas lentes naturalistas e positivistas, fizeram do desajustamento uma anti-representação, apontando, desse modo para os desvios entre literatura e história e, por conseqüência, para a crise dos métodos historiográficos. Daí a existência de inúmeros comentários incompreensíveis ou ataques à corrente simbolista por

parte dos críticos, uma vez que as discussões tinham pouco de considerações polêmicas em torno de idéias e teorias de ordem literária e estética. A figura de Cruz e Sousa, alvo dos ataques mais fortes, é também o exemplo do rumo tomado pela luta: poucas indagações literárias, muitas ofensas pessoais e zombarias.

Na fase em que os conceitos de Decadentismo e Simbolismo circulam como informação, isto é, principalmente entre 1887-94, a crítica naturalista, dirigida pelos pressupostos metodológicos de base cientificista, converge seus esforços para preocupações orientadas pelo critério de nacionalidade e para estudos interessados pelos métodos historiográficos. Com exceção de Araripe Júnior, cuja crítica distingue-se pela inclinação natural pelo ecletismo, pela formação humanista, os principais representantes da crítica estão voltados para a historiografia literária. É verdade que José Veríssimo, como crítico militante que foi, terá uma relação mais direta com os simbolistas, porém sua atuação ocorre numa fase em que a notícia do movimento já deixara de ser novidade, sendo interesse do crítico a avaliação de obras, ficando implícitas as considerações sobre a teoria da nova estética.

Este tipo de comportamento perante a corrente simbolista não é caso isolado da literatura brasileira pois ocorre nas demais literaturas, não sendo raro o crítico que decrete deplorar a obscuridade, o artificialismo, a sensibilidade *névrosée*, e o relaxamento das regras prosódicas por parte dos decadentistas (CARA, 1983). Todavia, no caso da literatura européia, os traços que iriam mais tarde ser radicalizados pelos simbolistas, no sentido de uma mudança na função poética da linguagem, já estavam delineados – diferentemente do que ocorre no contexto brasileiro – através de uma necessidade natural, por parte dos europeus, de libertar a linguagem de seu compromisso com a representação. As diferenças contextuais no caso da literatura européia e brasileira são gritantes, e muitos críticos

conseguem captar isso, inclusive o padeiro Antônio Sales, que acaba por afirmar o seguinte:

É este o espetáculo que nos oferece a intelectualidade européia, que nós começamos a macaquear como se estivéssemos nas mesmas desgraçadas condições psicológicas e sociais a que chegaram povos gastos pelo atrito de tantos anos de civilização crescente e devoradora.

Não há dúvida que a moléstia do século começa a minar a intelectualidade brasileira, moléstia que não apareceu espontaneamente, mas que importamos mui simplesmente como se fosse um objeto da moda. (Bibliografia. *O Pão*, n.º 13, 1 de abril de 1895, p. 5)

O processo de repetir e absorver superficialmente os modelos de linguagem “como se fosse um objeto da moda” que a Europa urbanizada e industrializada envia é um dado que instiga o padeiro, pois diz respeito à situação de povo colonizado, na medida em que tal processo revela um dos aspectos do sistema imitativo de uma literatura considerada periférica, assim como seu país. Foi possível a Antônio Sales perceber, de uma maneira fecunda, a questão da importação de modelos – mecanismo indispensável, mas insuficiente como se dava no país –, algo que era e ainda é, a pedra de toque de uma certa “consciência nacional”. Em outras palavras, ele percebe uma transposição imitativa de fórmulas, o que não é o mesmo que uma recriação.

No caso específico da Padaria Espiritual, os ataques ao Simbolismo, principalmente aos grupos simbolistas que aqui se formaram, além de serem resultado de diferenças estético-literárias também são consequência de uma outra polêmica. Trata-se da polêmica Norte/Sul que envolveu grande parte dos escritores renomados na defesa da literatura do Norte, enquanto os do Sul proclamavam a literatura sulista como verdadeira manifestação do novo pensamento. No caso, a Padaria Espiritual representava o Norte e a

revista *Tebaida*, órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro, o Sul. Afirmado estarem em defesa dos ideais estéticos, os integrantes da *Tebaida* desenvolveram intensa campanha contra o grupo cearense da Padaria Espiritual que, como era natural, respondeu aos ataques. Com o tempo, as ofensas que ficavam inicialmente, por parte dos padeiros, no nível pessoal, passam a ter como alvo o movimento simbolista em geral, como se viu com os fragmentos transcritos dos artigos publicados nas páginas de *O Pão*.

Vários fatores concorreram para que o movimento simbolista não fosse bem visto pelos padeiros e recebesse deles várias críticas. Mas o principal fator vai além dos interesses meramente pessoais ou regionais, como é o caso da polêmica Norte/Sul. O que realmente inviabilizou a adaptação da corrente aqui no Brasil diz respeito à barreira imposta à obra de invenção que não correspondia aos modelos literários pré-estabelecidos, baseados na legibilidade de um “certo real”, através dos quais pudesse ser elaborado uma representação da realidade brasileira, necessária para a formação de uma consciência nacional. Desse modo, apontando o que é brasileiro, o escritor passa a ser visto como o porta-voz da nacionalidade, contrariando a importação cultural européia tão em voga no período e que a Padaria Espiritual tanto combateu pelas colunas do jornal *O Pão*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os grêmios literários fizeram parte da formação literária de Fortaleza, no século XIX. Primeiro foram os Oiteiros, depois a Academia Francesa, até que foi lançada a Padaria Espiritual, no Café Java, na Praça do Ferreira, a principal da cidade, a 30 de maio de 1892. A finalidade da agremiação foi registrada no primeiro artigo de seu programa “Fornecer pão de espírito aos sócios, em particular, e aos povos, em geral”.

Primando, acima de tudo, pelas “coisas do espírito”, os integrantes do grupo, os padeiros, na contramão da luxúria da *Belle Époque*, propunham uma linguagem simples e brasileira, livre dos francesismos, sem alusões a cotovias e olmos. Provocativos, tinham como inimigos o clero, a polícia, os alfaiates e a classe emergente da capital, “os burgueses”, que, sem dúvida, foi o grupo mais perseguido pela pilhéria e o sarcasmo da Padaria. Os padeiros faziam de tudo para sacudir a modorra em que viviam, numa tentativa de fugir ao atraso ideológico e artístico, principalmente literário, da província cearense. Salienta-se, como nota simpática e positiva, o espírito jovial que presidia todas essas iniciativas, desligadas de ambições mesquinhas, isentas, praticamente, do vírus terrível da politiquice provinciana. Assentando seus ideais em bases realmente elevadas, fugiram das disputas políticas e levaram ao ridículo os desmandos dos governantes, pois aspiravam a uma vida superior, depois de vencida a tirania da ignorância.

Apesar da nota humorística com que jovialmente rompiam com os velhos padrões que regiam a formação dos grêmios anteriores e do tom alegre e excêntrico desses jovens, surpreendido a todo instante nas suas crônicas de imprensa, nos avisos da associação, na referência aos companheiros, vê-se que eram homens convictos de sua função, crentes na missão redentora da cultura. O “blangue” não anula o propósito sério de superar pelo aprimoramento do intelecto as deficiências de toda espécie que sentiam em derredor. A simples leitura dos seus estatutos e do noticiário das fornadas, especialmente na

primeira fase do grêmio, denuncia as intenções reformistas dos padeiros, que se utilizavam das armas do extravagante e até do escândalo para vencerem a barricada da mentalidade retrógrada.

Preocupados em divulgar suas idéias e sua produção literária, os padeiros criaram *O Pão*, um dos jornais literários de maior aceitação pelo público cearense, como comprova a tiragem de 296 exemplares alcançada no número dois, de 17 de julho de 1892, e que mais colaborou para a consolidação das letras na província cearense, na medida em que vinculou um número considerável de textos literários: poemas, contos, fragmentos e capítulos de romance, crônicas e textos de crítica literária.

Não foram poucos os benefícios desse jornal, aos quais se fizeram sentir a curto e longo prazo. Além de dar oportunidade aos intelectuais moços, divulgando seus primeiros trabalhos, também serviu como instrumento de intervenção destes na realidade social cearense com a intenção de modificá-la. Diferente dos jornais anteriores, defensores do período republicano e do modo de vida europeu, *O Pão* faz críticas à maneira como foi instalado o novo regime e a importação dos moldes de vida da *Belle Époque*, muito diferentes da realidade cearense. Mantendo traços de teor nacionalista-regionalista, tendo como intuito apresentar uma identidade nacional ao seu público, o jornal dos padeiros elege a realidade popular brasileira como definidora do caráter nacional, em particular o modo de vida simples dos cearenses que viviam nos sertões ou arrabaldes da capital, uma grande parcela da sociedade que, a duras penas, resistia à ideologia do progresso defendida por grupos intelectuais como a Academia Francesa e o Centro Literário.

Naquele momento, não havia espaço para particularidades culturais-regionais, pois todos deveriam seguir as mesmas idéias e os mesmos comportamentos oriundos das “novidades de consumo” vindas com a importação dos modelos políticos,

econômicos e sociais das grandes potências industriais européias. Vale lembrar que as autoridades republicanas faziam represália às manifestações populares, pois estas representavam uma transgressão às posturas de comportamento urbano defendidas durante o período, bem como uma contestação à moral do trabalho, afrontando, assim, a ideologia do progresso. No Ceará, a desorganização social favoreceu a construção de uma ideologia reformadora que tinha como base a disciplina e o trabalho, sendo que a imprensa local já havia incorporado a idéia de positividade do trabalho, como regenerador das massas e promotor do progresso, originária de leituras evolutivas, como é o caso da Academia Francesa.

Diferentemente, os textos publicados em *O Pão* atacam constantemente a “filosofia do trabalho”, satirizando os valores de ordem capitalista-civilizatória e o modo de vida burguês. Desse modo, os setores emergentes de Fortaleza, considerados pelos padeiros “os burgueses” e responsáveis pelas mudanças de hábitos e valores durante o crescimento urbano da cidade, foram os grupos mais perseguidos pelas críticas e sarcasmos da Padaria Espiritual. De acordo com os padeiros, para impedir o avanço do sistema capitalista e a filosofia burguesa, era necessário preservar os costumes locais bem como a linguagem popular. Daí a aversão aos estrangeirismos, a criação de um Cancioneiro Popular, a publicação de vários textos literários que exaltavam a realidade cultural cearense, dentre outras medidas que demonstravam a preocupação do jornal com a valorização da diversidade da cultura popular local.

Para os redatores d’*O Pão*, a literatura deveria emitir normas políticas, comportamentais, religiosas, desempenhando a função de orientadora na medida em que servia como um dos meios de consolidar a sociedade em formação, funcionando como “o pão para o espírito”. Sendo assim, o leitor passava a ser moldado através do dogmatismo do

escritor. Para tanto, os padeiros lutavam pela valorização do profissional das Letras e pela formação de um público leitor na província. Sabendo das limitações do meio e da inexistência de leitores em Fortaleza, procuraram lançar mão de textos simples e representativos, de uma linguagem sedutora e digestiva que despertasse o interesse do público leitor tanto pela leitura do texto ficcional como do de crítica.

No campo da arte literária, o que impera, em especial, é o conceito, oriundo das leituras científicas, de obra literária como reflexo do social. Esta deveria ser estudada e interpretada relativamente a sua época, pois valia pelo que exprimiam da sociedade que a produziu. Soma-se a isso, os pressupostos nacionalistas que, desde o movimento romântico, orientam os trabalhos de crítica. Desse modo, a crítica literária publicada nas páginas de *O Pão*, de base científica, assim como a literatura, também converge seus esforços para preocupações voltadas para o critério de representação, que no fundo culminava no ideal de nacionalidade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se favoreciam as obras literárias que estabelecessem a legibilidade de um certo real, reprimiam-se as obras de invenção, como ocorre com o Simbolismo, um movimento anti-representativo e cosmopolita, que colocará em questão os métodos científicos e historiográficos dos redatores de *O Pão*, orientados pelos critérios de representação, de legibilidade do real, do nacional.

Apesar de lançar em suas colunas poemas e contos simbolistas – dentre os redatores do jornal havia três representantes da corrente novista: os poetas Lopes Filho, autor de *Fantos* (1893), e Lívio Barreto, autor de *Dolentes* (1897), e o contista Cabral de Alencar – *O Pão* ataca impiedosamente o movimento simbolista. Vale dizer que, inicialmente, tal ação é uma resposta aos ataques da revista *Tebaida*, órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro, mas com o tempo é a nova escola que passa a ser alvo das censuras dos padeiros, inclusive do simbolista Lopes Filho que, aos poucos, vai abandonando a

ortodoxia da escola simbolista. O discurso dos padeiros era de origem positivista, desse modo buscavam aquilo que o texto literário deveria apresentar para cumprir um papel já predeterminado, no caso um modelo de linguagem viável para a representação da realidade e, conseqüentemente, para a necessidade de afirmação da nacionalidade.

A muitos pode parecer estranho o fato dos padeiros considerarem como significativa a obra literária que correspondia a determinados modelos de veracidade, de representação da realidade e da construção da nacionalidade e não aquela encarada como produção criativa da linguagem. Entretanto, a preocupação com a obra em si mesma, auto-referencialidade, e com a literariedade, são noções por que se esperaria ainda algum tempo para serem admitidas, pois são preocupações do século XX. Para o momento, importava o conhecimento do autor da obra, da sociedade que a produziu e a consumiu, ou seja, o importante era privilegiar os aspectos extraliterários, em detrimento dos literários.

## **BIBLIOGRAFIA**

**DO JORNAL:**

*O Pão... da Padaria Espiritual*, Fortaleza-CE: Edições UFC/Academia Cearense de Letras/  
Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982. (Edição fac-similar)

**DA PEQUISA:**

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense  
Universitária, 1997.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. Movimento literário do ano de 1893. In: *Obra crítica de Araripe Júnior* (Dir. Afrânio Coutinho) Vol. III. Rio de Janeiro: MEC\_Casa de Rui Barbosa, 1963.

AZEVEDO, Sânzio de. *A Padaria Espiritual e o Simbolismo no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1948, T. I e II.

BARROSO, Gustavo. *Memórias de Gustavo Barroso*. 2.<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

BATISTA, Sabino. *Flocos*. Fortaleza: Padaria Espiritual Editora, Tip. Universal, 1894.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 36.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRITO, Luciana. *O Pão... da Padaria Espiritual (1892-1896) e sua produção crítica*. 2003. 148 f. (+ anexo). Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

- BRITO, Raimundo de Farias. *Cantos modernos*. Rio de Janeiro: Laemmert e Cia, 1889.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra*. São Paulo: Annablume, 1996.
- \_\_\_\_\_ Notas sobre o cânone da História da Literatura Brasileira na virada dos séculos. In: OLIVEIRA, A. M. de; ESTEVES, A. R.; e CAIRO, L. R. (Orgs.). *Estudos comparados de literatura*. Assis: FCL-Assis-UNESP-Publicações, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.
- CARA, Salette de Almeida. *A recepção crítica: o momento parnasiano-simbolista no Brasil*. São Paulo: Ática, 1983.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadentismo e simbolismo no Brasil: crítica e poética*. Brasília: INL-Mec; Rio de Janeiro: LTC-Livro Técnicos e Científicos, 1981, vol. I e II.
- CARDOSO, Gleudson Passos. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto no Ceará, 2002.
- CARPEAUX, Otto Maria. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.
- CHARTIER, Roger. Uma crise histórica? A história entre a narração e conhecimento. In: PENSAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- CHAVES, José Olivenor Souza. *Fortaleza e os retirantes da seca de 1877-1879: o real de uma imaginação dominante*. Recife: Editora da UFP, 1995.
- COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. Trad. Beatriz Borges. São Paulo: Perspectiva, 1991.

- CORREIA, Raimundo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1961.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, vol. IV.  
\_\_\_\_\_. *Conceito de literatura brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- COUTINHO, Eduardo. *Literatura Comparada na América Latina*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ELIA, Sílvio. *Presença portuguesa no Simbolismo brasileiro*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FREITAS, Tibúrcio de. Impressionismos. *Progresso*. Apud MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: INL, 1973, v.II.
- GIRÃO, Raimundo. *A Academia de 1894*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1975.  
\_\_\_\_\_. *Educandários de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1979.  
\_\_\_\_\_. *Geografia estética de Fortaleza*. 2.<sup>o</sup> ed. Fortaleza: Casa da Cultura Capistrano de Abreu, 1988.  
\_\_\_\_\_. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1947.
- GONZÁLEZ, Mario. *A saga do anti-herói*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- HAIDAR, Maria de Lurdes. A educação brasileira no período imperial. In: CARVALHO, Laerte Ramos. *Introdução ao estudo da história da educação brasileira*. São Paulo: Ática, 1971.

HUYSSSEN, Andreas. *Memórias do Modernismo*. Trad. Patrícia Farias. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

JÚLIO, Sílvio. *Terra e povo do Ceará*. Rio de Janeiro: Livraria Carvalho, 1936.

LEITE, Ana Cristina. *O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial-1850-1880*. Fortaleza: Secretaria de cultura, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MACHADO, Ana M. *Explorando a América Latina*. São Paulo: Ática, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978, vol. IV e V.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1973.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

MONTENEGRO, Abelardo. *O romance cearense*. Fortaleza: Tipografia Royal, 1953.

MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias – A contribuição de Joaquim Norberto. In: ZILBERMAN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. p. 177.

MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edésio, 1938.

MOTA, Paulo. “Livro resgata confraria pré-modernista”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de maio de 2002. Folha Ilustrada, p. 3.

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. 2.<sup>a</sup> ed. Brasília: INL, 1973, 2.v.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

NOBRE, Geraldo da Silva. Relações familiares e movimento da independência no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. especial, 1972.

NEEDELL, Jeffrey D. A Belle Époque . In: *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Saraiva, 1952.

POMPEU FILHO, Tomás. *Ensaio estatístico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia do jornal *A República*, 1893, p.04.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860 – 1930*. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PETIT, Jacques. Le grand cataclysme des corrections. Note sur des manuscrits de Green et Mauriac. *Litterature: Genèse du Texte*. Paris: Larousse, n.28, 1977.

PIGLIA, Ricardo. “Memória e tradición”. *Literatura e memória cultural*. Anais da ABRALIC. Vol.I, Belo Horizonte, 1991, p.60-66.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. A renovação parnasiana na poesia. In: COUTINHO, Afrânio. (org) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UDUFF, 1986, V. IV.

REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. O empreendimento autobiográfico: Josué Guimarães e Erico Verissimo. In: ZILBERMAN, Regina et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. p. 330.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

SALES, Antônio. *Aves de arribação*. 3. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVEIRA, Tasso da. *Cruz e Sousa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Eneida Maria de. Males do arquivo. In: MARQUES, Reinaldo; BITTENCOURT, Gilda (Orgs). *Limiares críticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e fatos para a história do Ceará*. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896.

\_\_\_\_\_ Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. especial, 1924.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará*. São Paulo: Hiucitec, 1995.

TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome*. Fortaleza: Gualter, 1890.

\_\_\_\_\_ *Cenas e tipos*. Fortaleza: Assis Bezerra, 1904.

TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de Antropologia geral*. Campinas: Papirus, 1996.

VAL, Waldir Ribeiro do. *Vida e obra de Raimundo Correia*. Rio de Janeiro: INL, 1960.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

VERÍSSIMO, José. *Que é literatura? e outros escritos*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1907.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZILBERMAN, Regina. “Minha teoria das edições humanas”: *Memórias póstumas de Brás Cubas* e a poética de Machado de Assis. In: \_\_\_\_\_ et al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004. p. 23.

ZOLA, Émile. *O romance experimental*. In: PACHECO, João. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1967.

#### **DE APOIO À PESQUISA:**

ANDRADE, Mário de. *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo*. Rio de Janeiro: R. A., 1935.

ANTELLIO, Raul. *Algaravia: discursos de nação*. Florianópolis – SC: Ed. da UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. As revistas literárias brasileiras. *Boletim de Pesquisa: Projeto Poéticas Contemporâneas: histórias e caminhos*. N.º 2 – Periodismo Contemporâneo em Perspectiva. Florianópolis – SC: NELIC - UFSC, 1998, p. 5 – 11.

\_\_\_\_\_. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.

ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Boletim Bibliográfico – Biblioteca Mário de Andrade*, vol. 46, N.º 1-4, jan. a dez. de 1985, p. 43 – 53.

AZEVEDO, Sânzio de. *Aspectos da literatura cearense*. Fortaleza: Academia Cearense de Letras/UFCE/PROED, 1982.

BALAKIAN, Anna. *O simbolismo*. (trad.) São Paulo: Perspectivas, 1985.

BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_ *A paixão crítica. A leitura do intervalo: ensaios de crítica.* São Paulo: Iluminuras/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 37-62.

\_\_\_\_\_ *A tradição do impasse.* São Paulo-SP: Ática, 1974.

\_\_\_\_\_ *Ensaio de historiografia literária brasileira. Opus 60: ensaios de crítica.* São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 25-52.

\_\_\_\_\_ *Forma e história na crítica brasileira de 1870-1950. A leitura do intervalo: ensaios de crítica.* São Paulo: Iluminuras/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 63-75.

\_\_\_\_\_ *José Veríssimo. Teoria, crítica e história literária.* São Paulo-SP: EDUSP; Rio de Janeiro-RJ: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

\_\_\_\_\_ *Síntese crítico-histórica. Introdução ao estudo da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.

CAIRO, Luiz Roberto. A geração de 70 do século XIX e a construção da história da literatura. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade.* Vol. 58. São Paulo-SP: Secretaria Municipal de Cultura, 2000, p. 113-122.

\_\_\_\_\_ *História da Literatura, Literatura Comparada e Crítica Literária: frágeis fronteiras disciplinares. Poligrafias.* Revista de Literatura Comparada. N°. 2. México-DF: Facultad de Filosofía y Letras/UNAM, 1997, p. 35-45.

\_\_\_\_\_ *Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro. Colofão.* Vol. 0. Mariana-MG: CELLB-ICHS-UFOP, 2000, (<http://www.mariana.com.br/cellb/texto1.html> )

CAMPOS, Haroldo de. *A arte no horizonte do provável.* São Paulo: Perspectiva, 1969.

- \_\_\_\_\_ *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. *Para gostar de ler; Crônicas*. São Paulo: Ática, 1981, p. 4 – 13.
- \_\_\_\_\_ *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1971, 2 v.
- \_\_\_\_\_ *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- \_\_\_\_\_ *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo-SP: EDUSP, 1988.
- \_\_\_\_\_ *Sílvio Romero. Teoria, crítica e história literária*. São Paulo-SP: EDUSP; Rio de Janeiro-RJ: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- \_\_\_\_\_ et CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1974, 3 v.
- CAPPARELLI, Sérgio. O campo híbrido do jornalismo e edição. *Continente sul Sur*. N.º. 2, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 175-184.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origens e unidade*. São Paulo-SP: EDUSP, 1999, 2 v..
- \_\_\_\_\_ A literatura brasileira do romantismo ao modernismo - I - II. Teoria e Ideologia. In: *Suplemento do Centenário. O Estado de São Paulo*. N.º 25/26. São Paulo, 21 e 28 de junho de 1975.
- \_\_\_\_\_ A pesquisa de periódicos na literatura brasileira. In: NÁPOLI, Roselis de Oliveira. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo-SP: IEB-USP, 1970, p. 3-12.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

\_\_\_\_\_. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL-MEC, 1980, 2 v.

\_\_\_\_\_. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 79 – 84.

\_\_\_\_\_. Simbolismo. Impressionismo. Modernismo. In: Coutinho, Afrânio. (org/ed.). *A literatura no Brasil*. (Dir. Afrânio Coutinho) Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986, p. 314-398.

CRUZ COSTA, João. As novas idéias. In: Holanda, Sérgio Buarque. (org/ed.). *História geral da civilização brasileira*. (Dir. Sérgio Buarque de Holanda) São Paulo: DIFEL, 1982, t. II, v. 1.

\_\_\_\_\_ *A filosofia no Brasil*. Porto Alegre-RS: Globo, 1945.

\_\_\_\_\_ *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1967.

DIMAS, Antonio. Um suplemento carnudo. *Continente sul Sur*. N.º 2, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 35-45.

\_\_\_\_\_ *Tempos eufóricos: análise da Revista Kosmos: 1904-1909*. São Paulo-SP: Ática, 1993.

DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília: MEC, 1976, v. I.

IDEM et alli. *Histórias de revistas e jornais literários: Índice da Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: MEC-Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995, 2v.

EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_ *Teoria da Literatura: uma introdução*. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1983.

ELIOT, T. S. *Ensaio* (trad.) São Paulo: Art Editora, 1989.

FACÓ, Américo. Um livro e seu destino. In: PAIVA, Manuel de Oliveira. *Dona Guidinha do Poço*. São Paulo: Saraiva, 1952.

FRANÇA JUNIOR. *Política e costumes: folhetins esquecidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

\_\_\_\_\_. *Folhetins*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1926, 4ª ed.

FRY, Northrop. Introdução polêmica. In: *Anatomia da crítica*. (trad.) São Paulo: Cultrix, 1973.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP/T. A. Queiroz, 1985.

JOBIM, José Luiz (Org.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

LIMA, Alceu Amoroso. A crítica literária no Brasil. In: *Decimália* (Separata). Rio de Janeiro: MEC-Biblioteca Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. Nota sobre a evolução da crítica literária no Brasil. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. n.º 52, Rio de Janeiro: A.B.L., set.-dez. 1936.

MALLARD, Leticia et alli. *História da Literatura: ensaios*. Campinas- SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MARTINS, Luís. *Do folhetim à crônica*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1972. Col. Ensaio.

MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1983.

\_\_\_\_\_. *A palavra escrita*, 2 ed., São Paulo: Ática, 1996.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MESSAC, Régis. *Le “detective novel” et l’influence de la pensée scientifique*. Genève: Slaktive Reprintes, 1975.

MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

\_\_\_\_\_ (Org.) *Do Almanak aos Almanques*. São Paulo-SP: Ateliê/Memorial/Secretaria da Cultura e Governo do estado de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_ *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOISÉS, Massaud. *O simbolismo*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

\_\_\_\_\_ *História da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1985, 3 v.

MONTENEGRO, Pedro Paulo. *A Teoria Literária na Obra de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro-RJ: Tempo Brasileiro, 1974.

MURICI, Andrade. Presença do Simbolismo. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. (Dir. Afrânio Coutinho) Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói-RJ: EDUFF, 1986, p.399-488, 4 v.

\_\_\_\_\_ A crítica simbolista. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. (Dir. Afrânio Coutinho) Vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói-RJ: EDUFF, 1986, p. 517-540.

MUZART, Zahide L. O folhetim no desterro em relação ao modelo francês. *Travessia Brasil – França. Revista de Literatura Brasileira*, N.º 16 – 7, UFSC, 1988 – 9.

NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor: estudo da revista A Violeta, publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle-Époque Tropical*. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PARK, Margaret Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas-SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo-SP: FAPESP, 1999.

PAZ, Octavio. *Los hijos del limo: del romantismo a la vanguardia*. Barcelona: Seix Barrol, 1974.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor nas obras críticas de escritores modernos*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ Escolher e/é julgar. In: *Cadernos da Colóquio/Letras*, n.º 1. Teoria da Literatura e da Crítica. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982, p.159-171.

\_\_\_\_\_ *Falência da crítica. Um caso limite: Lautréamont*. São Paulo-SP: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_ História literária e julgamento de valor. *Colóquio/Letras*, n.º 77. Lisboa: Calouste Gulbenkian, jan./84, p. 5-18.

\_\_\_\_\_ História literária e julgamento de valor II. *Colóquio/Letras*, n.º 100. Lisboa: Calouste Gulbenkian, nov.-dez./87, p. 24-41.

\_\_\_\_\_ *Inútil poesia e outros ensaios breves*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_ *Texto, crítica, escritura*. São Paulo-SP: Ática, 1978.

PEYRE, Henri. *A literatura simbolista*. (Trad. Maria Helena Nery Garcez e Maria Clara Rezende Teixeira Constantino) São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1983.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500 – 1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_ *O jornalismo antes da tipografia*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1968.

- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- \_\_\_\_\_. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda? *Letras de Hoje*. N.º 106, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 7-13.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SERRA, Tânia R. Costa. *Antologia do romance – folhetim: ( 1839 a 1870)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- SCHÜLER, Donaldo. Estruturas da escrita. *Crítica literária em nossos dias e literatura marginal*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1981, p. 36-48.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, J. Galante de. Bibliografia. In: *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 1993.
- SYMONS, Arthur. *The symbolist movement in literature*. New York: E.P. Dutton and Co., 1947.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil: (1830 à atualidade)*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VÍTOR, Nestor. *Obra crítica de Nestor Vítor* (Org. Thiers Martins Moreira) Vol. I. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa-MEC, 1969.

\_\_\_\_\_ *Obra crítica de Nestor Vítor* (Org. Anna Maria Serpa Barroso) Vol. II. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa-Mec, 1973.

\_\_\_\_\_ *Obra crítica de Nestor Vítor* (Orgs. Anna Maria Serpa Barroso e Adriano da Gama Kury) Vol. III. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa-MEC; Curitiba-PR: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1979.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*. (Trad. Hildegard Feist ) São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WELLEK, René. *História da crítica moderna*. (trad.) São Paulo: Herder/EDUSP, 1972, 4 v.

\_\_\_\_\_ *Conceitos de crítica*. (Trad. Oscar Mendes) São Paulo-SP: Cultrix, s.d.

WILSON, Edmond. *O castelo de Axel: estudo acerca da literatura imaginativa de 1870-1930*. (Trad. José Paulo Paes) São Paulo: Cultrix, 1967.

ZILBERMAN, Regina. O Partenon Literário: literatura e discurso político. *Letras de Hoje*. N. 40, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1980, p. 20-38.

\_\_\_\_\_ et alli. *O Partenon Literário: poesia e prosa - Antologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto Cultural Português, 1980.